revista
ESQUERDA
PETISTA

Foto: Ricardo Stuckert

LULA LIVRE, LULA PRESIDENTE!

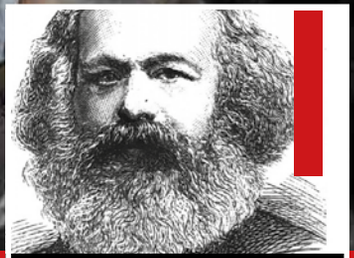
GARANTIR O DIREITO DE LULA SER CANDIDATO PARA DERROTAR E REVERTER O GOLPE

A juventude e o centenário de Córdoba

PÁGs. 7 a 12

Saúde, educação e questão agrária

PÁGs. 19 a 33



Dossiê: Marx 200 anos

PÁGs. 50 a 79

REVISTA ESQUERDA PETISTA
#9 2018-1
ISSN 2358-2413 04

PT
25
ANOS
1993-2018
AE
ARTICULAÇÃO
DE ESQUERDA

revista
ESQUERDA
PETISTA

EXPEDIENTE

ESQUERDA PETISTA é uma publicação da Editora Página 13, sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE:

Adriano de Oliveira (RS), Ângela Melo (SE), Bruno Elias (RS), Cândida Rosseto (RS), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (DF), Eliane Bandeira (RN), Elisa Guaraná (RJ), Gilberto Paixão (PI), Jandyra Uehara (SP), João Luís Lemos (SP), Lício Lobo (SP), Lílian Macena (MG), Múcio Magalhães (PE), Natália Sena (RN), Olavo Carneiro (RJ), Rafael Tomyama (CE), Rodrigo Cesar (SP), Rosana Ramos (SP), Tadeu Brito (SE) e Wilma dos Reis (DF)

Comissão de ética nacional:

Eduardo Loureiro (DF), Iriny Lopes (ES), Jonatas Moreth (DF) e Paty Affonso (RS). **Suplentes:** Cristiano Cabral (BA), Sophia Mata (RN).

Conselho Editorial da Editora Página 13:

Elisa Guaraná, Francisco Xarão, Giovane Zuanazzi, Jandyra Uehara, Luiz Momesso, Marcos Piccin, Pamela Kenne, Paulo Denisar, Pedro Pomar, Pere Petit, Rodrigo César, Rosana Ramos, Rosângela Alves de Oliveira, Sonia Fardin, Suelen Aires Gonçalves

Editores:

Elisa Guaraná (elisaguarana@gmail.com), Rodrigo Cesar e Marcos Piccin

Diagramação:

Cláudio Gonzalez (MTb 28961-SP)

Secretaria Gráfica e Assinaturas:

Edma Walker (edmawalker@gmail.com)

Endereço para correspondência:

R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000

EDITORA
Página 13

SUMÁRIO

EDITORIAL

As armas da crítica em tempos de guerra p. 2

INTERNACIONAL

Entrevista a Fernando Lugo, ex Presidente y actual Senador del Paraguay | María Lilia Macedo e Carlos Francisco Bauer p. 4

Políticas y procesos generacionales en la América Latina actual: la persistencia del protagonismo juvenil a 100 años de la Reforma Universitaria de 1918 | Pablo Vommaro p. 7

NACIONAL

A estrela de Lula | Licio Lobo p. 13

SAÚDE

Reservas internacionais e programa mínimo | Carlos Octávio Ocké-Reis p. 19

EDUCAÇÃO

Um olhar sobre a evolução do financiamento da educação nos últimos anos | José Marcelino de Rezende Pinto p. 23

QUESTÃO AGRÁRIA

A agricultura familiar na berlinda | Catia Grisa p. 27

ESQUERDA

PCdoB - Socialismo ou nacionalismo? | Pedro Estevam da Rocha Pomar p. 34

Por uma superação conservadora: as resoluções do VI Congresso do PSOL | Eduardo Nunes Loureiro p. 40

Redobrando a aposta no republicanismo e na revolução democrática: análise das resoluções da XII Conferência Nacional da Democracia Socialista | Adriano de Oliveira p. 45

DOSSIÊ
MARX200anos

Estratégia e lutas de classes no Manifesto do Partido Comunista | Bruno Elias p. 51

Sobre a teoria marxiana do Estado burguês | Francisco Pereira de Farias p. 58

O nosso Gramsci | Luiza Dulci p. 63

O marxismo no Brasil: Caio Prado Júnior e a economia política | Rodrigo Cesar p. 70

FOTOGRAFIA

Nair Benedicto: "É tempo de ir além!" | Sônia Fardin, com colaboração de Ana Lídia Aguiar p. 80

HOMENAGEM

Wagner Lino, presente! p. 87

As armas da crítica em tempos de guerra

A nona edição de *Esquerda Petista* é publicada quando o país encontra-se mergulhado em um quadro político, econômico e social gravíssimo.

Completados dois anos de golpe, as condições de vida da maioria do povo deterioram-se em ritmo acelerado. O aumento do desemprego, do subemprego, da informalidade, da precarização, do trabalho infantil, da escravidão contemporânea, da pobreza, da miséria, da fome e da desigualdade é acompanhado pela diminuição da renda média do trabalho e dos investimentos sociais em saúde, educação, moradia, transporte público, assistência e previdência social.

Para impedir que o golpe seja derrotado pela mobilização social, amplia-se a repressão – haja vista a convocação das Forças Armadas para intervir em tudo e mais um pouco – e aprofunda-se o ataque às liberdades democráticas e às lideranças e organizações populares e de esquerda. Prossegue a arbitrária prisão política do companheiro Lula, que apesar de todos os ataques golpistas mantém sua popularidade em alta e é favoritíssimo em todas as pesquisas de intenção de voto nas eleições 2018. Por outro lado, a resistência é persistente e perseverante, como se vê na incansável campanha de militantes na vigília Lula Livre em Curitiba e de apoiadores nacionais e internacionais pela sua libertação. O debate esquenta diante dos diferentes projetos eleitorais em disputa e de inúmeras ofensivas do campo golpista, que vive um aguçamento de suas divisões, contradições internas e dificuldades em apresentar uma saída para o quadro de crise e instabilidade.

Em seu 4º Congresso, realizado em Aracaju nos dias 4, 5 e 6 de maio, a tendência petista Articulação de Esquerda reafirmou sua defesa de que o candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência da República é Lula, único capaz de vencer as eleições e enfrentar os retrocessos recentes, tema abordado em texto de Lício Lobo nesta edição. Outras correntes e forças políticas também realizaram seus congressos e conferências – como é o caso do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da Democracia Socialista (DS), tendência do PT – e divulgaram suas resoluções, que são analisadas em textos de Eduardo Loureiro, Pedro Pomar e Adriano de Oliveira, respectivamente.

A situação internacional, com foco na região latinoamericana, é debatida em uma entrevista com o ex-presidente e atual senador do Paraguai, Fernando Lugo, e no artigo do argentino Pablo Vommaro, que traz uma reflexão sobre as lutas da juventude no continente no momento em que se celebra o centenário da reforma universitária de Córdoba, em 1918. No sentido de contribuir para a integração cultural entre os povos latinoamericanos, optamos por não traduzir estes textos, que publicamos em espanhol.

Os retrocessos e o cenário de luta em defesa das políticas públicas, em especial o SUS, frente à aplicação da Emenda Constitucional 95 são abordados no artigo de Carlos Ocké. No tema agrário e no educacional, mantido com regularidade na revista, retomamos os debates sobre a agricultura familiar em artigo de Cátia Grisa e os desafios para o financiamento da educação no texto de José Marcelino.

Comemoramos, ainda, os 200 anos do nascimento de Karl Marx com um dossiê de artigos publicados nesta e na próxima edição de *Esquerda Petista*.

Por fim, elaborado por Sônia Fardim e Ana Lídia Aguiar a partir de entrevista, apresentamos o perfil de uma das brasileiras mais premiadas e reconhecidas por seu trabalho e engajamento político: a fotógrafa e editora de imagens Nair Benedicto.

*

Esquerda Petista foi criada pela tendência petista Articulação de Esquerda em maio de 2014 para ser um instrumento de luta política em tempos de guerra. Com esta nona edição, a revista entra em seu quarto ano de atuação ininterrupta.

Apesar de ser um percurso relativamente curto, o período é marcado pelo acirramento da luta de classes, são tempos em que a esquerda e o petismo vêm sendo sistematicamente atacados pelas publicações golpistas da classe capitalista. Por isso, é hora de fazer um balanço para melhor enfrentar os desafios atuais de nossa tarefa histórica na construção do socialismo.

Em seu primeiro número, o editorial proclamou que, dentre as publicações da editora Página 13, a revista foi criada com a tarefa de realizar debate de maior fôlego ideológico, teórico, programático e estratégico. Afirma também que, para isso, surgiu como publicação aberta a militantes de esquerda, não somente integrantes da AE, para, assim, circular na intelectualidade de esquerda em geral com o intuito de incidir de forma qualificada no debate político da esquerda brasileira.

A depender apenas dos dados quantitativos, essa tarefa vem sendo cumprida, pois as oito edições mantiveram uma periodicidade semestral e somam 635 páginas, 134 artigos, 10 entrevistas, 12 documentos (manifestos, teses e resoluções), além de fotografias, cartuns, charges, gráficos e ilustrações.

O projeto gráfico é um dos pontos fortes, a diagramação dos artigos e especialmente as capas mantiveram uma estética editorial de qualidade nas oito edições, o que consolidou a identidade visual da *Esquerda Petista*. Porém, ainda não venceu totalmente o desafio de encontrar soluções iconográficas para dar visualidade à complexidade dos conteúdos dos artigos.

Todavia, há que se destacar que com as obras de Sérgio Bastos na edição nº 1, as fotos do Acervo João Zinclar na edição nº 2, as obras de Latuff na edição nº 4, a contribuição de Ane Cruz na edição nº 5, a curadoria de Renan Brandão na edição nº 6 e a entrevista e a obra da Laerte na edição nº 8 a revista logrou grande qualidade poética e política na conexão entre textos e imagens.

As oito edições apresentam significativa produção intelectual militante nas análises, ideias e experiências de várias tendências petistas, de integrantes de outros partidos de esquerda, assim como pesquisadores, artistas e ativistas culturais independentes. Essa pluralidade à esquerda se expressa na participação de mais de 200 colaboradores, nacionais e internacionais, sendo oito contribuições assinadas por coletivos e instituições, 104 de autoria masculina e 49 de autoria feminina, sendo uma autodeclarada transsexual.

Respeitar a paridade entre gêneros é uma das diretrizes da AE. Contudo, a revista expressa a desigualdade presente na sociedade brasileira, pois é evidente o desequilíbrio numérico da presença de 49 autoras frente aos 104 autores. Ainda assim, vale destacar que, entre os nomes femininos, a maioria (30) é de militantes da AE. Também é relevante a comparação entre as autorias de integrantes da tendência: do total de 80 nomes, 30 são femininos. Os dados relativos à paridade de gênero ainda são menores que o desejado, mas traduzem os esforços dos editores em garantir espaço para mulheres e para as lutas feministas.

Ainda sobre o perfil das participações, grande parte é de integrantes de organizações militantes com formação acadêmica e atuação em instituições de pesquisa, predominando entre os que assinam artigos a titulação de mestrado e doutorado. As entrevistas, em grande maioria, cumpriram um papel de aprofundar a exposição de debates das disputas políticas, sociais e eleitorais e a atuação sindical no contexto do acirramento da luta de classes que marca o período.

De modo geral, os temas abordados em artigos e entrevistas têm a predominância do debate em torno da discussão sobre programa e estratégia socialista, rumos do projeto político de desenvolvimento, em especial a questão agrária, políticas públicas universais e reformas estruturais; educação, cultura e comunicação na luta por hegemonia; debates de fundo acerca da conjuntura e tática; balanço dos governos encabeçados pelo PT, em âmbito nacional, estadual e municipal; as diferentes manifestações da luta de classes, incluindo eleições, movimentos e lutas sociais; as questões de gênero, raça, orientação sexual e geracional; acompanhamento do debate acerca do PT e do conjunto da esquerda brasileira; e o acirramento da luta de classes na América Latina, com destaque para o golpe impetrado pela classe capitalista contra a classe trabalhadora no Brasil.

Como não poderia deixar de ser, a maioria desses temas está atravessada pelas análises dos rumos do PT e do governo Dilma. Isso indica o quanto a *Esquerda Petista* tem sido um instrumento importante na disputa de rumos do partido: sua estratégia, sua tática, seu programa e sua organização e funcionamento.

Contudo, uma observação é necessária: embora debates sobre feminismo e a participação de mulheres sejam significativos no conjunto das edições, o tema da liberdade sexual e a explicitação da orientação sexual não binária se registra uma única vez, na oitava edição. Alem de debates sobre homossexualidade e liberdade sexual, também os movimentos negro e indígena estão presentes ainda de forma desproporcional em relação à sua relevância no debate de ideias e disputas postas hoje no cenário político. Isso indica a necessidade de fomentar uma participação mais ampla do conjunto de colaboradores e colaboradoras, assim como maior diversidade nas pautas, mas sempre sob a centralidade da luta pelo socialismo como fundamento emancipatório crítico na teoria e na prática.

Nesta caminhada, há muitas pessoas a agradecer. Nesses quatro anos, muitos militantes vêm construindo a *Esquerda Petista* e apostando em seu potencial como instrumento de luta política da classe trabalhadora. Devemos um agradecimento especial a Claúdio Gonzalez, cujo trabalho, muito além da diagramação, tem garantido a qualidade do projeto gráfico da revista, e a Edma Walker, responsável pela sua distribuição, tornando-a accessível aos que preferem um material no formato impresso. Queremos registrar o agradecimento ao companheiro Valter Pomar, idealizador da revista, que realizou com o máximo empenho e competência a tarefa de editor da revista até seu oitavo número, função que doravante estará em outras mãos.

Em sua crítica a Hegel, Marx afirmava: "As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apodera das massas". Que esta publicação possa seguir contribuindo neste sentido!

A editora e os editores

Entrevista a Fernando Lugo, ex Presidente y actual Senador del Paraguay

Por María Lilia Macedo e Carlos Francisco Bauer***

Paraguay busca re-emerger desde una política social y comunitária

Tras las crisis de los gobiernos progresistas los países latinoamericanos vuelven a ser golpeados por diferentes estrategias imperialistas-neoliberales, pero esta vez no sin elaborar importantes respuestas ante dichas embestidas. Es por esto que nos encontramos en una coyuntura muy particular y una muestra de ello es la campaña encabezada por Fernando Lugo y el Frente Guazú que él fundó, como propuesta ante el inminente crecimiento de la crisis que propone el neoliberalismo y el Partido Colorado en Paraguay. La siguiente entrevista intenta focalizarse en algunos puntos centrales y exteriorizar la visión social, económica, política, cultural y la opción por los pobres en la concepción y formación del ex Presidente y actual Senador Fernando Lugo.

Esquerda Petista: ¿Usted cómo actual senador como ve al Paraguay en la actualidad y dentro del contexto Latinoamericano?

Fernando Lugo: Bueno, yo creo que los países del continente han tenido cambios rápidos. Cambios que se han dado en estos últimos cinco o siete años de manera brusca. Cambios en los sistemas económicos, cambios en los sistemas políticos y cambios también en los modos de vivir de la gente. En Paraguay, después del golpe parlamentario del 2012, se instala un modelo de políticas económicas neoliberales, un modelo para beneficiar a pocas familias, excluyendo aquellas personas y grupos sociales muy olvidados históricamente, prevaleciendo un modelo excluyente, un modelo que beneficia a poca gente, a un grupo muy pequeño. Solemos hablar de cuatrocientas, quinientas familias en Paraguay que viven muy pero que muy bien y un millón de familias que viven arañando el presupuesto, el salario, apenas alcanzando al fin de mes algunos. Un modelo diferente al nuestro. Nuestro modelo era un modelo incluyente que tenía muy en cuenta el eje soberanía, el eje del buen vivir, el eje de las políticas sociales, como salud, educación, viviendas, infraestructura.

¿Cómo repiensa el tema de los Derechos Humanos relacionados a la dictadura paraguaya?

La cuestión de los derechos humanos es un eje trasversal en todo tipo de política de Estado, ahí tenemos que tener en cuenta que hay derechos humanos de primera generación, segunda generación, tercera generación. Se ha ampliado el espectro de los derechos humanos. La dictadura paraguaya hizo tabla rasa de todos os derechos humanos, y violó absolutamente todos los derechos personales y sociales de la ciudadanía. Es un elemento que nadie puede negar teniendo una visión crítica de lo que fueron 35 años de la dictadura de Stroessner, en referencia a los derechos humanos de dimensión

social, sobre todo los derechos sociales. Yo vengo de una tradición que no es ideológico-política, incluso en la Biblia nosotros hablamos de los derechos del pobre, hablamos de los derechos de los excluidos, de los sin voz, el derecho a una vida digna, el derecho a la salud, el derecho a una educación, el derecho a un buen vivir, que son derechos nuevos que no los explicita aquella declaración del 1948, pero sí que están muy expuestos hoy en la vida de todos los ciudadanos.

¿Cómo relaciona su formación religiosa, teológica con su actividad política?, ya que el oficialismo religioso dice: "la gente religiosa no debe meterse en política".

Primero, yo suelo considerar que política y religión son dos caras de una misma moneda. Ahora me invitaron a Azerbaijan – al Quinto Fórum Mundial – y sobre la mesa uno de los temas era que en nombre de la religión se han provocado muchas guerras y muertes, y que es error de los políticos cuando nuestras culturas y nuestras religiones nos dividen en el mundo moderno. Religión y política no son dos realidades diversas, por lo menos nosotros, de tradición cristiana, consideramos que uno de los elementos fundamentales de nuestra fe es la caridad. El papá Francisco repite lo que Pio XI decía: la política es la expresión más sublime del amor. Yo creo que ahí hay un momento de conjunción entre política y religión. Muchas veces la política es la herramienta eficaz de realizar la caridad. Nosotros, como obispos, muchas veces sentíamos impotencia de no hacer esa caridad más efectiva, sin embargo, la política es la herramienta a través de la institución del Estado de hacer efectiva esas políticas sociales. Son formas de caridad. En mi formación filosófica–teológica, sin tener una formación ideológica partidaria, simplemente yo hago la transposición de los valores religiosos al ámbito político, en términos de que coincidan estas direcciones y estas maneras de vivir la caridad a través de la política.

Foto: GETTY IMAGES

Fernando Lugo fue presidente de Paraguay entre 2008 y 2012

"En mi formación filosófica–teológica, sin tener una formación ideológica partidaria, simplemente yo hago la transposición de los valores religiosos al ámbito político, en términos de que coincidan estas direcciones y estas maneras de vivir la caridad a través de la política"

¿Tiene mayor familiaridad con la teología de la liberación?

Sin ninguna duda, yo creo que la Teología de la Liberación, ya lo decía Juan Pablo II, es un gran aporte a la teología universal. Juan Pablo II escribió una carta a los obispos brasileños y les decía que la Teología de la Liberación – que muchos quieren satanizar – él la reivindica, y también decía que ya forma parte del patrimonio teológico de la iglesia universal, entonces le da validez a la Teología de la Liberación.

¿Cómo piensa la integración, la reintegración del Paraguay en el continente latinoamericano?

Yo creo que en Paraguay, como país mediterráneo, no tenemos otra alternativa que mirar más allá de las fronteras en una integración mucho más equitativa. Yo creo que los grandes intentos

de integración que hubo desde Uruguay, Paraguay – allá por la década de los 70 – y Bolivia, y después el Mercosur del 91, después en el 2009-2010, lo que fue UNASUR y la SELAC. A nivel latinoamericano hubo grandes intentos regionales de integración, pero que fueron dados en el marco político y no tanto en el campo cultural y el campo económico. Yo creo que eso ha sido una lección aprendida, hoy estamos nosotros desde nuestra bancada [Senado], nuestra perspectiva política en la Secretaria de Asuntos Internacionales es de mirar para una integración mucho más estructurada, mucho más eficaz, en la cual todos salgamos beneficiados. Es el sueño de la Patria Grande, sin límites, sin fronteras, que marquen y diferencien las políticas nacionales, yo creo que el futuro de América Latina se ve expresado en la integración continental.

¿Cuáles son sus propuestas frente a la organización/movilización de las mujeres, de la juventud y del campesinado en Paraguay? Habría democracia sin estas tres categorías en la construcción del poder político y de una ciudadanía participativa?

En el 2015 yo fui presidente de una de las comisiones principales del Senado, que es la Comisión de Asuntos Constitucionales. Nuestra comisión fue la primera que dio su dictamen sobre la Ley de Paridad Democrática. Yo creo que en estos días – la primera semana de marzo – serán tratadas en el senado esta Ley de Paridad Democrática donde da igualdad de oportunidades a las mujeres y varones en todo los estamentos, no solo en el ámbito político, sino, en todos los estamentos, ya sea barrial, organizacional, cooperativas, partidos políticos, estamentos del estado. Hay una canción muy popular en Paraguay (Kuña'ŷre ndaikatúi oiko mba'eve)[1], pues sin la participación afectiva y efectiva de la mujeres no se puede caminar ni hacer un país de verdad. Yo creo que la gente ha tomado conciencia de eso, pues sin este estamento, que es el 50 por ciento de la sociedad paraguaya, no se puede ni siquiera pensar en ningún tipo de participación paritaria y democrática. Lo mismo el sector campesino. Paraguay es un país agrícola y seguirá siendo agrícola. Pensamos en crear el Ministerio de Agricultura Familiar Campesina como elemento indispensable para ampliar la producción de alimentos en las pequeñas fincas paraguayas.

> "En Paraguay, después del golpe parlamentario del 2012, se instala un modelo de políticas económicas neoliberales, un modelo para beneficiar a pocas familias, excluyendo aquellas personas y grupos sociales muy olvidados históricamente..."

Foto: Difusión

Seguidores de destituido presidente Fernando Lugo protestan en las calles de Asunción

1 Dicha expresión significa "sin la mujer nada funciona". Agradecemos a Fabián Franco por la colaboración en la transcripción y traducción de las expresiones en guaraní.

* **MARÍA LILIA MACEDO** es estudiante de pos graduación en Políticas Públicas y Desenvolvimiento en la Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), participa del movimiento campesino e indígena de Santiago del Estero (Vía Campesina) y del Comité Mujeres Auto-convocadas de Puerto Iguazú.

****CARLOS FRANCISCO BAUER** es trabajador comunitario y doctor en Filosofía (Universidad Nacional de Córdoba/Argentina). Profesor de Historia en la UNILA, dicta aulas sobre la Problemática de la Filosofía Latinoamericana; Antropología Filosófica y Colonialismo; Ética y Ciencia; Introducción al Pensamiento Científico). Es autor de varios libros, entre ellos uno sobre Analéctica y otro sobre Anápolis.

Políticas y procesos generacionales en la América Latina actual: la persistencia del protagonismo juvenil a 100 años de la Reforma Universitaria de 1918

"La juventud ya no pide. Exige que se le reconozca el derecho a exteriorizar su pensamiento propio en los cuerpos universitarios por medio de sus representantes. [...] Si ha sido capaz de realizar una revolución en las conciencias, no puede desconocérsele la capacidad de intervenir en el gobierno de su propia casa"

(Manifiesto Liminar – Cordoba, Argentina, 21 de junio de 1918).

Pablo Vommaro

Protagonismo juvenil en las movilizaciones y los conflictos sociales

Las últimas dos décadas estuvieron signadas por el protagonismo juvenil en las movilizaciones y los conflictos sociales que se desplegaron en diversos países de América Latina. A su vez, en el mismo período se han producido en otras regiones del mundo (África del Norte, Europa, América del Norte) procesos de movilización social que encuentran en los jóvenes sus principales impulsores. Los movimientos de carácter más sociopolítico, como los de la denominada primavera árabe que contribuyeron a la caída de distintos gobiernos en África del Norte, los múltiples colectivos que se agrupan bajo la denominación de *indignados* en Europa (sobre todo en España) y Estados Unidos, las organizaciones estudiantiles que luchan por la democratización y la mejora de la calidad de una educación mercantilizada y degradada en América Latina (Chile, Colombia, México), los colectivos movilizados por el *No a la Baja* y las legislación de reconocimiento de derechos y eliminación de penalizaciones en Uruguay y la Argentina, los del *Si a la Paz* y el *Paz a la Calle* en Colombia, los jóvenes urbanos movilizados en Brasil desde las periferias a los centros y las juventudes de Honduras y Guatemala que se manifiestan contra gobiernos corruptos, fraudulentos y autoritarios han sido los más visibles, pero no son los únicos.

Existen también agrupaciones de indígenas, de trabajadores precarizados, de diversidades sexuales, de migrantes, de campesinos y diversos espacios culturales, entre muchos otros, que son activos protagonistas de los conflictos y movilizaciones en sus territorios de acción específicos. Los jóvenes de los sectores populares y las periferias de muchas grandes ciudades también han construido colectivos y asociaciones que expresan sus formas singulares de participación y compromiso con lo público y con la transformación de la realidad en la que viven, a la vez que son emergentes que expresan los conflictos urbanos de la actualidad. entes que expresan los conflictos urbanos de la actualidad.

Es esta acción contenciosa con marcas generacionales en diversos países latinoamericanos como Argentina, Chile, Colombia y México, la que marca las agendas públicas y las dinámicas de movilización y conflicto social, excediendo las delimitaciones etarias y sectoriales

Derechos, diversidades y desigualdades

Por otra parte, en las últimas décadas se produjo en América Latina un proceso de ampliación de derechos y reconocimiento de las diversidades sociales de carácter regional y transversal a diferentes gobiernos. En el caso de los jóvenes, esto posibilitó, entre otras cosas, la ampliación de la edad de habilitación para votar de los 18 a los 16 años en países como Uruguay, Bolivia y Argentina, que se sumaron a Cuba, Brasil, Ecuador y Nicaragua, donde esto ya sucedía. Asimismo, existieron intensos debates públicos para implementar la medida en Colombia y México. Aunque la participación electoral no es elevada entre los jóvenes en países como Chile y en otros se mantiene dentro la media general, si desagregamos el voto considerando la dimensión generacional vemos que en muchos casos los resultados son distintos a los obtenidos en los escrutinios. Es conocido que si hubiesen votado solo las personas menores de 35 años y las mujeres Trump no sería presidente de los Estados Unidos y en Inglaterra no hubiese ganado el *Brexit*. Asimismo, el voto juvenil fue abrumadoramente a favor del Sí a la Paz en Colombia en 2016.

Además, las juventudes continúan ocupando y disputando los espacios públicos para visibilizar e instalar sus demandas, protestas y propuestas. Esto nos lleva a resaltar no sólo la característica etaria, sino a apostar por una lectura generacional de estos procesos.

Es esta acción contenciosa con marcas generacionales en diversos países latinoamericanos como Argentina, Chile, Colombia y México, la que marca las agendas públicas y las dinámicas de movilización y conflicto social, excediendo las delimitaciones etarias y sectoriales.

Las respuestas estatales a esta movilización juvenil en las calles y los territorios es distinta según países y coyunturas, pero en muchos casos las y los jóvenes son reprimidos, criminalizados, perseguidos y asesinados. Algunos pensadores caracterizan esta situación de negación y desacreditación simbólica y de eliminación física de las juventudes (los 43 de *Ayotzinapa* y miles más en México, los cientos de *falsos* positivos y los líderes sociales asesinados en Colombia y en países de Centroamérica, las y los jóvenes negros de las periferias urbanas en Brasil, entre tantos otros casos) como juvenicidio o genocidio juvenil por goteo. Así, a pesar del proceso de ampliación de derechos y reconocimiento de las diversidades que mencionamos, las desigualdades persistentes que se expresan más agudamente entre los jóvenes y negación simbólica y física de las juventudes que precariza y elimina vidas marcan una agenda urgente de políticas públicas para revertir estos procesos.

A partir de lo dicho podemos destacar dos rasgos característicos de este proceso de movilización juvenil analizado en la mediana duración. Se trata, por un lado, de movilizaciones que superan ampliamente los reclamos sectoriales para discutir cuestiones más amplias y cuestionar la dinámica urbana del Brasil actual. Sobre todo, en lo que hace al mercado inmobiliario, la vivienda y el derecho a transitar libremente y sin restricciones por la ciudad, rompiendo la segregación espacial que limita las posibilidades de apropiación de la ciudad por parte de amplios sectores de la población, en especial jóvenes de las periferias. Asimismo, los colectivos y organizaciones que impulsaron este proceso expresan otras formas de habitar la ciudad y de uso, apropiación y producción de lo público, no sólo a nivel espacial concreto, sino también abarcando al transporte y las condiciones que posibiliten la libre movilidad urbana, el derecho al ocio; y extendiéndose a formas estéticas y artísticas de intervenir la ciudad con murales, grafitis o *pixações*[1].

De esta manera, aún en esta coyuntura que podría parecer adversa y regresiva, las juventudes continúan apostando por la militancia, por lo colectivo, por componerse con otros, por disputar lo público, por realizar sus propuestas, por con-

cretar sus sueños y por participar también en instancias electorales y partidarias. Es esta persistencia juvenil por participar de lo común, por desafiar lo establecido y por construir otras maneras de estar juntos lo que empuja un presente conflictivo y nutre nuestros anhelos de construir sociedades más justas y solidarias.

Juventudes, estudiantes y Reforma Universitaria: cambios y persistencias

La vida en la Universidad y la constitución del movimiento estudiantil han sido puntos de partida obligados para los estudios sobre jóvenes, juventudes y sus relaciones con la política. En América Latina esto cobró una significación especial a partir del movimiento conocido como Reforma Universitaria, iniciado en Córdoba (Argentina) en 1918. Este movimiento significó también la irrupción de las juventudes –que aparecieron bajo la nominación de estudiantes- en la dinámica política educativa y general a partir de diversas movilizaciones, huelgas estudiantiles y ocupaciones de universidades para lograr la democratización, la participación estudiantil en la toma de decisiones y el cambio en las metodologías de enseñanza y los currículos[2].

Esta rebelión estudiantil cordobesa tuvo su expresión en el célebre *Manifiesto Liminar* de la Federación Universitaria de Córdoba titulado *La Juventud argentina de Córdoba a los Hombres Libres de Sudamérica*. Este manifiesto finaliza diciendo: "La juventud ya no pide. Exige que se le reconozca el derecho a exteriorizar su pensamiento propio en los cuerpos universitarios por medio de sus representantes. […] Si ha sido capaz de realizar una revolución en las conciencias, no puede desconocérsele la capacidad de intervenir en el gobierno de su propia casa"[3].

El espíritu de las propuestas y denuncias del movimiento reformista también se expresa en el discurso pronunciado por Horacio Valdes al cierre de una marcha estudiantil realizada el 10 de marzo de 1918 por las calles de Córdoba: "El actual régimen universitario está profundamente viciado y en ruina y es deber ineludible de todos contribuir a su dislocamiento. El principio de autoridad está resentido no por el espíritu levantisco de los que lo soportan, sino por la insolvencia moral de los que lo ejercen".

La Reforma se extendió rápidamente a otras regiones de la Argentina y a otros países de América Latina, teniendo efectos políticos que excedieron ampliamente al movimiento estudiantil en países como Perú, Chile, Colombia, México y Cuba (Tünnermann Bernheim, 2008)[4].

En los movilizados años sesenta y setenta del siglo XX, hablar de juventudes y políticas también era hablar de movimiento estudiantil, sobre todo universitario. Más aún, las obras académicas y los discursos públicos producidos en ese momento en general no refieren al sujeto juvenil como un actor social de relevancia. Más bien los jóvenes aparecen solapados detrás de otras filiaciones que se consideraban más importantes y explicativas como la clase social o la condición de estudiante[5]. También se vislumbran tras algunas producciones o discursos culturales como el rock, movimientos como los hippies, ciertas vanguardias artísticas; o asociados a la militancia política, en general partidaria, y también dentro de los grupos armados o guerrillas. Si bien estos espacios estaban mayoritariamente conformados por jóvenes, lo juvenil no es problematizado como tal y la identificación estudiantil prevalece.

Un recorrido panorámico por las principales experiencias de politización[6] estudiantil que se despliegan en América Latina en la actualidad nos muestra que se trata de organizaciones que producen movilizaciones que expresan posibilidades políticas de establecimiento de rela-

Painéis expostos no campus da Universidade Nacional de Córdoba; no detalhe, Monumento em homenagem ao centenário do manifesto na Universidade

ciones intergeneracionales, a la vez que tienden puentes entre las movilizaciones de los jóvenes y las de otros movimientos y expresiones sociales colectivas más o menos organizadas. Así, vemos como estas movilizaciones superan ampliamente los límites sectoriales (y aun los generacionales) para convertirse en procesos que dinamizan diversas luchas sociales más amplias y expresan impugnaciones al sistema dominante que exceden las cuestiones educativas.

Estas experiencias de politización y radicalización juveniles, que desbordan los reclamos sectoriales, pueden ser analizadas también desde los planteos de Badiou (2000) quien sostiene que no se puede "llamar movimiento a aquello que es una simple defensa de un interés", "no hay movimiento si solo se trata de una reivindicación particular o interesada". Y agrega que en un movimiento "siempre hay demandas, hay reivindicaciones, hay pedidos", pero el movimiento es "mucho más que esos pedidos, que esas demandas" (Badiou, 2000: 27). En esta clave, un movimiento social se constituye como tal cuando es capaz de superar la dimensión sectorial y particular y expresar aspiraciones políticas más generales, que interpelan lo común.

Dentro de estas reflexiones, sostenemos que los anhelos, principios y desafíos que sustentaron al movimiento reformista iniciado en 1918 continúan vigentes. También persisten, en una coyuntura distinta, las búsquedas que se expresaron en los movimientos y rebeliones de fines de los años sesenta y comienzos de los setenta, en América Latina y el mundo. Sigue siendo necesario "llamar a todas las cosas por el nombre que tienen" para lograr "una vergüenza menos y una libertad más". "Los dolores que nos quedan" continúan siendo "las libertades que nos faltan" en una hora que es cada vez más latinoamericana. Los tiranos siguen ensoberbecidos y muchas universidades, aisladas política, social y culturalmente, asfixiadas económicamente o desconectadas de los procesos sociales en las que se desenvuelven, constituyen un "reflejo de estas sociedades decadentes que se empeñan en ofrecer el triste espectáculo de una inmovilidad senil".

La denominada tercera generación de Derechos Humanos se profundizó y amplió en la región incorporando derechos de diversas minorías (étnicas y sexuales entre las principales) e introduciendo nociones como "buen vivir", soberanía alimentaria y los derechos de la tierra...

Es necesario retomar muchos de los desafíos de 1918, reconfigurados en los años sesenta y setenta y actualizados al calor de la coyuntura presente. Porque a la luz de las realidades que viven Brasil y diversas regiones de nuestro continente y de los colectivos juveniles que despliegan sus propuestas y alternativas, podemos seguir sosteniendo lo expresado en el *Manifiesto Liminar*: "La juventud ya no pide. Exige que se le reconozca el derecho a exteriorizar su pensamiento propio... Está cansada de soportar a los tiranos [...] e incita a colaborar en la obra de libertad que inicia". [7]

Algunos puntos para seguir pensando

A partir de nuestras reflexiones, podemos distinguir algunos rasgos de los procesos de politización generacionales que se desplegaron en la región en los últimos años.

Por un lado, estos movimientos se enmarcan en el proceso de paulatina ampliación de derechos y de creciente consideración de las diversidades sociales que se produjo en América Latina en los últimos años y que involucró especialmente a los jóvenes, que muchas veces fueron los principales beneficiarios de estos nuevos derechos, y también los principales luchadores para lograrlos. La denominada tercera generación de Derechos Humanos se profundizó y amplió en la región incorporando derechos de diversas minorías (étnicas y sexuales entre las principales) e introduciendo nociones como "buen vivir", soberanía alimentaria y los derechos de la tierra en materia de extractivismo y explotación de los recursos naturales. Así, tanto las cuestiones vinculadas a grandes colectivos sociales excluidos durante años, como las relacionadas con el medio ambiente y la tierra, se convirtieron en objeto de derecho y políticas públicas. La nueva agenda de derechos que se conformó la región se nutrió también de las recientes discusiones acerca del derecho a la educación, especialmente en lo referido a la educación superior. Así, las movilizaciones de estudiantes secundarios y universitarios en los países seleccionados (y en menor medida en Brasil y Argentina) pusieron en evidencia las crecientes limitaciones y los

En los movilizados años sesenta y setenta del siglo XX, hablar de juventudes y políticas también era hablar de movimiento estudiantil

urgentes cambios que requieren los sistemas educativos en América Latina. Esta situación se torna aún más significativa si coincidimos con Tapia en que "el derecho a estudiar ha generado y genera capacidades que producen, históricamente, una ampliación de los derechos por la vía del desarrollo de conocimientos y de capacidades, que permiten ir modificando formas más estrechas de pensar los derechos de la igualdad, también capacidades para pensar las instituciones necesarias, las políticas y los modos de generar los recursos y producir los bienes públicos" (Tapia, 2012). Entonces, ampliación de derechos empujada por los movimientos, asunción de las diversidades como constitutivas de las juventudes contemporáneas y una política que se torna también ética conforman una trama que configura muchos de los rasgos de las organizaciones que estudiamos.

Por el otro, las formas de expresión pública de las movilizaciones sociales en América Latina experimentaron diversas transformaciones desde mediados de la década del noventa. Entre los jóvenes estos cambios se expresaron en el crecimiento de otros modos de escenificar la presencia colectiva en el espacio público, sobre todo a través de la acción directa (expresada por ejemplo en la toma de un liceo o una universidad, y también en los *escraches* a políticos o instituciones). Estas formas de acción directa están ligadas a las modalidades de democracia directa que caracterizan la disposición interna de las organizaciones e instituyeron una forma política que hemos denominado en otros trabajos "política con el cuerpo" o "política de cuerpo presente" (Vommaro, 2010). Entre otras cosas, esta modalidad fue una expresión del carácter indelegable que adquirió la política. Es decir, del cuestionamiento a la posibilidad de delegar la representación del propio cuerpo y la propia voz. Así, la acción directa y la política con el cuerpo se volvieron fundamentales ya que no sólo permitieron enunciar necesidades o aspiraciones; sino que a la vez, instituyeron formas de visibilidad social y de creación de valores y símbolos colectivos. Por eso, no sólo fue relevante la visibilización de los cuerpos sino además, y fundamentalmente, el proceso que podemos denominar "carnavalización de la protesta, la dramatización de los referentes identitarios,

la imaginación para captar la atención de los medios de comunicación, trastoca las relaciones en el espacio público y señala la transformación en los modos de hacer política" (Reguillo 2000:148). Se constituye entonces una estética singular creada en torno a las acciones colectivas juveniles en la que lo político y lo artístico-cultural se encuentran inevitablemente articulados. A partir de lo dicho podemos pensar que las acciones directas que caracterizan muchos de los movimientos juveniles que mencionamos implicaron también un proceso de apropiación, uso y producción del espacio público, instituyendo los espacios públicos no estatales –comunitarios- y expresando los desafíos a las formas establecidas que encarnaron estas organizaciones junto a otros sectores sociales.

En tercer lugar, las actuales formas y tecnologías de la comunicación y la información –en particular las redes sociales- no son solo un canal fundamental de expresión y visibilidad de los movimientos, sino que constituyen un componente relevante para comprender la constitución y consolidación de estas organizaciones. Así, estas redes se convierten en un territorio de acción política similar a otros, en los que por un lado, se produce una disputa por su control; y por otro se despliegan formas de comunicación interna y de acercamiento de nuevos miembros y adherentes.

PABLO VOMMARO es doctor en ciencias sociales e posdoctor en ciencias sociales, niñez y juventud profesor de historia en la Universidad de Buenos Aires (UBA), investigador asistente del Consejo Nacional de Pesquisas Cientificas y Tecnicas (CONICET) y Director de Grupos de Trabajo y Promoción de la Investigación del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Las actuales formas y tecnologías de la comunicación y la información –en particular las redes sociales- no son solo un canal fundamental de expresión y visibilidad de los movimientos, sino que constituyen un componente relevante para comprender la constitución y consolidación de estas organizaciones

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. (1918) *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América*

Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba – 1918. Varias ediciones. Tomado de: https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar

Badiou, Alain (2000). *Movimiento social y representación política.* Buenos Aires, Instituto de Estudios y Formación de la CTA.

Reguillo, Rossana (2000). *Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto.* Buenos Aires, Norma.

Tapia, Luis (2012). "Universidad pública, posgrado y renovación del Conocimiento y las sociedades", en Gentili, P. y Saforcada, F. (Coord). *Ciencias Sociales, producción de conocimiento y formación de posgrado. Debates y perspectivas críticas.* Buenos Aires, CLACSO.

Tünnermann Berheim, Carlos (2008). *Noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba (1918-2008*). Buenos Aires, CLACSO.

Vommaro, Pablo (2010). "Política, territorio y comunidad: las organizaciones sociales urbanas en la zona sur del Gran Buenos Aires (1970-2000)". Tesis doctoral defendida en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Director: Federico Schuster. Co-director: Pablo Pozzi. *Mimeo*.

NOTAS

1 La *pixação* es una práctica similar al grafiti, en la cual los *pixadores* realizan inscripciones callejeras con tipografías singulares y distintivas, generalmente en forma clandestina u oculta. En San Pablo existen decenas de colectivos juveniles de *pixadores*,que despliegan sus propuestas estéticas en las paredes de la ciudad.

2 El movimiento conocido como Reforma Universitaria de 1918 surgió en la Universidad de Córdoba, Argentina en junio de 1918 y tuvo rápidamente una proyección latinoamericana. El motivo principal de la lucha estudiantil fue democratizar la universidad, transformar los currículos de estudio, reforzar el carácter laico y asegurar la participación estudiantil en el gobierno universitario. La fecha simbólica de inicio es el 15 de junio de 1918, momento en el cual los estudiantes irrumpieron en la Universidad para impedir que se consumara la elección del rector y declararon una huelga general. La movilización tuvo su momento más álgido el 9 de septiembre cuando la Federación Universitaria de Córdoba asumió la dirección de la Universidad y el gobierno ordenó al Ejército reprimir la ocupación. La lucha reformista mostró su éxito en las reformas de los estatutos de las principales universidades de la Argentina, aunque en 1922 y 1924 los estudiantes cordobeses tuvieron que recurrir nuevamente a la huelga debido a las demoras en implementar las reformas y la continuidad de los mismos problemas contra los que se habían levantado en 1918.

3 Cita tomada del Manifiesto Liminar "La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba – 1918", del 21 de junio de 1918. Disponible en: https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar

4 Es en esta época cuando se producen los primeros textos que abordan la juventud en tanto sujeto social y político desde la noción de generación, que será retomada en los últimos años. Para ampliar esto ver, por ejemplo, a Mannheim y Ortega y Gasset. También en la década de 1920 se producen textos de autores como José Carlos Mariátegui (en Perú) y Julio Antonio Mella (Cuba), ambos influidos por el movimiento reformista de 1918.

5 La confluencia entre organizaciones obreras y estudiantiles que se produjo en acontecimientos como el mayo francés de 1968 o el Cordobazo de 1969 (que pueden ser analizados desde la perspectiva generacional y juvenil) alimentó estas interpretaciones.

6 Por politización entendemos el proceso por el cual las dimensiones personales, subjetivas y cotidianas de la vida individual y social devienen políticas, se vuelven parte del espacio público y de las cuestiones comunes. Es decir, un proceso en el que ciertas prácticas devienen políticas al expresar antagonismos sociales situados en una coyuntura socio-histórico-cultural singular.

7 Cita tomada del Manifiesto Liminar "La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba – 1918", del 21 de junio de 1918. Disponible en: https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar

A estrela de LULA

Licio Lobo

Lula tem mais de 30% nas pesquisas porque representa a vontade de largas parcelas da classe trabalhadora de derrotar o golpe e suas medidas. Há, portanto, uma enorme energia social que pode ser mobilizada nos próximos meses

Qual o papel de Lula na história recente do Brasil? Certamente a resposta demandará ainda o trabalho árduo dos historiadores do futuro e estará sujeita às contingências dos embates de classes que virão.

Mas podemos intuir desde já que as "chaves explicativas" para a resposta a esta pergunta, sendo várias, certamente serão desafiadas pelos acontecimentos do dia 7 de abril de 2018, data da sua prisão.

Acontecimento impensável para muitos há poucos meses atrás, ainda que previsível ou ao menos inscrito na teia das possibilidades para outros, a prisão de Lula expôs dramaticamente as fraturas abertas na sociedade brasileira.

Na montagem, fotos de Lula líder sindical durante greve dos metalúrgicos em 1979, no ABC paulista, e no dia 7 de abril de 2018, carregado por apoiadores em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, pouco antes da sua prisão

Para além das disjuntivas táticas presentes numa conjuntura política tensa e polarizada, do que se tratava ali era um daqueles momentos em que se condensam tendências de longo prazo mais profundas e enraizadas, que colocam a céu aberto os **impasses estratégicos** presentes na cena política e social e desafiam a ação das diferentes classes sociais.

Bem vistas as coisas, a prisão foi, ao mesmo tempo, uma aposta de risco e uma consequência lógica da dinâmica imposta ao país pelos sócios da empreitada golpista em curso no Brasil desde 2016, a começar pelo grande capital estrangeiro presente no país, passando pelas diferentes frações da burguesia brasileira, pela grande mídia empresarial, pelo comando das Forças Armadas e pelos setores hegemônicos do aparato judicial.

Da perspectiva de Lula, a prisão recolocou o aqui e agora, **o tempo presente**, como o tempo que desafia o conjunto da sua trajetória, ao colocar-lhe desafios extremos que, sendo pessoais, transcendem esta dimensão, pelo caráter de disputa aguda entre classes sociais que encerram.

Falamos acima das "chaves explicativas" para uma possível compreensão da trajetória de Lula. Dentre elas, aquela que constrói uma espécie de mitologia em torno da sua figura histórica é sem dúvida aquela mais potencializada pelos fatos recentes, não obstante suas limitações e problemas metodológicos e políticos derivados. A prisão como que reforça e renova o mito.

Na tradição da esquerda socialista, a questão do "mito" é estudada, dentre outros, por Gramsci, teórico e dirigente do Partido Comunista Italiano, que classifica ***O Principe*** de Maquiavel, como uma *"exemplificação histórica do "mito"....isto é, de uma **ideologia política** que se apresenta não como uma fria utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da **fantasia concreta** que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua **vontade coletiva**".*

Gramsci desenvolve sua análise situando a questão nas sociedades industriais das primeiras décadas do século XX e conclui que nestas sociedades o **"moderno príncipe"** não pode ser uma pessoa, mas se materializa no **"partido político"**.

Destaca ainda que *"é preciso definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como **protagonista de um drama histórico real e efetivo**".*

Como compreender, com base neste referencial teórico, a questão de Lula como "figura mítica", sua relação com as massas e com o próprio PT? Incontornável neste aspecto, não relembrar as palavras de Lula no discurso feito no dia da prisão:

Consciente do seu papel histórico e do "momento limite" em que vive, Lula parece aqui cioso em mobilizar todos os recursos em defesa de um legado que, longe de ser pessoal, é produto de toda uma época histórica que viu nascer um protagonismo inédito das "classes trabalhadoras" na arena política do país, desde o ascenso do movimento operário no final dos anos 70, a criação do PT, a eleição do primeiro presidente operário e os governos Lula e Dilma

"Eles não sabem. Eles não sabem que o problema deste país não chama-se Lula, o problema deste país chama-se vocês, a consciência do povo, o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB, o MST, o MTST, eles sabem que tem muita gente....Não adianta tentar acabar, sabe, com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las.....Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei ***porque eu não mais sou um ser humano, sou uma ideia****, uma ideia misturada com a ideia de vocês..."*

Consciente do seu papel histórico e do "momento limite" em que vive, Lula parece aqui cioso em **mobilizar todos os recursos** em defesa de um legado que, longe de ser pessoal, é produto de toda uma época histórica que viu nascer um protagonismo inédito das "classes trabalhadoras" na arena política do país, com o ascenso do movimento operário no final dos anos 70, a criação do PT, a eleição do primeiro presidente operário do pais em 2002 e os governos Lula e Dilma até 2016.

Parafraseando Gramsci, citado anteriormente, eis aí todo um **"drama histórico real e efetivo",** longamente maturado durante décadas de desenvolvimento do capitalismo no país, responsável pela concentração do jovem proletariado nas grandes fábricas metalúrgicas do ABC e pelo regime ditatorial que fez emergir a fagulha da rebelião operária e tudo que se seguiu até 2016, quando um novo golpe foi perpetrado contra a democracia no pais.

Na conjuntura da década de 80 do século passado, o ineditismo consistiu não exatamente na presença ativa do proletariado nas lutas sociais e embates políticos, pois esta existia já nas movimentações dos anarquistas no início do século passado e no papel hegemônico exercido pelo PCB na esquerda brasileira até o golpe de 1964, mas fundamentalmente no fato de que é a partir do fortalecimento do PT que estabelece-se na dinâmica política do pais uma polarização em que as classes trabalhadoras se constituem num dos **polos ativos** da disputa, superando seu papel anterior de caudatário coadjuvante nas disputas interburguesas.

No momento da prisão é a este "conjunto da obra" que a fala de Lula remete, sem prejuízo de que possa haver (e haja de fato), considerações críticas de toda ordem ao seu papel (e ao papel do PT) em pontos específicos ou no conjunto da trajetória.

Em especial, a eleição de Lula a presidente da República em 2002 remete a uma espécie de "revolução cultural", em que largos setores das massas populares até então presas dos preconceitos e medos instilados pelos aparatos de dominação das classes dominantes, resolveram dar seu "voto de confiança" para um "igual". É como se o slogan "trabalhador vota em trabalhador" usado pelo PT nas eleições de 1982 se consumasse com vinte anos de atraso.

O episódio da prisão de Lula encerra ainda várias outras simbologias, desde a celebração da missa em memória da companheira Marisa até o discurso repleto de imagens, metáforas e alusões às lutas passadas e ao legado positivo dos seus governos.

Mas há um núcleo central da simbologia que salta aos olhos e ganha um peso estrutural na construção toda: Lula foi ao encontro dos companheiros de luta e montou sua resistência à prisão arbitrária na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo.

Negou a Moro, à Rede Globo e à burguesia toda a foto de uma prisão humilhante e construiu uma narrativa que combinou habilmente uma mensagem de resistência paciente, indignação e chamado à luta para a massa reunida nas ruas em frente ao sindicato naquela manhã do dia 7 de abril.

Foto: Ricardo Stuckert

Neste momento limite, em que precisava "justificar" para a militância ali reunida, disposta a resistir, a sua decisão de entregar-se, a referência de Lula foi a greve metalúrgica de 1979, ocasião em que teve que enfrentar-se também com uma contrariedade da massa. É como se tivesse aqui de lançar mão de toda sua habilidade retórica e argumentativa para passar o recado de que a entrega à PF era apenas o início de uma luta e não uma derrota. Vale a pena acompanhar os principais trechos da longa argumentação:

..... eu estou contando isso para ***tentar chegar ao que eu quero dizer para vocês****. Em 1979, esse sindicato fez uma das greves mais extraordinárias***.** *Nós conseguimos fazer um acordo com a indústria automobilística que foi, talvez, o melhor....Eu resolvi levar o acordo para a assembleia.... Pois bem, nós começamos a colocar o acordo em votação e cem mil pessoas, no estádio da Vila Euclides, não aceitavam o acordo. Era o melhor possível.... Mas a peãozada estava tão radicalizada que queria 83 ou nada.....E aí passamos um ano sendo chamados de pelegos pelos trabalhadores…E eu ia na porta de fábrica e ninguém parava...Nós levamos um ano para recuperar o nosso prestígio na categoria. E eu fiquei pensando com ar de vingança: os trabalhadores dizem que podem fazer cem dias de greve, quatrocentos dias de greve, que eles vão até o fim. Pois eu vou testá-los em 1980. E fizemos a maior greve da nossa história, a maior greve. Quarenta e um dias de greve, com dezessete dias de greve eu fui preso e os trabalhadores começaram, depois de alguns dias, a furar a greve e nós então. E eu dizia: eu não vou acabar com a greve, os trabalhadores vão decidir por conta própria.* ***Mas é engraçado porque na derrota a gente ganhou muito mais, sem ganhar economicamente, do que quando a gente ganhou economicamente.*** *Significa que não é dinheiro que resolve o problema de uma greve. Não é 5%, não é 10%, é o que está embutido de teoria política, de conhecimento político e de tese política numa greve....* ***Agora nós estamos quase que na mesma situação, quase que na mesma situação****. Eu estou sendo processado e, eu tenho dito claramente, o processo do meu apartamento, eu sou o único ser humano que sou processado por um apartamento que não é meu....*

A explicitação desta sequência narrativa acima é importante porque atesta que há uma faceta positiva nesta ligação de Lula com o "modo sindical de fazer política" no sentido de que há uma preocupação de ligação permanente com as massas, com o mundo do trabalho, com a vida cotidiana da classe trabalhadora, ainda que mediada por vários filtros.

Mas há também ai uma limitação política implícita, no sentido de que as tarefas de um partido (e de um líder político da dimensão de Lula) que se vê na contingência de enfrentar um ataque frontal de todo aparato do estado burguês, como se trata no caso presente, necessariamente deve trabalhar no sentido de contribuir para superar na classe operária uma consciência puramente "trade-unionista", sindicalista, de modo a colocar a questão da elevação a uma **consciência de classe**, que se expressa necessariamente ao nível da totalidade e permite enfrentar diretamente a questão do poder, a questão do Estado, a questão do caráter socialista do partido. Questões que a radicalização da conjuntura volta a colocar no cenário e que, cedo ou tarde, terão que ser enfrentadas.

Superar a política de conciliação de classes que levou o PT a uma situação de extrema defensiva supõe enfrentar estas questões fundamentais ao mesmo tempo que encaramos o desafio de reatar os laços com a classe trabalhadora esgarçados nos últimos anos, tarefa em que felizmente vamos dando passos importantes.

De todo modo, estamos numa daquelas situações em que o movimento prático é fundamental e o instinto de classe aflora "naturalmente" frente aos ataques. E deste ponto de vista é importante frisar que foi a mobilização popular em São Bernardo do Campo e em todo o país que tornou possível transformar a prisão de Lula em um movimento que desmoronou parte das pretensões do golpismo. Além disso, a resistência democrática no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC demonstrou que os principais fatores que podem pavimentar a derrota do golpismo são a mobilização popular, a organização da luta e a efetivação de medidas de desobediência civil contra o arbítrio.

Desobediência civil que se manifestou, por exemplo, no simples fato de não entregar-se no prazo imposto por Moro (17 horas do dia 6 de abril), o que foi suficiente para desencadear o nervosismo e a histeria da mídia golpista e demonstrar o potencial explosivo presente na situação, com a mobilização da tropa de choque da PM paulista para as proximidades do sindicato.

Potencial explosivo que voltou à tona na tarde do dia 7 de abril, em que centenas de manifestantes, a maior parte deles jovens, tentaram ainda impedir a entrega de Lula, explicitando na prática os impasses estratégicos envolvidos na situação. Impasse mais uma vez resolvido naquele momento pela ação do próprio Lula ao romper o bloqueio com as próprias pernas, num dos momentos mais dramáticos do dia. Mas que continuam a pairar sobre o conjunto da situação.

A argumentação corrente no momento de maior tensão foi de que, além de não haver correlação de forças para um enfrentamento, era preciso evitar um acirramento e um confronto porque isto implicaria numa decretação de prisão preventiva de Lula, sem possibilidade de recurso a habeas-corpus ou uma solução por uma libertação próxima pelos tribunais superiores, que alguns almejavam e "previam" para dali alguns dias.

A crença no "estado democrático de direito" foi maior que a compreensão de que o que há é um estado de exceção e um golpe em curso que não hesitará diante de qualquer obstáculo para impedir a candidatura de Lula.

O fato é que passados mais de 120 dias da prisão, Lula continua encarcerado em Curitiba, sem perspectiva de libertação próxima. Ao contrário, é patente a mobilização de todo aparato judiciário para evitar sua libertação e sua participação nas eleições, mesmo às custas da subversão da própria lei.

Não obstante, apesar da campanha midiática, do golpe, da condenação e da prisão, Lula segue liderando as pesquisas de opinião e tem grandes chances de vencer as eleições de 2018. É por isso que os golpistas precisam impedir que Lula participe destas eleições. Não basta impedir que Lula seja candidato; os golpistas precisam, também, impedir que ele participe da campanha eleitoral. Para isto, não é suficiente negar o registro da candidatura. Os golpistas precisaram manter Lula preso. Esta foi a decisão de Moro, do TRF-4, da turma de julgadores do STJ e do Supremo Tribunal Federal.

As batalhas travadas nos tribunais resultaram em vitórias do golpismo, a mais escandalosa delas sendo a decisão relâmpago e completamente ilegal do presidente do TRF-4 que revogou a libertação de Lula, determinada pelo desembargador Favreto em julgamento de habeas corpus no dia 8 de julho, ocasião em que o juiz-tirano de Curitiba se desmascarou irremediavelmente e jogou às favas toda pretensão de, ao menos, "manter as aparências de imparcialidade".

De uma vez por todas é preciso compreender que não há garantias de liberdades democráticas num "sistema de justiça" capturado pelos interesses golpistas e parte integrante da "lógica do golpe"

De uma vez por todas é preciso compreender que não há garantias de liberdades democráticas num "sistema de justiça" capturado pelos interesses golpistas e parte integrante da "lógica do golpe". Apenas uma mobilização popular de qualidade e intensidade superiores será capaz de furar este bloqueio.

Por enquanto, a tendência é que o Tribunal Superior Eleitoral negue o registro da candidatura de Lula. Claro que se fosse respeitada a legislação e a jurisprudência, Lula poderia disputar a eleição e o deferimento ou indeferimento definitivo do registro da candidatura ocorreriam apenas no final da campanha ou até mesmo depois do processo eleitoral. Mas nada indica que o TSE respeitará a legalidade e a jurisprudência eleitoral largamente aceita que concederia a Lula o direito de concorrer.

Este conjunto de fatores demonstra a justeza da linha política adotada pelo PT ao não aceitar a brutal violência da prisão de Lula, continuidade da violência perpetrada pelo golpe de Estado de 2016, cujo objetivo foi desencadear um ataque sem precedentes nas últimas décadas aos

direitos dos trabalhadores, às liberdades democráticas e à soberania do país.

Mas as batalhas decisivas ainda estão por vir, pois os golpistas seguem fortes e contam com poderosos instrumentos, inclusive a interferência direta do imperialismo, para favorecer os seus intentos. Trata-se de manter e ampliar na classe trabalhadora a força de nossa candidatura para construir um ponto de não retorno e uma condição de vitória política e eleitoral.

A classe trabalhadora sabe que Lula é a esperança para derrotar o golpe e revogar suas medidas, a partir de um plano popular de emergência e da convocação de uma Assembleia Constituinte. Lula é nosso candidato para valer e votaremos 13 no primeiro e no segundo turnos.

Nossos inimigos de classe sabem tanto quanto nós que somente com Lula temos condições de vencer e impor uma derrota política e eleitoral ao golpe.

Por isso a grande burguesia brasileira tentará, a todo custo, impedir a candidaturade Lula.

A eleição de 2018 será uma com Lula e outra sem Lula. Com Lula livre e candidato, será uma eleição minimamente democrática, uma disputa duríssima, mas com chance de vitória para a esquerda. Sem Lula, a eleição será uma fraude e uma afronta à democracia.

Sem Lula nas urnas, com a fraude consumada, o cenário mais provável é a eleição de um presidente golpista para aprofundar o programa neoliberal. Portanto, a melhor tática a adotar neste caso é aquela que melhor nos posicione para fazer oposição, aquela que nos permita deslegitimar desde antes e desde sempre o governo resultante de uma fraude eleitoral. Não se trata, portanto, de um "boicote às eleições", mas sim de afirmar um projeto e uma narrativa votando 13 para presidente. Uma orientação tão extraordinária, quanto é extraordinária a situação que estamos vivendo.

Mas este cenário não é inevitável, nem tampouco está escrito de antemão. Lula tem mais de 30% nas pesquisas de opinião porque representa a vontade de largas parcelas da classe trabalhadora de derrotar o golpe e suas medidas. Há, portanto, uma enorme energia social que pode ser mobilizada nos próximos meses com a classe trabalhadora se colocando em movimento.

Nesta hora o derrotismo e o fatalismo correspondem a uma capitulação sem luta. Deixemos então o pessimismo no mesmo lugar onde devem ficar as ilusões perdidas para quem as tinham e travemos o bom combate.

Lula livre, Lula inocente, Lula presidente!

LICIO LOBO – militante do PT de Diadema, dirigente nacional da AE

A classe trabalhadora sabe que Lula é a esperança para derrotar o golpe e revogar suas medidas, a partir de um plano popular de emergência e da convocação de uma Assembleia Constituinte. Lula é nosso candidato para valer e votaremos 13 no primeiro e no segundo turnos

RESERVAS INTERNACIONAIS e programa mínimo

Carlos Octávio Ocké-Reis

A utilização em caráter emergencial de parte das reservas internacionais precisa ser debatida pelo PT com as frentes populares, os partidos do campo democrático, popular e socialista, os movimentos sociais e a juventude, buscando a reconstrução de uma expressiva base de apoio social e parlamentar em defesa da seguridade social.

Na atual conjuntura histórica, para acabar com o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde, devemos mobilizar os trabalhadores e seus aliados para ganhar as eleições das forças que sustentam o neoliberalismo com mãos de ferro, cuja política econômica acaba produzindo impactos negativos sobre o financiamento das políticas de saúde e sobre as condições de vida da população. Nesse sentido, é fundamental revogar a Emenda Constitucional 95 – a qual, na prática, reduz os investimentos públicos e os gastos sociais, acentuando a privatização do sistema de saúde e o quadro de desigualdade da sociedade brasileira.

Em caráter emergencial, considerando as elevadas reservas internacionais do país e a estreita margem de manobra da política econômica no curto prazo, o Partido dos Trabalhadores precisa apresentar em seu programa a possibilidade de utilizar parte dessas reservas para forta-

lecer o padrão de financiamento público e atender as demandas populares, promovendo, além dos gastos sociais, "[...] investimentos em infraestrutura, que poderiam movimentar a economia, gerando empregos, encomendas para a indústria e [...] aumentar a produtividade" (Rodrigues, 2017).

Derrotar a austeridade fiscal

A direita foi derrotada nas últimas eleições presidenciais e a implantação do seu projeto só foi possível fustigando o estado democrático de direito e o orçamento da seguridade social. Depois do golpe parlamentar em 2016, por meio da aplicação da EC 95, as despesas primárias foram congeladas por vinte anos, visando garantir a apropriação de parcelas crescentes do fundo público para fins de pagamento dos encargos financeiros da dívida pública (juros e amortização).

A aplicação dessa política de austeridade fiscal assumiu contornos dramáticos (genocida), ameaçando a saúde como direito social: ao reduzir o tamanho do Estado, ela acaba penalizando as classes médias e populares, justamente os setores sociais que mais precisam do SUS.

Nesse quadro, nossa tarefa será fortalecer o orçamento da seguridade social, ampliar o financiamento da saúde pública e alargar a capacidade regulatória do Estado sobre o mercado, nos comprometendo em nosso programa mínimo com a consolidação dos pressupostos constitucionais do SUS (Ocké-Reis, 2017).

Fortalecendo o estado brasileiro

O Brasil não retomará um novo ciclo de desenvolvimento, tampouco fortalecerá a industrialização e o mercado interno, sem o apoio decisivo do Estado. No curto prazo, as reservas internacionais podem funcionar como mediação necessária entre a economia (estagnação) e a política (fascismo) para barrar o avanço da direita e do neoliberalismo. No ano passado, por exemplo, em audiência pública no congresso nacional, os golpistas disseram que o SUS não precisava de recursos. Faltavam sim e boa parte de seus problemas de gestão decorriam exatamente dessa restrição orçamentária, entre elas, aquela patrocinada nos municípios pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O nível de investimento era insuficiente, se comparado com outros países, com o gasto privado per capita, ou ainda, com a própria demanda por bens e serviços públicos de saúde.

Como a economia brasileira continua patinando, o governo federal se encontra hoje com baixa capacidade de arrecadação. Pior: se não bastasse a Desvinculação de Receitas da União – que teve ampliado o percentual de 20% para 30% de todos os impostos e contribuições sociais federais até 2023, em vinte anos, a EC 95 retira do SUS mais de R$ 300 bilhões (Associação Brasileira de Economia da Saúde, 2017). Será necessário, portanto, elaborar um programa mínimo, que defenda a soberania nacional, o crescimento econômico, o emprego e os direitos sociais.

Dilemas da política econômica

Macroeconomistas de esquerda estão corretos ao serem cautelosos na aplicação das reservas internacionais para alavancagem do investimento público e dos gastos sociais. Afinal, uma crise na balança de pagamentos pode quebrar a economia brasileira, cada vez mais internacionalizada, em cenário global instável e belicoso, que favorece a manipulação do câmbio por setores do capital financeiro internacional e nacional. Nesse contexto, reconhecemos que, para sairmos da estagnação e para revogar a EC 95, a questão da reforma tributária teria centralidade: ora, é preciso mudar a composição da carga tributária, desonerando as classes populares e médias, penalizadas por uma carga que incide sobre o trabalho e sobre a produção, à medida que não se tributa a alta renda, especialmente a financeira, e o patrimônio.

No entanto, no curtíssimo prazo, considerando uma vitória eleitoral, dado o grau de acirramento da luta de classes, existiriam provavelmente sérios obstáculos no congresso nacional para: (i) aprovar reforma tributária progressiva; (ii) renegociar a dívida pública a partir de auditoria interna;; (iii) reverter as desonerações fiscais – que chegaram a R$ 277,1 bilhões em 2015; (iv) federalizar a dívida de estados e municípios, dada a pressão do déficit primário; (v) recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que deveria incidir sobre depósitos ou movimentações bancárias a partir de determinado valor, estabelecendo arrecadação compartilhada com estados e municípios, com a finalidade específica de financiar o SUS.

Devem-se criar condições políticas, no médio prazo, que viabilizem tais medidas, inclusive como engrenagem para a retomada do crescimento, uma vez que a não tributação do patrimônio e da alta renda acabam favorecendo o rentismo. Mas, sem dúvida, as reservas internacionais estão rapidamente ao alcance do presidente eleito, sem as chantagens do presidencialismo de coalizão, atuando como instrumento objetivo para alterar a correlação de forças em favor das demandas populares, que representam a base social da futura hegemonia – que será certamente fustigada pelas forças conservadoras e reacionárias dentro e fora do país, a exemplo do que aconteceu depois da vitória da Dilma.

Se não bastasse a Desvinculação de Receitas da União – que ampliou de 20% para 30% de todos os impostos e contribuições federais até 2023, em vinte anos, a EC 95 retira do SUS mais de R$ 300 bilhões

Reservas internacionais e fundo público

Segundo dados oficiais do Banco Central, o Brasil tem 380 bilhões de dólares em reservas (março de 2018). Com esse volume, em caso de vitória do PT e das esquerdas, temos condições de suportar um ataque especulativo do imperialismo contra nossa economia e contra nosso governo antes e depois das eleições presidenciais.

Embora exista um alto grau de incerteza na construção desse cenário, em especial os efeitos desse eventual ataque sobre a taxa de crescimento econômico, a taxa de desemprego e a taxa de câmbio – efeitos, aliás, que reforçariam o argumento em favor uso das reservas para estimular a atividade econômica – esta caracterização repousa em dois motivos adicionais: (i) o Brasil fechou 2017 com um déficit em transações correntes de 9,7 bilhões de dólares, equivalente a 0,48% do Produto Interno Bruto e o Banco Central espera um déficit maior nas contas externas este ano, mas ainda com folga, em torno de US$ 30 bilhões (1,45% do PIB); (ii) incluindo ou não as operações intercompanhias, a dívida externa vencendo em tese em 2018 varia, respectivamente, entre 103,1 bilhões a 145,8 bilhões de dólares, equivalente a aproximadamente 1/3 do valor total das reservas.

Desse modo, considerando essas variáveis econômicas e uma posição geopolítica relativamente favorável com o acúmulo das reservas internacionais (Cf. Frente Brasil Popular, 2017), a partir de uma arquitetura institucional transparente e estatal, podemos aplicar parte das reservas nos bancos públicos, na Petrobrás (Pré-Sal), na seguridade social e nas políticas de saúde. Por que não aplicar entre 10% das reservas (R$ 125 bilhões) em um fundo administrado pelo Tesouro Nacional para patrocinar a infraestrutura, o emprego e os direitos sociais? As reservas continuarão robustas e além do mais "reduz o custo de carregamento das reservas, não tem impacto sobre o montante das dívidas bruta ou líquida, além de ajudar o crescimento" (Carneiro; Mello, 2017).

Programa mínimo e seguridade social

A direita já definiu sua agenda na escalada golpista: "a segurança e o combate à corrupção". A perseguição política e prisão de Lula são emblemáticas nesse sentido. Em contraposição, a seguridade social deve ser escolhida como principal bandeira do PT e da esquerda, entre outros, porque esse eixo de intervenção tem o potencial de ampliar o grau de consciência de classe da nossa base social e favorecer a ampliação do apoio das camadas médias da população.

As pesquisas de opinião demonstram, há anos, que a saúde é um dos principais problemas apontados pela sociedade brasileira. Priorizá-la nos fortalecerá na luta de massas e na disputa eleitoral contra os golpistas, os neoliberais e os fascistas: o SUS lida com a vida e a morte, em um contexto de agravamento das condições epidemiológicas; reduz a desigualdade em contraponto à política de austeridade fiscal; a política de saúde é intensiva em força de trabalho, favorecendo a retomada do crescimento

Sem derrotar a direita e o golpismo, a visão fiscalista, na qual o fomento ao mercado de planos apareceu como solução pragmática para desonerar as contas públicas, ampliará sua hegemonia no Estado e na sociedade

econômico e a produtividade do trabalho em novo ciclo de desenvolvimento. Essa escolha nos permitirá acumular força para disputar hegemonia contra a direita, mas será necessário organizar e mobilizar a população, em conjuntura na qual a esquerda se encontra em uma estratégia defensiva, diante do golpe e da cruzada moralista da operação Lava-Jato.

Considerações finais

Essa proposta, que preconiza a utilização em caráter emergencial de parte das reservas internacionais, precisa ser debatida pelo PT com as frentes populares, os partidos do campo democrático, popular e socialista, os movimentos sociais e a juventude, buscando a reconstrução de uma expressiva base de apoio social e parlamentar em defesa da seguridade social. Deve-se lutar para ampliar o financiamento, para melhorar a gestão e para fortalecer a participação social do SUS, mas, ao mesmo tempo, na crítica à privatização, deve-se propor a criação de estruturas institucionais e mecanismos regulatórios que permitam atrair segmentos da clientela da medicina privada para o SUS, bem como que permitam reduzir o gasto dos trabalhadores, das famílias e dos idosos com planos de saúde, serviços médico-hospitalares e remédios.

A realização dessa tarefa extraordinária tem um ponto de apoio importante na cultura socialista: o debate em torno da transição passa pela aplicação de certo capitalismo de Estado, que valorize a solidariedade entre as nações, a função social da propriedade, o planejamento e o mercado interno, desprivatizando o fundo público e incorporando a sociedade civil no processo decisório governamental.

Sem derrotar a direita e o golpismo, a visão fiscalista, na qual o fomento ao mercado de planos apareceu como solução pragmática para desonerar as contas públicas, ampliará sua hegemonia no Estado e na sociedade. Não é à toa que há consenso que os "maiores desafios (do SUS) são políticos, pois supõem a garantia do financiamento do subsistema público, a redefinição da articulação público-privada e a redução das desigualdades de renda, poder e saúde" (Paim, 2013).

CARLOS OCTÁVIO OCKÉ-REIS é economista e presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECONOMIA DA SAÚDE. *Nota de Esclarecimento à Sociedade Brasileira*, 2017. Disponível em: <http://abresbrasil.org.br/nota-de-esclarecimento-sociedade-brasileira.html>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CARNEIRO, R.; MELLO, G. *As reservas internacionais e os mitos da ortodoxia*, 2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/as-reservas-internacionais-e-os-mitos-da-ortodoxia-por-ricardo-carneiro-e-guilherme-mello>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FRENTE BRASIL POPULAR. *Plano popular de emergência*, 2017. Disponível em: <http://frentebrasilpopular.org.br/system/uploads/action_file_version/b12a6f2a11ff2ece42ece882738bed2c/file/cartilh-corrigida-1.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2017.

OCKÉ-REIS, C. O. "Política social, desenvolvimento e cidadania: a história também anda para trás". In: RODRIGUES, P. H. de A.; SANTOS, I. S. (Org.). *Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Cebes:Hucitec Editora, 2017.

RODRIGUES, P. H. A. *Porque há um elevado custo de manutenção das reservas internacionais brasileiras e o paradoxo da parcimônia de Keynes*, 2017. Disponível em: <http://cebes.org.br/2017/09/porque-ha-um-elevado-custo-de-manutencao-das-reservas-internacionais-brasileiras-e-o-paradoxo-da-parcimonia-de-keynes/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PAIM, J. S. A Constituição cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, 2013.

Um olhar sobre a evolução do FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO nos últimos anos

José Marcelino de Rezende Pinto

A viabilização do PNE 2014-2024 passa pela reversão das políticas recessivas, pela revogação da EC 95/2016 e pela mudança do papel da União no financiamento da educação básica, além de desmontar a política de destinação de recursos públicos para o setor privado

Embora todos os governos reiterem a educação como prioridade, o teste da verdade se dá por meio da análise dos gastos educacionais. Nesse breve artigo pretende-se analisar com mais detalhes os gastos do governo federal, cujos dados são mais acessíveis, mas também apresentar a evolução dos recursos propiciados pela política de fundos (Fundef e Fundeb), principal fonte de financiamento da educação básica de estados e municípios. Um elemento importante também é ressaltar que os gastos federais com educação correspondem a apenas um quinto do total gasto com educação, o que já é um problema, uma vez que mais da metade da receita tributária líquida fica com a União. Exatamente em função da baixa participação do governo federal no financiamento da educação é que, tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011, com mais clareza, como no PNE 2014-2024, com menor ênfase, é ressaltada a importância de se aumentar a participação da União no setor para a viabilização das demais metas do plano.

Contudo, com a EC 95/2016 proposta e aprovada pelo governo golpista Temer/Meirelles, que congela os gastos primários da União por 20 anos, praticamente se inviabiliza o cumprimento das metas do atual PNE.

A evolução dos gastos federais com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Tomando como referência o período 2000 a 2016, o que se constata em relação aos gastos federais com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)? Entre 2000 e 2005, que abrange parte do governo FHC e início do governo Lula, os gastos federais ficaram estabilizados na faixa de R$ 20 bilhões, em valores de 2017, corrigidos pelo IPCA. Já a partir de 2006 inicia-se um forte crescimento na despesa, atingindo o patamar de R$ 78 bilhões, em 2012, ou seja: uma ampliação de quase quatro vezes. A partir de então inicia-se um movimento de queda, atingindo-se R$ 61 bilhões, em 2015, com uma leve recuperação para R$ 64 bilhões, em 2016. Foi essa ampliação no gasto no período 2006-2012 que viabilizou a expansão da rede federal de ensino e vários programas na educação básica, com destaque para a mudança do papel da União no complemento do Fundeb, que saiu de um valor inferior a R$ 0,5 bilhão, para mais de R$ 14 bilhões, em 2016. É verdade que para essa ampliação foi fundamental a mobilização social através do movimento "Fundeb Pra Valer" capitaneado pelas entidades articuladas em torno da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), mobilização que assegurou a inclusão das creches no novo fundo, o que não constava no projeto original do Executivo, bem como mudar a complementação da União, fixada em valores absolutos na proposta original, para um mínimo de 10% da contribuição de estados e municípios, como ficou na redação final.

A mesma mobilização social foi também fundamental para restringir o uso de recursos que já eram destinados à educação na complementação a ser feita pela União. Assim, vetou-se o uso do salário-educação, bem como limitou-se o uso dos recursos vinculados (previstos no art. 212 da CF) a 30% dessa complementação. Medidas como essa garantiram a entrada de dinheiro novo da União no financiamento da educação básica. Não obstante esse crescimento de 28 vezes na complementação, cabe comentar que ela corresponde apenas a 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB), índice que deveria ser quintuplicado para garantir o CAQi (Custo Aluno Qualidade inicial), instrumento elaborado pela CNDE, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE CEB 08/2010) e inscrito no PNE 2014-2024 (meta 20) e que tem por objetivo garantir condições básicas de funcionamento

A mobilização social foi fundamental para restringir o uso de recursos que já eram destinados à educação na complementação a ser feita pela União. Assim, vetou-se o uso do salário-educação, bem como limitou-se o uso dos recursos vinculados (previstos no art. 212 da CF) a 30% dessa complementação

Ato do movimento "Fundeb pra valer", em Brasília, agosto 2005

(salários, alunos/turma, equipamentos, infraestrutura) para todas as escolas públicas do país, nos termos do §1º do art. 211 da Constituição Federal e do inciso IX do art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Aspecto a se comentar sobre esse tempo de "fartura de recursos" foi que a opção se deu no lançamento de programas com a *marca de governo* e não como políticas de Estado. Uma parte significativa do aumento de recursos na educação básica se deu através de transferências voluntárias. Isso facilitou muito para o governo golpista extingui-los. Se os bilhões usados como transferência voluntária tivessem sido incorporados ao Fundeb, como aumento da complementação da União, a dupla Temer/Meirelles teria muito mais dificuldade em implementar suas maldades.

Outro ponto importante quando se analisa a evolução dos gastos federais com educação é que, no período, o PIB também cresceu, e como a receita de impostos depende diretamente da economia, particularmente do consumo das famílias, uma parte significativa da ampliação das despesas com MDE decorreu exatamente dessa melhoria dos indicadores econômicos. Inclusive porque algumas das medidas adotadas visavam exatamente melhorar o poder de compra das famílias mais pobres. Quando as famílias mais pobres melhoram sua renda, ampliam seu consumo, com impacto imediato na arrecadação. Já os ricos, que possuem quase tudo o que necessitam, tendem a entesourar, ou a gastar no exterior, onde geram empregos e receitas para o fundo público do país que visitam.

Assim, para ver se houve de fato prioridade com a educação, é importante avaliar a evolução do gasto em relação ao PIB. Aqui, mais uma vez se constata uma estabilização em torno de 0,5% do PIB de 2000 a 2005, iniciando-se a partir daí um crescimento até atingir o patamar de 1,16% do PIB em 2012, caindo para 0,91% em 2015, com uma leve recuperação para 0,98%, em 2016. Esse, sem dúvida alguma, foi o grande legado dos anos de crescimento dos governos Lula/Dilma, dobrar o gasto federal com ensino frente ao PIB, mesmo em um momento de PIB em crescimento. E o grande risco que o país vive é exatamente a destruição desse legado por meio da EC 95/2016. Simulações feitas pelo autor apontam que, se nos próximos 20 anos a economia crescer a uma taxa de 3% ao ano, e as despesas permanecerem congeladas (elas podem cair!), o gasto com o setor tende a baixar para 0,6% do PIB, jogando fora todo o esforço da última década.

Não se pode, contudo, avaliar o gasto federal com educação, sem chamar atenção para o grande subsídio que foi dado ao setor privado de ensino superior, por intermédio do Prouni (com menor intensidade) e, principalmente, do FIES. Para se ter uma dimensão dos recursos públicos mobilizados por esse programa basta dizer que em 2016, segundo estudo feito pelo Ministério da Fazenda, eles corresponderam a R$ 32,3 bilhões, incluindo os subsídios implícitos. Esse valor supera em R$ 5 bilhões os gastos federais com educação superior (MDE) no mesmo ano, que foram de R$ 27,1 bilhões. (Em 2011, o FIES havia mobilizado "apenas" R$ 1,9 bilhão.) Em cinco anos, carrearam-se para o setor privado recursos anuais superiores àqueles destinados a uma rede que tem mais de dois séculos de existência.

Os recursos para a educação básica propiciados pela política de fundos (Fundef/Fundeb)

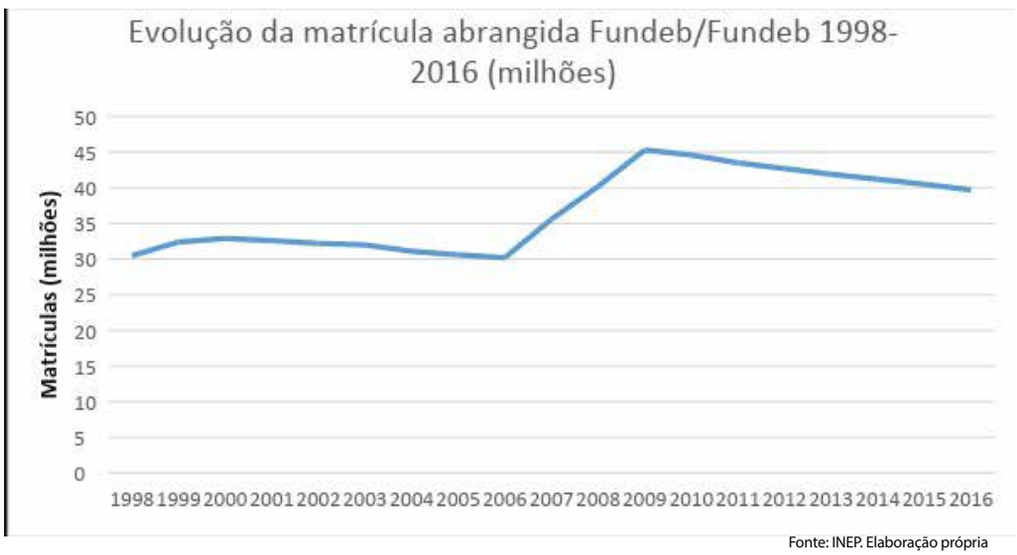
Inicialmente, é importante dizer que os recursos para a educação básica não são apenas aqueles propiciados pelos fundos contábeis. Essa política foi implantada, em 1997, com a criação do Fundef, extinto em 2006, quando foi substituído pelo Fundeb, fundo também provisório, com término previsto para 2020. Contudo, quando são analisados os gastos educacionais dos governos estaduais e de boa parte dos municípios brasileiros (excluídas as capitais e alguns mais populosos) o que se constata, em especial com a entrada em vigor do Fundeb, em 2007, é que boa parte do que gastam com educação básica advém basicamente do fundo, até porque, no caso dos estados, muitas vezes os recursos da vinculação além do Fundeb são destinados à educação superior, ou mesmo para o pagamento de pessoal aposentado, prática ilegal, mas que espera uma decisão do Supremo Tribunal Federal, sempre ele.

Também é importante comentar que na passagem do Fundef para o Fundeb houve uma ampliação dos recursos de estados e municípios subvinculados ao fundo (oriundos da vinculação já existente, ou seja, sem dinheiro novo), bem como da complementação da União, mas também houve um aumento no número de alunos abrangidos pelo fundo, que envolvia apenas o ensino fundamental (sem que fossem considerados os alunos de Educação de Jovens e Adultos-EJA na contabilização, veto de FHC, sempre ele), no caso do Fundef; passando a atingir toda a educação básica com o Fundeb. Portanto, para analisar a evolução dos

recursos o mais adequado é considerar o recurso disponível por aluno. Quando analisamos essa evolução, corrigindo os valores para 2017 (IPCA), constata-se um crescimento significativo, saindo de R$ 1.416/aluno, em 1998, ano em que o Fundef passou a valer para todo o Brasil, para R$ 3.695/aluno, em 2016, ou seja: 2,6 vezes. Um dado preocupante, contudo, é que se constata em plena vigência do PNE 2014-2024, quando se esperava uma ampliação das matrículas no Fundeb, uma queda nessas matrículas. Observa-se que os fundos inicialmente estimulam uma ampliação, mas depois a situação se inverte, como mostra o gráfico abaixo.

A expansão no período de 2006 a 2009 é explicada, como já comentado, pela ampliação das matrículas abrangidas pelo Fundeb, frente ao Fundef.

Ao se analisar os recursos totais do Fundeb verifica-se que houve um crescimento real até 2014, quando também se iniciou uma queda provocada pela já comentada recessão econômica. O efeito do ciclo econômico é mais forte no Fundeb, que depende basicamente do ICMS, um imposto cuja receita é fortemente vinculada ao consumo de bens e serviços. Portanto, políticas recessivas, que foram fortemente induzidas desde a gestão de Joaquim Levi e acentuadas com Meirelles, têm efeitos desastrosos para estados e municípios, que são os principais responsáveis por manter financeiramente a educação básica no Brasil. Ao longo de sua existência, o Fundef oscilou em torno de 1,5% do PIB, enquanto o Fundeb situa-se desde sua implantação plena (2010) na faixa de 2,2% do PIB. Em 2016, seu valor frente ao PIB cresceu para 2,3%, mas não porque os recursos aumentaram e sim porque o PIB caiu.



Fonte: INEP. Elaboração própria

Breve comentário pensando na Conape

A viabilização do PNE 2014-2024 passa pela reversão das políticas recessivas, pela revogação da EC 95/2016 e pela mudança do papel da União no financiamento da educação básica, com a implementação imediata do CAQi como instrumento incorporado ao Fundeb, única forma de estimular os entes federados a ampliar as matrículas na educação básica em consonância com as necessidades do país expressas no plano. Cabe também dizer que, não obstante o grande esforço feito para aumentar o gasto federal com educação frente ao PIB, o fato de a União ser responsável por apenas 20% do gasto com educação é inaceitável.

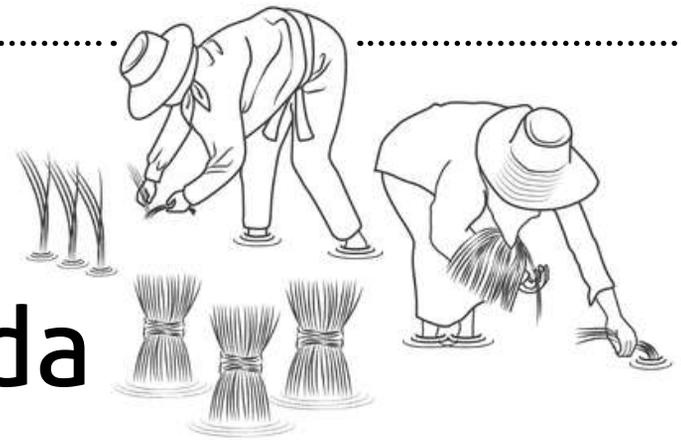
Finalmente, é preciso desmontar a política de destinação de recursos públicos para o setor privado, particularmente através do FIES e do Pronatec, que transformou, em especial os alunos da educação superior, em vítimas de capital sanguessuga, especulador, que está destruindo inclusive as instituições privadas mais tradicionais e com algum compromisso com o ensino, restando àqueles que continuam sendo atraídos para essas arapucas, via farta e enganosa propaganda governamental, um diploma que nada representa em termos de formação ou inserção profissional.

E o mais grave de tudo é ver a educação do país comandada por um partido, o PSDB da secretária-executiva do MEC, que sucateou a rede federal nos anos FHC e que vem destruindo a rede estadual paulista, que já foi exemplo para o país, desde 1995.

Nesse ano de 2018 é fundamental fazer um balanço fundamentado e corajoso dos acertos e erros das últimas gestões do PT, identificando os verdadeiros aliados, aprendendo a ouvir as críticas que vêm de dentro do partido, assim como aquelas de outros partidos e de setores da sociedade historicamente compromissados com as lutas por um país mais justo e igualitário. Lembro-me, estudante da USP, em 1978, coletando assinaturas para a fundação do partido. Era grande o entusiasmo e a motivação de todos. O que fazer para resgatar aquele "espírito do tempo"?

JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO é professor titular do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo

A AGRICULTURA FAMILIAR na berlinda



Catia Grisa

O fortalecimento econômico e político do agronegócio (muito superior ao fortalecimento da própria agricultura familiar) se manifestou em diversos territórios, e as disputas por terra (com repercussões no preço da mesma) e pelos recursos naturais incrementam os conflitos agrários e socioambientais, tornando mais vulnerável a reprodução social de comunidades tradicionais

Avançamos no reconhecimento político e institucional e na melhoria das condições de vida da agricultura familiar brasileira nos últimos 15-20 anos, mas este processo foi extremamente frágil, seja em termos políticos, seja em termos socioeconômicos. É sobre este tema e estas contradições que este texto procura discutir.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, abriu espaço para a criação de um amplo conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar, o qual ganhou fôlego a partir de 2003, aproveitando um novo contexto político (eleição de Lula). O Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar e o Programa Arca das Letras são alguns exemplos de ações criadas ainda em 2003. Outros programas e instrumentos foram criados em anos seguintes, com destaque para a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº. 11.326) instituída em 2006, que demarcou o lugar da agricultura familiar na estrutura do Estado brasileiro e ofereceu oportunidades para avanços em diversas áreas (ainda que seu potencial não foi aproveitado).

Ao longo desta trajetória foram criadas e fortalecidas ações de apoio e segurança à produção agrícola; apoio à comercialização; reconhecimento das atividades não-agrícolas; melhorias na infraestrutura dos estabelecimentos, dos domicílios e de projetos territoriais; melhorias nas condições de vida; acesso à cidadania (a começar pelo acesso a documentos pessoais básicos, como a documentação da trabalhadora rural – isto no século XXI!); reconhecimento da diversidade produtiva, socioeconômica e cultural da agricultura familiar (ainda que com limitações!); e de reconhecimento da desigualdade enfrentada por mulheres e jovens e da necessidade de ações específicas.

Mas não houve mudanças apenas nas ações do Estado. Houve mudanças também na forma de se fazer as políticas para a agricultura familiar. O "trânsito institucional" de representantes dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar para dentro do Estado; os diálogos e negociações para a definição dos Planos Safra da Agricultura Familiar; o fortalecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Conselho

Redução da pobreza promoveu "movimentos" nas classes econômicas no meio rural

Um novo momento se delineava para a agricultura familiar e para o debate sobre desenvolvimento rural no Brasil. A agricultura familiar ganhava espaço institucional e o desenvolvimento rural, entendido não como sinônimo de agrícola mas em uma perspectiva multidimensional, ganhava reconhecimento

Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF); a realização de diversas conferências (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, e Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural); e as parcerias entre Estado e sociedade civil na implementação das políticas públicas são alguns elementos que elucidam as mudanças na forma de atuação do Estado. Estes diferentes espaços permitiam a emergência do diálogo, do conflito, das desigualdades, das reivindicações, das cobranças e contribuíam para que as políticas fossem sendo ajustadas de acordo com as especificidades e diversidade da agricultura familiar (em um processo que é sempre desafiador e inacabado).

Um novo momento se delineava para a agricultura familiar e para o debate sobre desenvolvimento rural no Brasil. A agricultura familiar ganhava espaço institucional e o desenvolvimento rural, entendido não como sinônimo de agrícola mas em uma perspectiva multidimensional, ganhava reconhecimento. Pode-se dizer que o rural como um "espaço e modo de vida", tal como afirma a socióloga Maria de Nazareth Wanderley, aos poucos se manifestava nas ações do Estado. A construção e reforma das casas (de acordo com os diferentes modos de vida); o reconhecimento do trabalho e dos produtos das quebradeiras de coco babaçu e das catadoras de mangaba; as políticas e ações para quilombolas e indígenas (ainda que com limitações!); e a promoção dos "talentos do Brasil Rural" na produção de artesanato e produtos de qualidade diferenciada indicavam que o rural e as contribuições da agricultura familiar não podem ser expressas apenas em termos de "saldo da balança comercial".

Este reconhecimento político da agricultura familiar também foi se manifestando em dados concretos, a começar pela redução da pobreza e da extrema pobreza. De acordo com informações da PNAD e MDS, a pobreza rural que estava presente em 49% dos estabelecimentos em 2002 caiu para 20,2% em 2014, e a extrema pobreza passou de 21,8% para 7,6%. Ao analisar os estabelecimentos agrícolas, Soares *et al*. (2016) também observaram que pobreza que atingia quase 50% dos estabelecimentos, em 2003, caiu para próximo a 25% em 2013. No Nordeste, a pobreza entre as famílias agrícolas caiu de 65% para 36%, e a extrema pobreza caiu de 30% para 8%.

Respondendo à redução da pobreza, observamos "movimentos" nas classes econômicas no meio rural. De acordo com estudo de Neri, Melo e Monte (2012), a classe C (R$ 1.126,00-R$ 4.854,00) – conhecida como a classe média – passou de 20,6% da população em 2003 para 35,4% em 2009, um crescimento de 71,8%. A Classe D (R$ 750,00-R$1.126,00) cresceu 13%, respondendo por 30,2% da população rural, e a classe E (R$ 0-R$ 750,00), por sua vez, caiu 8,3% no mesmo período. Melhorias na renda tornavam-se visíveis.

Confluente com estas informações, observamos também que a segurança alimentar e nutricional melhorou no meio rural. Em 2004, 56,2% dos domicílios rurais encontravam-se com segurança alimentar e em 2013 este percentual elevou-se para 64,7%. Neste mesmo período, a insegurança alimentar moderada reduziu-se de 14% para 8,4% e a insegu-

rança alimentar grave de 9,6% para 5,5%. Relacionado a isto, não poderíamos deixar de mencionar como extremamente significativo o fato do Brasil ter saído do Mapa da Fome elaborado pela FAO em 2014. Isto significa que o Brasil tinha menos de 5% da sua população em situação de subalimentação.

Conjuntamente com estes dados, temos um conjunto de resultados intangíveis. Diversos pesquisadores do mundo rural mencionam que houve mudanças na autoestima das famílias rurais. Outros ilustram tais processos citando que, mesmo no período da maior seca vivenciada por algumas regiões do nordeste brasileiro, não houve a ocorrência de "saques alimentares" e do flagelo da fome. Nestes casos, não estamos falando de apenas acesso à alimentação, mas de reconstrução da cidadania.

No entanto, o cenário de avanços vem se alterando nos últimos três anos, demonstrando o quanto o reconhecimento político e institucional e a melhoria das condições de vida da população rural são frágeis e vulneráveis. A crise político-econômica vivenciada pelo Brasil desde 2015 e o golpe de 2016 são elementos fundamentais para compreender este processo. A crise do contexto internacional (desde 2008) repercutida na crise econômica nacional que, por sua vez, foi reforçada pela crise política, já tinha ecoado nas políticas para a agricultura familiar e de desenvolvimento rural com a redução de recursos, mas o Golpe de 2016 foi mais fundo na desestruturação da arquitetura institucional que sustentava estas políticas.

O símbolo maior destas mudanças foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a criação, em seu lugar, da Secretaria Especial da Agricultura Familiar, não sem um período de indefinições e incertezas institucionais. Por alguns meses, ficamos sem saber se haveria mesmo uma secretaria e a qual órgão estaria vinculada, sendo finalmente atrelada à Casa Civil da Presidência da República. De uma estrutura ministerial passa-se a uma secretaria, o que minimiza o poder político e institucional da agricultura familiar, e fragiliza a capacidade de articulação política dos atores (políticos e burocratas) vinculados a ela. Mais do que uma simples mudança institucional, isto repercute no lugar da agricultura familiar na estratégia de desenvolvimento do país e nas políticas públicas direcionadas para a categoria social.

Diante do novo contexto político, que usa o discurso (extremamente controverso) da necessidade de ajustes nas contas públicas para retomar a confiança dos agentes econômicos e a capacidade de investimento, diversas políticas para a agricultura familiar (e poderíamos falar o mesmo para diversos outros setores!) foram paralisadas, minimizadas, colocadas

Diante do novo contexto político, que usa o discurso (extremamente controverso) da necessidade de ajustes nas contas públicas, diversas políticas para a agricultura familiar foram paralisadas, minimizadas, colocadas em revisão ou modificadas

das em revisão ou modificadas. Podemos citar: a) a paralisação das políticas territoriais; b) a redução expressiva em recursos de políticas públicas, a exemplo do PAA, P1MC, Programa de ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) e Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa Bolsa Família, e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), sendo que tais reduções não são conjunturais, inserindo-se em uma perspectiva de longo prazo com a Emenda Constitucional nº 95 de dezembro de 2016, também conhecida como "PEC do teto dos gastos públicos", ou simplesmente "PEC da morte"; c) as revisões e perdas de direitos presentes em marcos regulatórios importantes, como a legislação trabalhista, previdenciária, e de combate ao trabalho escravo contemporâneo; d) as mudanças nas políticas de reforma agrária e regularização fundiária, visando colocar novas áreas à disposição do mercado e da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que minimizam a criação de assentamentos de reforma agrária e a atuação dos movimentos sociais; e, e) o enfraquecimento político da própria noção de agricultura familiar, por meio do Decreto nº 9.064/2017, que introduziu uma nova noção – Unidade Familiar de Produção Agrária – em detrimento da noção de agricultura familiar. Ademais, para além destas mudanças nas políticas para a agricultura familiar, poderíamos citar modificações em outras políticas que afetam a sociedade brasileira como um todo, impactando igualmente essa categoria social e o meio rural, como a redução nos investimentos em educação e em ciência e tecnologia, e a revisão de direitos e políticas para as mulheres.

Acompanhando as mudanças nas políticas, também mudou a forma de se fazer as políticas. Para ilustrar, cita-se que, pela primeira vez desde o início da elaboração dos Planos Safra da Agricultura Familiar em 2003, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apresentou propostas para o planejamento setorial 2017/2018, enquanto houve pouco diálogo com movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar que historicamente participaram do processo. Ademais, não foram mais realizadas conferências, e a atuação dos próprios conselhos foi enfraquecida. Desde o afastamento da Presidente Dilma em maio 2016 até julho de 2018 foram realizadas apenas duas reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável -CONDRAF (em comparação com uma média de 4,5 reuniões ordinárias e extraordinárias anuais no período 2004/2015), e houve mudanças em seus normativos. Por meio do Decreto nº 9.186/2017 (sob contestação atualmente na Câmara dos Deputados), foram minimizadas as competências do Conselho nos temas da pobreza rural, desigualdade de renda, gênero, geração, etnia, entre outros, e no acompanhamento e monitoramento dos Planos e Políticas Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e da Assistência Técnica e Extensão Rural e Reforma Agrária; o Conselho não ficará mais responsável por convocar e coordenar a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; e a coordenação do mesmo será pelo Secretario Nacional da SEAD, o qual selecionará e designará os representantes da sociedade civil.

Refletindo a crise econômica e as mudanças no contexto político e institucional (do rural e de outras áreas), os temas da fome e da pobreza voltaram à pauta da sociedade brasileira e o retorno ao mapa da fome da ONU ronda o país. Diversas reportagens de jornal e o próprio diretor geral da FAO explicitaram, recentemente,

Após o golpe, houve **pouco diálogo com movimentos sociais e sindicais** da agricultura familiar que historicamente eram ouvidos na elaboração do Plano Safra. Ademais, não foram realizadas novas conferências e a atuação dos conselhos setoriais foi enfraquecida

tal preocupação. Dados recentes organizados por Francisco Menezes e Paulo Januzzi também mostram o crescimento da extrema pobreza no país em 2015 e 2016, sendo que nestes dois anos regresssamos ao percentual verificado em 2006. De acordo com o estudo, entre 2014 e 2016, houve um aumento de 93% na pobreza extrema passando de 5,1 milhões para 10 milhões de pessoas. Em relação à pobreza, em 2016 voltamos a ter 21 milhões de pessoas nesta condição, o mesmo equivalente a 2008. Ainda não há dados para o espaço rural, mas, pelos diversos elementos já citados aqui, provavelmente observaremos impactos similares.

Acompanhando este cenário, temos a incidência da violência e do incremento de valores conservadores no meio rural, os quais resultam em processos bastante articulados. O crescimento da demanda por commodities e pela exploração dos recursos naturais, desde o início dos anos 2000, levou a um incremento da demanda por terra, repercutindo (algo já observado há mais tempo) nas distintas formas de conflitos e violências. Para ilustrar citamos o caso da região da Amazônia Legal, responsável por 44% dos conflitos pela posse na terra ocorridos no Brasil entre 2000 e 2015. Nesta região, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o percentual de conflitos agrários cresceu 50% entre 2008 e 2015.

Por sua vez, a expansão do agronegócio, a exacerbação de sua contribuição na balança comercial brasileira, o incremento da demanda pela terra e o contexto de crise econômica desde 2015, levam à valorização exclusiva dos agricultores considerados "produtivos" (Soldera, 2017) e à prevalência da dimensão estritamente agrícola do rural. Neste processo, não há espaço para a valorização dos indígenas, dos quilombolas, das quebradeiras de coco, das catadoras de mangaba, para a valorização da biodiversidade... para a compreensão do rural como um espaço e modo vida. Prevalece a interpretação do rural enquanto um recurso produtivo, e valores conservadores e violentos ganham expansão territorial. De acordo como o mapa "Massacres no Campo" da CPT, só em 2017 foram assassinados nove posseiros em Colniza (MT); dois trabalhadores em Vilhena (RO); 10 trabalhadores rurais sem terra em Pau D'Arco (PA); e oito quilombolas em Lençois (BA), totalizando 29 trabalhadores!

Mas não caminhávamos no sentido do reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e da melhoria das condições de vida no meio rural? Por que estes processos foram extremamente frágeis? Por que as políticas e as institucionalidades para a agricultura familiar não tiveram sustentação e se esvaeceram? Não tenho a pretensão de responder todas estas questões, mas gostaria de pontuar alguns elementos que são, na minha avaliação, importantes. Para além de elementos que decorrem da conjuntura econômica internacional e que tiveram repercussões na economia nacional e na capacidade de intervenção do Estado, gostaria de mencionar alguns elementos políticos.

Primeiro, como já mencionado, são opções políticas (não técnicas, de redução de gastos públicos!) que levaram à extinção do MDA, à revisão de direitos e a corte de recursos nas políticas públicas.

Mas também há fatores que foram gestados nos próprios governos Lula e Dilma. Se a agricultura familiar ganhou reconhecimento político e institucional ao longo destes governos e viu os recursos aplicados na categoria social aumentarem, o mesmo pode ser dito com relação ao setor do agronegócio. O Estado retomou os investimentos no agronegócio, dando-lhe a responsabilidade de contribuir com o crescimento econômico, com a balança comercial e com a geração de divisas. Não são raros os argumentos (questionáveis!), em diversos espaços, de que o "agronegócio sustenta a economia brasileira" e de que ele é "o celeiro do mundo". Todo este crescimento e esta retórica enalteceu o agronegócio na sociedade brasi-

Cresce a violência e o incremento de valores conservadores no meio rural

Trabalhadores do Campo - Óleo s/Tela, 2014, de Flávio Scholles, Morro Reuter/RS//Brasil

leira e no congresso nacional. Estudo da Pública, em 2016, apontava 207 deputados vinculados à bancada ruralista, uma das maiores da Câmara dos Deputados, sendo reconhecida como um dos "maiores partidos da Câmara".

Este fortalecimento econômico e político do agronegócio (muito superior ao fortalecimento da própria agricultura familiar) se manifestou em diversos territórios, e as disputas por terra (com repercussões no preço da mesma) e pelos recursos naturais incrementam os conflitos agrários e socioambientais, tornando mais vulnerável a reprodução social de comunidades tradicionais. Ou seja, ao mesmo tempo em que avançamos nas políticas para a agricultura familiar, segmentos mais vulneráveis da categoria social foram impactados pelo avanço do agronegócio. Ademais, quando chegou a crise econômica, as disputas por recursos públicos e por legitimidade política ("quem sustenta a economia do país?") se acirraram e passou-se a privilegiar os "produtivos" do meio rural. A agricultura familiar perdeu importância política, passando a ser vista mais do ponto de vista social.

Outro elemento que contribuiu para a fragilidade das políticas para a agricultura foram as oportunidades perdidas de fortalecimento institucional. Embora aumentado ao longo dos anos, o quadro burocrático do MDA ainda era pequeno (com forte presença de consultores e com grande rotatividade entre eles); as políticas públicas das secretarias do MDA poderiam ter apresentado maior articulação entre elas e, igualmente, com as políticas de outros ministérios, o que fortaleceria seus resultados; e perdeu-se a oportunidade de avançar na regulamentação de vários dispositivos presentes na Lei da Agricultura Familiar, a exemplo da formulação efetiva de uma Política Nacional da Agricultura Familiar e de avanços em termos de infraestrutura e serviços, pesquisa, educação, legislação sanitária etc.

Agora estamos diante de um contexto de retrocessos políticos e socioeconômicos para a agricultura familiar. Ao menos duas estratégias me parecem necessárias. A primeira delas, coerente com os repertórios de ação dos movimentos sociais, envolve reivindicar, contestar, protestar e propor políticas públicas de desenvolvimento rural e marcos regulatórios na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. O Estado foi fundamental na construção do desenvolvimento rural nos últimos 20 anos. Neste período, o Estado foi, ainda que permeado por conflitos, parceiro das organizações da agricultura familiar na estruturação do desenvolvimento rural. Em muitas situações, as próprias organizações sociais também estruturaram-se, em cooperação conflituosa, com o Estado. Contestando perspectivas neoliberais, demanda-se (ainda que em um cenário adverso) a vigília dos movimentos sociais, dos estudos rurais e da sociedade civil na reivindicação do papel do Estado no desenvolvimento. A construção de um sistema agroalimentar sustentável passa pela atuação do Estado na construção de marcos regulatórios e políticas públicas estruturantes (reforma agrária, educação, saúde, estradas etc.) e sociais importantes. É necessário continuar a disputa por elas.

Mas estas reivindicações também já não podem mais ser apenas voltadas à retomada ou reestruturação das políticas que tivemos nos últimos anos. Algumas políticas públicas vinham enfrentando limitações, seja em termos de dificuldade de romper com o produtivismo agrícola, seja para contemplar a diversidade da agricultura familiar, ou ainda eram acanhadas em termos de orçamentos e público contemplado. É necessário rever alguns instrumentos, potencializar aquelas políticas que contribuíam na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, e resgatar a capacidade criativa e propositiva que permeou as organizações sociais da agricultura familiar, suas assessorias, ONG's, grupos políticos e acadêmicos nos anos 1990 e início dos anos 2000.

A segunda estratégia implica em construir alianças e estratégias de desenvolvimento rural com demais atores da sociedade brasileira, sendo um deles os consumidores. A agricultura familiar precisa ser mais reconhecida pela sociedade brasileira, principalmente pela sociedade urbana. A estruturação e o fortalecimento da agricultura familiar também pode vir do aumento da demanda de alimentos, bens e serviços por consumidores e do estreitamento das relações sociais com este público. Mas não estamos falando da agricultura familiar fornecer qualquer produto ou reproduzir o modelo de agricultura do agronegócio e as relações econômicas que permeiam grandes mercados. Cresce na sociedade a demanda por alimentos saudáveis, a valorização da origem (saber de onde vêm os alimentos) e a preocupação com mudanças climáticas. A aliança com os consumidores passa, então, pela oferta de produtos que justamente valorizem características da agricultura familiar, ou seja, os saberes e os sabores locais, a diversidade produtiva, a artesanalidade, a produção agroecológica etc.

Houve avanços nesta articulação com os consumidores a partir da experiência das compras públicas da agricultura familiar, com o crescimento das feiras e de estratégias de agroindustrialização ou de comercialização que fortaleceram os circuitos curtos. Entidades socioassistenciais, consumidores urbanos em situação de vulnerabilidade social, escolares, professores, universitários, nutricionistas e gestores públicos são alguns atores que passaram a conhecer o "gosto" e a qualidade alimentar oriunda da comida da agricultura familiar a partir das compras públicas e, como indicam algumas pesquisas, passaram a valorizar os produtos e a categoria social. As Feiras Nacionais da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo, realizadas durante alguns anos no Rio de Janeiro e em Brasília também foram emblemáticas neste sentido. Eram espaços para fortalecer economicamente e politicamente a agricultura familiar na sociedade brasileira.

Em um contexto de avanço do neoliberalismo e de redução das políticas públicas, esta inserção e reconhecimento da agricultura familiar na sociedade brasileira serve como uma estratégia de reação. Contudo, ela também é importante para, quando estruturada uma nova trajetória de fortalecimento das políticas para a agricultura familiar (em um novo contexto político), a mesma encontrar amparo e suporte igualmente nos atores sociais urbanos. Estas alianças auxiliarão a dar maior perenidade e estabilidade política e institucional às políticas públicas para a agricultura familiar e à construção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

CÁTIA GRISA é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutora em ciências sociais e pós-doutora em desenvolvimento rural

REFERÊNCIAS

NERI, M.C.; MELO, L.C.C.; MONTE, S.R.R. *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SOLDERA, D. *A instabilidade do referencial de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: uma análise das narrativas dualistas*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

NOTAS

1 Disponível em: http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/dezembro/extrema-pobreza-reduz-65-2-no-meio-rural

2 Disponível: https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/

3 Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo

4 Disponível em: https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/

A aliança com os consumidores passa pela oferta de produtos que justamente valorizem características da agricultura familiar

Socialismo ou nacionalismo?

Pedro Estevam da Rocha Pomar

Claramente, o arranjo tático esboçado na resolução do PCdoB empurra as tarefas socialistas para um distante horizonte, reduzindo o socialismo a uma dimensão retórica. Isso se evidencia quando o texto, ao discorrer sobre a agenda socialista do partido, na verdade coloca em relevo bandeiras de natureza nacionalista

A resolução do 14º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), datada de 19 de novembro de 2017 e intitulada "Frente Ampla: novos rumos para o Brasil - Democracia, soberania, desenvolvimento, progresso social", retoma a tese da aliança com setores da burguesia, como saída possível para a crise brasileira. Grande parte da existência do antigo PCB, nas décadas cruciais de 1940 a 1960, foi marcada pela defesa de uma aliança da classe trabalhadora com a burguesia nacional, dita progressista, contra o imperialismo e o latifúndio. A novidade da tese atual é que ela se articula à proposta de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND), que por sua vez integra o Programa Socialista do PCdoB (adotado em 2009), e o latifúndio sequer é mencionado.

A resolução é um documento caudaloso, de dezenas de páginas, dividido em cinco capítulos: I- "Conflitos e tensões no Mundo, ofensiva imperialista e luta dos povos"; II- "Balanço dos governos Lula e Dilma e avaliação do desempenho do PCdoB"; III- "Governo ilegítimo contra o Brasil e o Povo"; IV- "Saídas para a crise brasileira"; V- "Fortalecer o PCdoB e elevar seu papel na resistência" (confira em: https://goo.gl/B3EFNo). No capítulo IV, a resolução defende a Frente Ampla como o melhor instrumento para enfrentar o golpe de 2016, e aborda as questões relacionadas à participação do PCdoB nas eleições gerais previstas para 2018, participação essa apresentada como parte dos esforços pela Frente Ampla. Declara prioritária a reeleição do governador Flávio Dino (MA) e referenda a escolha da deputada estadual do Rio Grande do Sul e ex-deputada federal Manuela D'Ávila como candidata à Presidência da República. (Tal decisão seria revista em agosto de 2018 pela direção nacional do partido, com a indicação de Manuela para compor a chapa majoritária do PT na condição de vice-presidente).

"A orientação política imediata do PCdoB é a oposição firme ao governo golpista e à agenda que este impõe ilegitimamente ao país. Visa a acumular forças para derrotar o curso antinacional e antipopular e criar condições para as forças patrióticas e populares reconquistarem o governo da República e, assim, assegurar a soberania do voto popular e retomar, em novas condições, a rota de desenvolvimento soberano, democrático e com inclusão social, ampliação dos direitos do povo, a valorização do trabalho e da produção".

"A realização desses objetivos", prossegue, "*só é possível com a união de vastas forças em Frente Ampla, para além da esquerda política e social*. O PCdoB tem empenhado todos os esforços para isso, bem como para construir a unidade da esquerda

Foto: Richard Silva/PCdoB

Plenária do 14º Congresso Nacional do PCdoB. Brasília, novembro 2017

A análise da conjuntura internacional, bem como o diagnóstico da situação nacional e o balanço dos governos Lula e Dilma, guardam semelhanças com a avaliação feita por outros setores da esquerda, como algumas tendências internas do PT, nisso incluída a Articulação de Esquerda

brasileira para que ela se constitua no núcleo condutor da Frente Ampla", a qual "reunirá os trabalhadores, a juventude e as mulheres, com toda a diversidade das organizações de luta para aglutinar extensas camadas populares; os setores progressistas e patrióticos, do universo jurídico constitucionalista, do mundo cultural e da intelectualidade progressista; segmentos médios profissionais, *entidades e movimentos do empresariado interessado no progresso do país* (destaques nossos)".

O PCdoB "tem claro o projeto de Brasil pelo qual se bate, e se dispõe a discuti-lo com o povo brasileiro e os setores vitais da Nação", prossegue o documento, "quer interagir, com sua identidade programática própria, com o povo e os setores vitais da Nação". Não especifica, no entanto, quais seriam esses "setores vitais". Tal projeto, continua, "aponta o caminho da unidade como bandeira de esperança do povo, em ampla frente de forças políticas e sociais, para disputar os rumos do país".

A resolução explicita o vínculo pretendido entre esse projeto e as próximas eleições, nas quais o partido propõe-se a exercer um papel de destaque: "As eleições presidenciais são palco das articulações de todas as forças políticas e terão papel decisivo para a luta dos brasileiros e brasileiras. *Os esforços da luta da Frente Ampla devem convergir também para elas*. O PCdoB buscará protagonismo nessa disputa. Nesta hora, o debate deve se centrar em uma *agenda para o país que possibilite a unidade da esquerda e das forças democráticas, populares e patrióticas*. O 14º Congresso saúda a decisão do Comitê Central de apresentar ao povo e às forças políticas progressistas a pré-candidatura presidencial de Manuela D'Ávila para contribuir com a concretização desses objetivos" (destaques nossos).

A análise da conjuntura internacional, bem como o diagnóstico da situação nacional e o balanço dos governos Lula e Dilma, guardam semelhanças com a avaliação feita por outros setores da esquerda, como algumas tendências internas do PT, nisso incluída a Articulação de Esquerda. Por exemplo: "A situação internacional é caracterizada por instabilidade, imprevisibilidade, graves tensões e ameaças à paz. O mundo vive uma crise civilizatória, decorrente das contradições do sistema capitalista". As principais características da transição em curso, agrega, são "o declínio relativo da superpotência estadunidense" e a emergência de "novos polos de poder econômico, político, diplomático e militar", destacando-se "o protagonismo da China socialista como potência, e a recuperação do poder nacional da Rússia", bem como a existência do BRICS.

Quanto ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, considera que foi "um golpe de novo tipo contra a democracia, perpetrado pelo Parlamento, endossado pelo Judiciário e capitaneado por um poderoso conjunto de forças políticas, judiciais, midiáticas e empresariais, com ativa participação de setores da Polícia Federal", e no qual a mídia oligopólica "teve papel de destaque na mobilização de uma base social reacionária e intolerante", contando ainda com "apoio externo, como parte da ofensiva imperialista na região".

Foto: Richard Silva/PCdoB

Na resolução, as referências ao socialismo e a medidas que apontem na sua direção são escassas. Uma delas aparece quando se critica a estratégia política "movimentista", atribuída a um "multiculturalismo que se quer 'progressista', mas que resulta na fragmentação do povo".

Porém, há diferenças relevantes que devem ser registradas. Ainda que identifique a agenda do golpismo como "entreguista e neoliberal, expressão dos interesses das grandes potências e do capital financeiro", e reconheça, por exemplo, que a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) "só favorece o capital", o PCdoB não implica no golpe o conjunto da burguesia. "O *setor hegemônico das classes dominantes* prega diuturnamente contra a capacidade de realização do povo e da Nação, promove descrença, desesperança" e "exige adotar amargas antirreformas neoliberais, para reduzir o Estado e os direitos que 'não caberiam' no PIB e alinhar o Brasil de modo subordinado às grandes potências", diz o documento (destaques nossos).

"Estado de Direito"

Note-se que ao abordar a questão da "unidade do campo popular, progressista e democrático", apresentada como "indispensável e [que] carece do debate crítico de desafiadoras questões, com métodos justos em busca de convergência", a resolução elenca entre os temas a enfrentar a "suplantação de pautas e interesses corporativistas que confrontam os interesses de toda a sociedade". Não raramente, a alegação de "interesses corporativistas" é levantada (até por grupos ou personalidades de esquerda) contra setores do funcionalismo público em luta por reajustes salariais e melhores condições de trabalho, e às vezes até mesmo contra categorias de trabalhadores da iniciativa privada. Talvez o texto esteja se referindo a grupos privilegiados, como a alta magistratura.

Para aglutinar a Frente Ampla, propõe o PCdoB, "a pauta imediata é restaurar a democracia, o Estado Democrático de Direito, as garantias constitucionais fundamentais no combate à corrupção; assegurar a soberania nacional e retomar o crescimento econômico, com o estímulo à produção nacional; a defesa da Petrobras e do regime de partilha no pré-sal, contra as desnacionalizações, privatizações e *demolição das empresas brasileiras de engenharia de grandes obras*; a manutenção e ampliação dos direitos do povo, com a valorização do trabalho, empregos, distribuição de renda e inclusão social" (destaques nossos). Assim, a resolução acena com a defesa de grandes empreiteiras, como a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, abaladas pelas investidas da Operação Lava Jato. Em outro trecho, ao externar suas críticas a essa operação, assinala, após denunciar a ligação entre seus responsáveis e o governo dos EUA: "Aniquila empresas, extermina postos de trabalho, dificulta a realização de acordos de leniência".

A figura do Estado Democrático de Direito é designada como espinha dorsal das propostas do PCdoB: "Condição in-

dispensável para desencadear o NPND é a defesa do Estado Democrático de Direito inscrito na Constituição Federal de 1988. É o ponto de partida da Frente Ampla", afirma a resolução congressual, sem mediações. O texto abstém-se de oferecer uma definição desse conceito, deixando de fazer, igualmente, uma avaliação do sucesso ou insucesso da implantação dos princípios democráticos previstos na Constituição de 1988 e da manutenção ou superação das estruturas perversas legadas pela Ditadura Militar (1964-1985).

Ainda a propósito da resistência ao golpismo, a resolução tece considerações sobre a luta política na esfera institucional, "que requer firmeza de pertencimento de campo político e sagacidade para não isolar", explorando "contradições e disputas do consórcio político dominante", levando em conta que parte desses segmentos, "tendo apoiado o *impeachment*, busca se reposicionar", caso do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e de parlamentares de vários partidos. "Deve-se disputar ativamente essas forças, presentes em instituições políticas e da sociedade civil e em *setores econômicos*. *O espectro centrista de forças sociais e políticas sempre foi fator destacado em todas as composições políticas no Brasil* e carece de um núcleo de forças consequentes para galvanizá-lo como alternativa factível de outro rumo democrático e progressista para o país", assevera o documento, na mesma linha de composição com setores do empresariado (destaques nossos).

Claramente, o arranjo tático esboçado na resolução empurra as tarefas socialistas para um distante horizonte, reduzindo o socialismo a uma dimensão retórica. Isso se evidencia quando o texto, ao discorrer sobre a agenda socialista do partido, na verdade coloca em relevo bandeiras de natureza nacionalista: "O Programa Socialista do PCdoB — destacadamente, *a luta pelo fortalecimento da Nação*, *o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho brasileiro para o socialismo* — foi o norte orientador da direção nacional do PCdoB nos governos Lula e Dilma. Conteúdos, bandeiras, reformas do NPND foram elaborados, desenvolvidos, dando clareza à *centralidade da questão nacional como exigência da luta de classes na contemporaneidade, dialeticamente relacionada à luta pelo socialismo*" (destaques nossos).

O documento lamenta que "apesar dos esforços, o Programa [Socialista] não foi disseminado suficientemente na sociedade, nem dele se extraíram todas as consequências para a orientação política do Partido", e que ainda não foi assimilado pela maioria de suas direções estaduais e municipais e por suas bases. "Obviamente, a marca '*Nação forte. Rumo socialista*' — que sintetiza o Programa — não é suficientemente projetada e, além disso, suas frentes de trabalho, seu coletivo militante, passam a ser permeados de conteúdos e plataformas conflitantes com a elaboração estratégica do Partido, fazendo prevalecer, por vezes, *pautas segmentares e corporativas dissociadas de um projeto de nação*" (destaques nossos). Cabe indagar: não seria exatamente o núcleo contraditório do programa (nacionalismo *versus* socialismo) a causa de tal impasse?

Não há qualquer referência, no texto, à necessidade de estatização do sistema financeiro, de qualquer setor dos meios de produção, ou mesmo de algum nível de enfrentamento real dos oligopólios que controlam a economia brasileira. Embora faça reiteradas críticas ao papel deletério da mídia hegemônica no golpe de 2016, e aponte — com toda razão — que foram erros graves dos governos petistas "ter sido tratado como intocável o monopólio dos meios de comunicação", e (pior ainda) o fato de que "os governos Lula e Dilma fortaleceram a grande mídia com vultosas verbas publicitárias", a resolução limita-se a reivindicar que deveria ter sido realizada uma "regulamentação, em alguma medida, dos artigos da Constituição que vedam o monopólio no setor".

Ao longo da resolução, as referências ao socialismo e a medidas que apontem na sua direção nas condições brasileiras são escassas. Uma delas aparece quando se critica a estratégia política "movimentista", atribuída a um "multiculturalismo que se quer 'progressista', mas que resulta na fragmentação do povo". Tais forças, continua, "exploram a crise de representação política da sociedade — o que é mais propriamente uma crise da democracia, esvaziada sob a agenda neoliberal — em contraponto à esquerda partidária e às grandes organizações do movimento social brasileiro, consideradas 'tradicionais' por afirmarem o papel central dos trabalhadores como sujeito na luta pelo socialismo e por adotarem o caminho da disputa do Estado". E conclui: "Embora críticas ao *status quo*, [as forças 'movimentistas'] reforçam pregações conservadoras já hegemônicas da negação da política".

Ausência da questão militar

Grandes ausentes da resolução são as Forças Armadas e a Ditadura Militar. As únicas menções: nos capítulos III, ao tratar dos desdobramentos do golpe de 2016: "De conjunto, a evolução dessa conflagração institucional expressa agudo e grande impasse político, chegando a parcelas das Forças Armadas"; e V, ao avaliar a estrutura e o papel do partido: "O PCdoB saiu da ditadura militar (1964-1985) mais forte do que entrou — o que foi uma grande vitória dos comunistas". Diante disso, cabe questionar: as Forças Armadas fariam parte dos aludidos "setores vitais da Nação"?

Como se sabe, entre 1972 e 1975 o partido perdeu 70 guerrilheiros na região do Araguaia, muitos deles capturados com vida e depois executados pelas Forças Armadas. Ao longo do regime militar vários dos dirigentes do PCdoB foram torturados e assassinados pelos órgãos de repressão. Além disso, dois meses antes da realização do 14º Congresso, o general de quatro estrelas Antonio Hamilton Mourão, então na ativa, defendeu uma possível "intervenção militar" no país, em sintonia com a bandeira agitada pela extrema-direita. E o PCdoB assumiu o Ministério da Defesa entre outubro de 2015 e maio de 2016, quando a pasta esteve confiada a Aldo Rebelo. É intrigante, assim, que o partido evite pronunciar-se sobre a questão militar, sobre a necessidade de democratização das Forças Armadas e seu papel em sociedades em transformação, sobre a impunidade dos torturadores, sobre o engavetamento do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Da mesma forma, é notável que não haja qualquer referência no documento à proposta de extinção das Polícias Militares, bandeira que unifica amplos setores do movimento negro e da esquerda política e social, consta das recomendações da CNV ao Estado brasileiro e é defendida, enfaticamente, até pela Comissão de Direitos Humanos da ONU. Essa constatação é chocante, dado que a população negra, e particularmente a juventude negra, está entre as mais importantes bases sociais do PCdoB. A resolução, aliás, não fala em combate às políticas de extermínio, deixando de abordar o Terrorismo de Estado praticado cotidianamente pelas PMs.

Desse modo, as considerações de combate ao racismo presentes no capítulo V da resolução soam tímidas frente à dramática realidade enfrentada pela juventude das periferias brasileiras: "é questão programática para o PCdoB a superação progressiva das marcas da longa duração do escravismo que permanecem no racismo e na condição de vida dos negros", o partido "se empenha no combate ao racismo e pela adoção de políticas públicas de promoção da igualdade social para os negros e as negras", bem como "pela crescente participação e pelo protagonismo dos negros em todos os âmbitos da vida do país" etc.

Foto: Ricardo Stuckert/IL

Manuela d'Ávila visita acampamento pró-Lula em Curitiba

Outra ausência é a dos povos indígenas, que recebem uma única e efêmera citação no capítulo IV: "Destacam-se, do mesmo modo, as lutas contra o racismo e por políticas de promoção da igualdade social para os negros; proteção, efetivação e garantia dos direitos das etnias indígenas". A propósito, ao realizar o balanço dos governos Lula e Dilma e examinar sua própria participação (dele, PCdoB), a resolução omite as disputas em torno da demarcação da Reserva Raposa-Serra do Sol, medida à qual se opôs sua maior figura pública à época, o então deputado federal Aldo Rebelo, que se alinhou com os ruralistas ("arrozeiros") e os militares, contra os povos indígenas.

Rebelo, que voltou a repetir a aliança com o agronegócio ao relatar a reforma do Código Florestal, deixou o partido em agosto de 2017, após décadas de filiação, e no mês seguinte ingressou no PSB. Seis meses depois, abandonou o PSB rumo ao Solidariedade do notório deputado Paulo Pereira da Silva, o "Paulinho da Força".

Considerações finais

A finalidade deste artigo é examinar concisamente a mais recente resolução congressual do PCdoB, não cabendo aqui a pretensão de levar a cabo uma análise completa desse partido, envolvendo programa, estratégia, história etc. Por meio da análise deste e de outros documentos, podemos por certo arriscar algumas extrapolações e conclusões provisórias. Convém lembrar, porém, que a avaliação da trajetória de um agrupamento político nunca deve pautar-se exclusivamente pela exegese da sua produção teórica e dos seus textos oficiais.

São patentes os equívocos de alguns historiadores que, ao atribuir excessivo

No caso do PCdoB, será preciso acompanhar o comportamente efetivo dos seus militantes e direções frente à palavra de ordem de "Frente Ampla" e ao seu conteúdo

valor à letra fria dos documentos e declarações oficiais do antigo Partido Comunista do Brasil (sigla PCB), deixavam de perceber e apreender suas contradições internas, as posições em choque, as políticas realmente adotadas. Outro exemplo, passando à atualidade, são determinadas interpretações do Partido dos Trabalhadores que padecem de enganos semelhantes.

Evidentemente, a militância cumpre um papel-chave nos rumos de um partido político. Assim, no caso do PCdoB, será preciso acompanhar o comportamente efetivo dos seus militantes e direções frente à palavra de ordem de "Frente Ampla" e ao seu conteúdo (aliança com setores da burguesia), para saber-se do seu êxito ou fracasso numa conjuntura altamente polarizada e de acirramento da luta de classes, bem como de seus desdobramentos.

Importante saber como se situará, por exemplo, o aguerrido e relativamente jovem setor intelectual do partido, que tem se destacado nos últimos anos. Vale notar que, ao debandar, Aldo Rebelo não conseguiu arrastar consigo um grupo expressivo de militantes. Alguns meses antes de sair, lançou um manifesto em favor da "união de amplas forças políticas, econômicas e sociais, com destaque especial aos empresários e às Forças Armadas", que foi contestado, ponto a ponto, pelo veterano Aldo Arantes, ex-deputado federal constituinte e membro do Comitê Central, numa polêmica pública inédita para os padrões do partido.

"Vivemos num verdadeiro estado de exceção em que a Constituição e o estado democrático de direto estão sendo violados. Em face desta grave situação, o manifesto aborda genericamente o fortalecimento da democracia [...] destacando a necessidade de 'tolerância entre os brasileiros'. Na verdade, como superar a polarização existente no país sem ultrapassar as causas e as consequências do golpe institucional? E aí o manifesto não se refere ao golpe nem às forças que o financiaram e o apoiaram". Ademais, prosseguiu Arantes, "não se refere à reforma trabalhista, já aprovada e no Congresso e sancionada com graves consequências na vida dos mais de cem milhões de trabalhadores brasileiros", nem cita "a grave ameaça da reforma previdenciária".

Embora tenha considerado "adequado realçar o papel do empresariado e das Forças Armadas", Arantes rejeitou a exclusão das camadas populares, fazendo ainda outra distinção fundamental: "Ao ressaltar a necessidade da reforma política o documento afirma que ela deve libertar 'nosso sistema político do controle de interesses corporativos oligárquicos'. Na verdade, uma reforma política democrática deve libertar o sistema político do poder econômico".

Outra manifestação relevante, esta mais recente, foi do igualmente veterano jornalista José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais do PCdoB. Reagindo às pressões para que a esquerda sagrasse Ciro Gomes como "candidato de unidade", precisamente em nome da "Frente Ampla", José Reinaldo saiu em defesa da candidatura de Lula: "Hoje, com o maior líder popular da história do país encarcerado e o governo golpista do usurpador do Planalto em agonia, o quadro político apresenta-se fragmentado. Sem governo forte, as forças golpistas estão divididas no curso de uma luta fratricida entre diferentes bandos das classes dominantes.Privadas da presença de seu maior líder em reuniões e comícios, as forças de esquerda fragmentam-se entre projetos que, ressalvadas as declarações retóricas, objetivamente aprofundam as divisões".

Parece sugerir uma autocrítica, afinal o PCdoB tinha, à época, sua própria pré-candidata à Presidência. Todavia, prosseguiu ele, há na esquerda "legítimas pré-candidaturas afirmando marcantes personalidades políticas, predicando mensagens de esperança, elaborando justas teses, propondo adequadas soluções aos graves problemas nacionais, arregimentando forças", em suma: "fazendo o que consideram ser seu dever em prol da unidade das forças democráticas e progressistas". Dito isto, o dirigente comunista condena "o açodamento e a pressão para que todos resignem em nome de um suposto segundo colocado, alçado extemporaneamente como o representante de uma coalizão entre o centro e a esquerda, fadada a ser a força progressista no segundo turno".

Após descrever a candidatura de Ciro sem citá-lo expressamente, José Reinaldo arremata: "Nas circunstâncias atuais, a unidade tem nome e sobrenome ainda nitidamente definidos — Lula da Silva" (https://wp.me/pR5hQ-b9O). A declaração teria destinatários específicos: setores do próprio PCdoB interessados em apoiar o ex-ministro e ex-governador.

PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR é jornalista, doutor em ciências da comunicação e autor dos livros *A Democracia Intolerante* (Arquivo do Estado de São Paulo, 2002) e *Massacre na Lapa* (Perseu Abramo, 2006).

Por uma SUPERAÇÃO CONSERVADORA: as resoluções do VI Congresso do PSOL

Por Eduardo Nunes Loureiro

É nítida a forma como se evitam questões polêmicas nas resoluções, o que denota a busca por uma ampla aliança – ainda que no campo da esquerda. Conclui-se destas resoluções que o PSOL amadureceu no que diz respeito a polarizar com o PT, tendo como inimigo a direita

Nos dias 02 e 03 de dezembro de 2017, na cidade de Luziânia/GO, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) realizou seu VI Congresso Nacional. A convocatória do Congresso (https://goo.gl/aVFjtx)[1] aponta, em seu Art. 5º, a discussão e aprovação de resoluções para os seguintes temas: a) Conjuntura nacional e internacional; b) Reorganização da esquerda e tática para o período; c) Atualização programática; d) Eleições 2018; e) Balanço do PSOL; f) Adequações estatutárias e periodicidade do congresso e da eleição de direção; g) Eleição da Direção Nacional, Conselho Fiscal, diretor presidente da Fundação Lauro Campos e Comissão de Ética.

No site referente ao VI Congresso Nacional do PSOL (https://goo.gl/6kp5xh)[2], podem ser encontradas a Direção Nacional, Conselho Fiscal, Conselho de Ética e o novo presidente da Fundação Lauro Campos eleitos pelo Congresso, uma resolução sobre a entrada do Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS), quatro resoluções setoriais (Mulheres, Negras e Negros, Ecossocialista e Pessoas com deficiência), uma resolução de conjuntura nacional, outra de conjuntura internacional e uma sobre Eleições 2018. Não foram encontradas resoluções específicas para os demais temas (Reorganização da esquerda e tática para o período, Atualização programática e Adequações estatutárias e periodicidade do Congresso).

O objetivo deste artigo é apresentar uma visão geral sobre as resoluções publicadas pelo partido. Desta forma, não serão analisadas aqui aquelas que dizem respeito ao funcionamento interno do PSOL ou à construção de seu programa, focalizando as resoluções de conjuntura (internacional e nacional) e a que versa sobre Eleições 2018.

Conjuntura internacional

Em quatro páginas, que podem ser acessadas no seguinte endereço (https://goo.gl/WhH5W6)[3], o PSOL começa sua resolução apontando a crise do processo de acumulação capitalista, que tem como consequência a concentração de riqueza e da renda a nível mundial. Dá como exemplo de sua gravidade a leva de imigrantes que cruzam o Mar Mediterrâneo e as fronteiras da Europa em busca de um porto seguro contra a fome, a miséria e as guerras.

Arquivo PSOL

O 6º Congresso Nacional do PSOL, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2017, em Luziânia/GO, aprovou resolução que reafirma a participação do partido, com candidatura própria, nas eleições presidenciais

Ao explicar o processo de desindustrialização das economias capitalistas, a resolução dá como causa a incorporação da Ásia ao Sistema Produtivo – em especial o Sudeste Asiático e a China – e a transferência massiva das indústrias intensivas em força de trabalho para estes locais. Isso levou países da periferia do capitalismo a ter desindustrialização e aumento dos níveis de desemprego.

Por mais que esta conclusão esteja correta em termos concretos, é contraditório que as causas apontadas para este deslocamento das indústrias (salários baixos, direitos trabalhistas precários, legislação ambiental falha) sejam também observáveis em algumas das economias periféricas em processo de desindustrialização, ao mesmo tempo em que se defende que estas devem reindustrializar-se. Aparentemente, culpa-se a China e países do Sudeste Asiático por terem feito o que deveríamos fazer. Além disso, abre-se um questionamento: se a legislação brasileira tornou-se mais precária e os salários mais baixos, isso significará, automaticamente, mais empregos? O único entrave agora é a legislação ambiental? Não é possível identificar estas respostas no texto.

A resolução aponta que o forte apoio de Marine LePen, na França, e as vitórias de Donald Trump nos EUA e do Brexit (plebiscito de saída do Reino Unido da União Européia) no Reino Unido, quando mapeadas, mostram que grande parte dos apoios a estas causas/candidaturas está nos lugares em que existiam parques industriais intensivos

Ainda no tema da industrialização/desindustrialização, a resolução aponta que o forte apoio de Marine LePen, na França, e as vitórias de Donald Trump nos EUA e do Brexit (plebiscito de saída do Reino Unido da União Européia) no Reino Unido, quando mapeadas, mostram que grande parte dos apoios a estas causas/candidaturas está nos lugares em que existiam parques industriais intensivos.

Fechando o tema, a resolução aponta também como causa do aumento do desemprego a inovação tecnológica. Novamente, não há uma consequência desta afirmação, passando a impressão de que a inovação em si deve ser combatida. Não há uma contextualização sobre as características das evoluções tecnológicas, tampouco sobre o nível da capacitação dos trabalhadores. Por mais que seja provável a interpretação de que a inovação

nociva seja aquela feita com o objetivo de reduzir os custos de mão de obra, também é possível aquela em que não existe qualquer inovação positiva.

O texto continua, indicando que o atual estágio do capitalismo provoca instabilidade do clima e dos ecossistemas terrestres. A seguir, aponta que os países latino americanos se consolidaram como exportadores de *commodities*.Ressalta o processo de desindustrialização brasileiro e a redução da participação da indústria na economia (de cerca de 25% em 1980 para cerca de 12% em 2015), bem como o papel que a desindustrialização provoca na geração de empregos mais precários e, consequentemente, de menor renda.

Ao mencionar a ofensiva das forças reacionárias contra os governos progressistas da América Latina, o texto aponta como um abalo nestes últimos a redução do preço do minério e dos produtos agrícolas. Dá como exemplo os golpes em Honduras, Paraguai e Brasil, a vitória eleitoral conquistada na Argentina e a ofensiva contra Nicolas Maduro na Venezuela. Ressalta também o total alinhamento do governo de Michel Temer com a linha política estadunidense.

Aponta que o panorama mundial está marcado pela disputa cada vez mais acirrada entre EUA e China, pelo ressurgimento da Rússia e as consequências da erupção destas polarizações: o agravamento das tensões regionais, que deságua em guerras localizadas como a da Síria.

De acordo com a resolução do PSOL, a receita anticrise do capital (retirada de direitos sociais e trabalhistas, rebaixamento de salários, privatização de serviços essenciais, legislação ambiental mais frouxa e intensificação da exploração extrativista) gera resistência dos movimentos sociais e dos partidos políticos progressistas. Aponta que em Portugal – onde o governo progressista impede a retirada de mais direitos – Espanha, França e Estados Unidos houve crescimento da esquerda institucional. Fora dos partidos, cita o movimento das mulheres polonesas que barrou lei antiaborto na Polônia, e as campanhas Black LivesMatter e Ni Una a Menos, que extrapolaram seus países de origem (respectivamente Estados Unidos e Argentina). Ressalta ainda a luta pela independência da Catalunha.

Termina o texto reafirmando que o descontentamento com a democracia liberal leva à possibilidade de radicalização tanto à direita quanto à esquerda.

Conjuntura nacional

O texto sobre Conjuntura Nacional, (disponível em https://goo.gl/2QFfyS)[4] inicia-se afirmando que a origem do golpe está em 2014, quando Dilma nomeia Joaquim Levy que, com sua política ortodoxa, transforma uma crise de curta duração e baixo impacto em uma recessão que eliminou 8% do PIB e duplicou o desemprego, levando à perda de credibilidade do governo e ao descolamento deste de sua base social que, somada à aposta no modelo de conciliação sem enfrentamento, desmobilizou os setores populares.

Por mais que o fato relatado tenha realmente enfraquecido a resistência ao golpe, explicá-lo desta forma é incompleto. Lido desta maneira, aparentemente o Brasil estava ótimo até que Dilma resolveu nomear Levy. Não há menção no texto à brutal ofensiva da direita organizada via partidos e imprensa para derrubar Dilma, iniciada antes das medidas impopulares tomadas pela presidenta eleita após as eleições.

Na sequência, o texto diz que a oportunidade aberta para o golpe fez com que a burguesia visse a oportunidade de governar sem mediações. Em defesa do governo, restaram somente os setores mais progressistas da classe média e os movimentos sociais organizados.

Uma vez no poder, a elite retrocedeu as conquistas dos trabalhadores em mais de 100 anos com a reforma trabalhista e implementou o teto de gastos, que congela os gastos primários do governo no mesmo patamar de 2016 (corrigido somente pela inflação do ano anterior) por 20 anos. Além disso, busca a aprovação da reforma da previdência, de forma a viabilizar superávits primários para sustentar as altas taxas de juro real do país. Afirma que o golpe destrava, também, as pautas conservadoras e de interesses econômicos paralisados durante os governos petistas, caracterizados como de conciliação de classes.

A resolução coloca a posição do PSOL como sempre contrária ao golpe desde a primeira hora, mesmo que demarcando as diferenças com o governo Dilma, por entender que os riscos de retrocesso ainda maior eram evidentes, como mostram as medidas do governo golpista. A nota afirma ainda esta posição como correta.

Ao citar a Operação Lava Jato, apesar de reconhecer que esta é instrumentalizada para perseguir o PT, com a utilização de instrumentos inaceitáveis para o

A resolução coloca a posição do PSOL como sempre **contrária ao golpe desde a primeira hora**, mesmo que demarcando as diferenças com o governo Dilma, por entender que os riscos de retrocesso ainda maior eram evidentes, como mostram as medidas do governo golpista

Bancada do PSOl protesta contra o rocesso de *impeachment* de Dilma na Câmara dos Deputados

Estado Democrático de Direito, há uma posição dúbia em relação à mesma. O texto aponta que, mesmo que a Lava Jato esteja totalmente a serviço dos golpistas, ela não está sob controle, abrindo fissuras nas bases de sustentação do golpe, com o envolvimento das cúpulas de PMDB, PSDB e do próprio Temer.

Da maneira em que está, não há contextualização sobre como é possível estar a serviço do golpe e, ao mesmo tempo, fissurando-o. Seria necessária uma maior explanação sobre as forças em disputa no seio do golpe e porque, mesmo estando a serviço da causa geral, ataca "aliados". Passa a impressão de que existe uma esperança de que o objetivo da Lava Jato seja realmente jurídico e não político.

O texto cita os movimentos de 28 de abril e 30 de junho de 2017 como exemplos de sucesso e fracasso, respectivamente. Imputa o sucesso do primeiro à ampla unidade das forças organizadas e à percepção da população de que as reformas, em particular a da Previdência, representam retirada de direitos. Já o fracasso é apontado como resultado da perda de densidade dos movimentos sindicais para além da burocratização das direções. Aponta como causa a reestruturação do trabalho, que dificulta a percepção da letalidade da reforma trabalhista e, consequentemente, sua mobilização para barra-la.

Termina apontando que a impopularidade do governo Temer e a rejeição por suas medidas não se traduzem em organização contra seu governo, que é apoiado por fortes grupos econômicos, conclamando todas e todos a lutarem pelo "Fora Temer" e contra o retrocesso de direitos.

Eleições 2018

O texto começa caracterizando, resumidamente, a conjuntura em que supostamente ocorrerão as eleições de 2018, em meio à maior crise política da história do país, onde o governo vigente tende a chegar desacreditado e repudiado pela maioria da população.

Coloca que elas serão realizadas após a reforma política feita em 2017, que institui a cláusula de barreira progressiva de 1,5% dos votos. Estabelece que esta é uma das metas do partido para este pleito.

Ainda sobre a reforma política, afirma que, apesar de não ser permitido o financiamento empresarial, o Fundo Eleitoral, como aprovado, mantém a disputa eleitoral extremamente desigual, privilegiando os grandes partidos.

Terminando as colocações sobre a reforma política, cita a obrigatoriedade da participação do PSOL nos debates da TV e rádio e a possibilidade de eleição parlamentar no cálculo da quebra de votos como pontos positivos.

A partir daqui, vem o principal núcleo da resolução: a preparação para a candidatura de Guilherme Boulos à presidência.

Em primeiro lugar, critica-se o lulismo devido ao aliancismo. Reafirma-se o apoio ao direito de Lula ser candidato a presidente, mas também a necessidade de superação dos limites apresentados no projeto defendido – segundo eles – por sua candidatura.

Em seguida, afirmam que apresentarão nome próprio à eleição presidencial que amplie o debate de reorganização da esquerda, tendo como lastro programático o processo construído pela plataforma *Vamos!*, lançada pela Frente Povo Sem Medo, que tem o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) como um de seus protagonistas. O MTST é coordenado nacionalmente por Guilherme Boulos.

Cabe lembrar que esta resolução é de dezembro de 2017 e Boulos só foi escolhido candidato em março de 2018, em conferência eleitoral, feita uma semana após a sua filiação ao PSOL. Boulos derrotou na Conferência Eleitoral os candidatos Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Nildo Ouriques e Hamilton Assis. Boulos teve quase 71% dos 126 votos. Formará chapa com Sônia Guajajara, também do PSOL.

Por fim, a resolução estabelece como prioridade as eleições das bancadas de deputados federais, estaduais e distritais, bem como critérios democráticos para a escolha de candidatos e a distribuição dos recursos de acordo com estados, candidaturas e cargos.

Guilherme Boulos é o candidato do PSOL à presidência da República. O líder do MTST filou-se ao partido em março de 2018. Formará chapa com Sônia Guajajara, também do PSOL.

Conclusão

Uma vez que o Congresso contava com doze teses inscritas, é interessante notar como as resoluções são sucintas. As três resoluções aqui analisadas, juntas, têm 10 páginas e apontam questões de forma muito resumida, em alguns momentos, dando margem a múltiplas interpretações.

Se analisadas em conjunto, estas resoluções apontam para duas coisas: a primeira, que o PSOL pretende superar o PT e desistiu de tê-lo como inimigo principal, como era em passado bem recente, buscando postar-se como a nova referência da classe trabalhadora, ainda que reconheça em suas próprias resoluções (em especial, a de conjuntura nacional) que não há mobilização social suficiente para isso. A segunda, que a função do Congresso foi preparar o conjunto da militância para o acolhimento da candidatura Guilherme Boulos. É nítida a forma como se evitam questões polêmicas nas resoluções, o que denota a busca por uma ampla aliança – ainda que no campo da esquerda. Citar a plataforma *Vamos!* como guia três meses antes da filiação de Boulos também foi um sinal muito forte de que prepararam o partido para sua entrada.

Conclui-se destas resoluções que o PSOL amadureceu no que diz respeito a polarizar com o PT, tendo como inimigo a direita. Ao mesmo tempo, faz-se um Congresso com objetivo basicamente eleitoral. Busca-se superar o PT, fazendo as críticas a este de maneira construtiva e sem culpa-lo por todos os males, mas utiliza-se de sua máxima instância para repetir um dos principais defeitos que contaminaram o Partido dos Trabalhadores: o foco quase exclusivo nos processos eleitorais.

EDUARDO NUNES LOUREIRO é militante do Partido dos Trabalhadores e da Articulação de Esquerda.

URLS ENCURTADAS:

1. http://psol50.org.br/congresso/wp-content/uploads/2017/08/REGIMENTO-6-CONGRESSO-VERSAO-FINAL.pdf)
2. https://www.psol50.org.br/tag/6o-congresso-nacional-do-psol/
3. http://www.psol50.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Conjuntura-internacional.pdf
4. http://www.psol50.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Conjuntura-Nacional.pdf

Redobrando a aposta no republicanismo e na revolução democrática: análise das resoluções da XII Conferência Nacional da Democracia Socialista

Adriano de Oliveira

A DS fez um giro ao centro partidário, especialmente quando construiu a chamada Mensagem ao Partido, e abriu mão de importantes temas estratégicos, rebaixando seu programa e tendo como centro a revolução democrática e a realização inconclusa, em sua opinião, de um estado republicano no Brasil, o que aqui chamamos de revolução democrática com republicanismo.

Ao longo da história do PT, a Articulação de Esquerda (AE) e a Democracia Socialista (DS) já tiveram muitos pontos de convergência e divergência. Já marchamos e golpeamos juntos, bem como em separado, bem como golpeamos juntos marchando em separado e, por ironia da história, até vice-versa.

Analiso aqui, especificamente, as resoluções da XII Conferência Nacional da DS. O texto em análise encontra-se em: https://goo.gl/Ve5hxu (url encurtada)[1]

Poucas considerações farei do passado, como quando dirigimos – ou tentamos dirigir – o PT em 1994, sobre a chapa e/ou campo Socialismo e Democracia e a Opção de Esquerda e tantas outras movimentações comuns. Somos da e/ou estamos à esquerda do PT, temos muita identidade em diversos temas, reivindicamos a tradição marxista, socialista e revolucionária, razão de sobra para um fraterno diálogo e debate.

Mais recentemente, nos afastamos (AE e DS) no debate estratégico e na tática da disputa interna de rumos do PT. Para nós, fundamentalmente, uma disputa sobre com qual estratégia faremos a luta socialista no Brasil de hoje e com quais táticas buscaremos resistir e retomar a ofensiva contra as forças do condomínio

golpista. "Nossas opiniões a esse respeito podem ser encontradas no site do Página 13, tanto no link (url encurtada: https://goo.gl/Kignhg)[2] da resolução da 1ª etapa do 4º Congresso Nacional da Articulação de Esquerda, realizado de 24 a 26 de novembro de 2017, quanto nos links (URLs encurtadas) das resoluções da 2ª etapa do 4º Congresso Nacional da AE:

- https://goo.gl/J5tS5S [3]
- https://goo.gl/GzQ2JD [4]
- https://goo.gl/d5CyMd [5]
- https://goo.gl/4iZZKX [6]

Recomendamos, ainda, a leitura da última resolução da Direção Nacional da AE: https://goo.gl/7d79yW [7]

Em síntese, a DS fez um giro ao centro partidário, especialmente quando construiu a chamada Mensagem ao Partido, abrindo mão de importantes temas estratégicos e rebaixando seu programa, que passou a ter como centro a revolução democrática e a realização inconclusa, em sua opinião, de um estado republicano no Brasil, o que aqui chamamos de *revolução democrática com republicanismo*.

A estratégia da "Carta aos Brasileiros" (Palocci) era uma estratégia de aliança com o capital financeiro, para falar em português claro. Tentativa de mudanças ou de melhorar a vida do povo sem nenhum tipo de ruptura com o padrão histórico de acumulação capitalista brasileiro.

A estratégia que aqui identificamos no recuo programático da DS tem relação com um documento historicamente anterior à "Carta aos Brasileiros"; referimo-nos ao documento *Uma ruptura necessária*, coordenado pelo saudoso Celso Daniel e que previa uma aliança com os setores "produtivos" da burguesia, simbolizados pela presença de José Alencar na vice-presidência da República. Entretanto, as resoluções desta XII Conferência Nacional da DS realizam reposicionamentos importantes de serem verificados.

A opinião, que afirmo sobre a estratégia da DS para a revolução no Brasil e no continente, deve ser debatida em uma perspectiva de acúmulo de forças por dentro do Estado, democratizando-o, o que segundo seu entendimento resultaria em uma estratégia eleitoral de conquista de maiorias nacionais e sob o exercício de governos. Ocorre que, mesmo em convergência com muitos pontos programáticos apresentados ao longo do documento, esta janela institucional que "arrombamos" com a constituição de 1988 e a campanha Lula presidente em 1989 pode estar sendo fechada, o que exigiria uma nova estratégia para a esquerda brasileira e latino-americana que "reequilibre" a luta institucional e social.

As resoluções da XII Conferência Nacional da DS dividem-se em seis capítulos e uma declaração final.

Primeiramente, é enunciado os objetivos: propõem-se contribuir com avanços em seis direções fundamentais: 1) abordar a crise de identidade socialista e programática do PT; 2) analisar o golpe no contexto internacional; 3) analisar os limites do PT como saída possível para superá-lo; 4) analisar as lutas de resistências apontando seus limites e a "...ausência de uma saída *republicana* (grifo nosso) e democrática, unitária e estratégica..."; 5) construir uma unidade estratégica do PT com as demais forças da esquerda brasileira para vencer a contrarrevolução neoliberal e 6), por fim, considerando os desafios, "procura um caminho viável, no horizonte da atual luta de classes, para vencer o golpe".

Posteriormente, quando debate o Socialismo Democrático e Crise do Capitalismo Mundial, começa explicando o conceito de contrarrevolução neoliberal, "porque [a gravidade da situação em curso] se trata de alterar, a partir de um programa neoliberal, mais que o governo ou o regime político, os próprios fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, de sua soberania, destruindo décadas de conquistas democráticas e projetando para o futuro décadas de interdição dos direitos".

Seguindo um diagnóstico muito semelhante ao nosso e de outras organizações de esquerda do que eles chamam de "contrarrevolução neoliberal", destaca-se o seguinte, aparentemente em contradição a formulações anteriores da própria DS:

> "Ao centrar o seu ataque ao próprio princípio da soberania popular, *a contrarrevolução neoliberal coloca em crise todas as forças de esquerda ou vinculadas às classes trabalhadoras que centravam seu programa e sua estratégia na disputa de governos* e na ampliação dos direitos na democracia liberal. Partidos de centro-esquerda e social-democratas, movimentos sociais corporativos ou autolimitados a lutar por mudanças dentro da ordem liberal, *estratégias que se centravam ou dependiam de pactos com as forças centrais do capitalismo, perdem o seu chão histórico*. É por isso que a resposta histórica à contrarrevolução neoliberal só se pode fazer a partir de uma identidade socialista democrática, que conjugue luta pela soberania popular com programas que contrariem estrategicamente a lógica do capitalismo neoliberal. *Não se vence uma contrarrevolução neoliberal com meios programas, meios valores, estratégias centradas na institucionalidade em crise ou em ilusões eleitorais.* (grifo nosso)

Formulação contraditória de uma organização que até bem pouco tempo centrava toda sua estratégia na disputa e exercício de governos combinada com a ampliação da participação popular.

Formulação também contraditória com as movimentações internas ao PT, antes e depois (hoje) do fim da chamada Mensagem ao Partido.

Temos uma caracterização semelhante sobre o "capitalismo do século XXI" e a instabilidade e caos sistêmico reinantes. No entanto, mesmo quando é reivindicada a perspectiva socialista, são utilizados tantos adjetivos que acabam ofuscando o substantivo do proclamado objetivo socialista e, principalmente, como chegaremos a ele: "democrático", "eco", "feminista", "antirracista", "anticolonialista", "utópico", "internacionalista" e, mesmo "republicano". Tirando o último termo, todas as demais afirmações dão conteúdo substantivo a um projeto socialista e espanta quando, em determinadas passagens, todos estes adjetivos são lembrados sem também estarem articulados com o conteúdo fundamental: o socialismo, entendido aqui como a propriedade social (pública, cooperativada, estatal) dos meios de produção pelos autoprodutores associados. Em vários momentos, não se articulam as lutas feminista, antirracista, ecologista, da juventude, dos migrantes, indígena e LGTBI com uma orientação socialista e revolucionária.

Sobre o republicanismo, nossa mais veemente divergência: republicanismo é a ilusão quanto ao caráter de classe do estado, ou a ilusão da ilusão de que isso pode ser mudado "por dentro". Tem estreita ligação com a estratégia da conciliação de classes que hegemonizou o PT de 1995 até os dias de hoje.

Seguimos um diagnóstico semelhante sobre importantes experiências de resistência para um novo ciclo histórico para derrotar o capitalismo neoliberal. Aí começam novas polêmicas: primeiro, seria a disputa pública e permanente contra os valores do neoliberalismo. O centro desta disputa seria a estratégia da revolução democrática (porque não socialista?). A segunda divergência é contraditória com a formulação do próprio texto que, pouco acima, reexamina o papel da luta institucional. Vejamos, é uma espécie de celeuma.

> "A segunda grande diretriz deste novo ciclo do socialismo democrático é a reconstrução do programa histórico dos socialistas democráticos. A lógica de constituir programas de governo realizáveis em ordens democráticas estreitadas pelas regressões neoliberais deve ser substituída pela lógica de refundar repúblicas democráticas, através de processos constituintes de novos poderes, democráticos e populares, que abram espaço para defesa de programas de orientação estrategicamente anticapitalistas. Chamamos a esta refundação programática das esquerdas, a constituição de programas históricos, ao mesmo tempo clássicos e atualizados para combater e derrotar o capitalismo neoliberal do século XXI. Programas de governo de esquerda ou de coalizões lideradas pela esquerda devem se referenciar, promovendo a mudança na correlação de forças, nestes programas históricos. O centro destes programas é exatamente vincular o desenvolvimento de formas de ativação da soberania popular à formação de economias do setor público (no campo da propriedade dos meios de produção, do sistema financeiro, das políticas públicas, da tributação, de reformas agrárias, das políticas de planejamento e regulação, de novas relações com a natureza) e à formação de culturas feministas e libertárias que construam alternativas, de sociabilidade e de amor, às sociedades da família patriarcal, de ruptura com a divisão sexual do trabalho e formas de sustentabilidade do cotidiano e da vida humana sem o sobretrabalho das mulheres, de novos paradigmas de civilização ecologicamente sustentáveis."

Capa da revista da DS que traz a proposta de resolução aprovada no XII Conferência

Mesmo quando é reivindicada a perspectiva socialista, são utilizados tantos adjetivos que acabam ofuscando o substantivo do proclamado objetivo socialista e, principalmente, como chegaremos a ele: "democrático", "eco", "feminista", "antirracista", "anticolonialista", "utópico", "internacionalista" e, mesmo "republicano".

Chama atenção a importância e centralidade que os temas da revolução democrática e do republicanismo têm na atual formulação da DS, ou ainda persistem. Em mais de 20 passagens, as resoluções da XII Conferência Nacional da Democracia Socialista fazem referência à importância da "luta republicana"

O texto prossegue criticando o excesso de institucionalização, enfatizando a auto-organização e destacando o internacionalismo: "É fundamental construir diretrizes de um programa internacionalista dos socialistas democráticos que unifique ações dos partidos, dos movimentos sociais e de governos em uma mesma dinâmica de luta contra a ordem neoliberal".

No terceiro capítulo da resolução, novamente acordos e desacordos. Compartilhamos um balanço similar das razões que levaram ao golpe, exceto pela insistência em afirmar que o mesmo também se deu pela *"ausência de um programa e uma dinâmica de revolução democrática"*?

Nós disputamos uma estratégia socialista para o Brasil com um programa de reformas estruturais. Temos acordo com a análise de que a elevação do padrão de vida não foi acompanhada de um processo de conscientização e elevação cultural, mas desacordo com a seguinte passagem: *"Esta disputa classista, de dimensões históricas, se estabelece fundamentalmente sobre o terreno democrático republicano: o Brasil se tornará um país dominado por um Estado neoliberal, antidemocrático, violentamente patriarcal, barbaramente predatório dos pobres e oprimidos, neocolonizado e antirrepublicano, ou será refundada uma república democrática e popular, sob a liderança dos socialistas democráticos? É para esta consciência e para a resposta a esta disputa que devem se organizar e convergir todo o programa, a estratégia e a política da esquerda brasileira neste próximo período."* Nós disputamos uma estratégia socialista para o Brasil com um programa de reformas estruturais.

Total acordo que "a maioria do PT e o segundo governo Dilma continuaram até o final apostando na possibilidade de deter o golpe através centralmente da adoção de um programa neoliberal na economia, de uma política de diálogo e ambígua legitimação da Operação Lava-Jato e de uma repactuação com setores das correntes de centro-direita no Congresso Nacional". Minha opinião é que muitos quadros da própria DS foram coniventes com isso, como por exemplo, no debate sobre a reforma da previdência.

Temos acordo sobre necessidade de convocação de um plebiscito revogatório das leis e medidas tomadas pelos golpistas e a democratização dos meios de comunicação.

Um parêntese: já manifestei aqui minha divergência com a reivindicação do "republicanismo" e expliquei o porquê. É mais ou menos como a divergência da construção de um país de "classe média", dito por outrem, então não vou mais tocar neste assunto depois deste parágrafo, mas quero lembrar que, quando as resoluções da XII Conferência Nacional da Democracia Socialista debatem "Os socialistas e a refundação da República Democrática no Brasil", dei-me conta da importância e da centralidade que os temas da revolução democrática e do republicanismo têm na atual formulação da DS, ou ainda persistem. Em mais de 20 passagens as resoluções da XII Conferência Nacional da Democracia Socialista fazem referência à importância da "luta republicana".

Como somos organizações que reivindicamos a tradição marxista, socialista e revolucionária no PT, resolvi então buscar convergências:

- Luta pela constituinte.

- Plebiscito revogatório: unificar a diversidade dos movimentos sociais, setoriais e populares.

- Programa social de emergência.

- Riscos de dispersão em razão de forte acomodação institucional, por um lado, e movimentos setorizados sem articulação com qualquer estratégia de acúmulo de forças para disputar o poder.

- Acusar os acusadores de Lula e denunciar a Lava Jato.

- Exemplo da Venezuela: Constituinte.

- A cultura como um como uma das dimensões essenciais ao desenvolvimento da sociedade, em conjunto com dimensões econômicas, políticas e ambientais. A cultura como um componente fundamental do processo de luta político-ideológica pela transformação da sociedade brasileira, pois, sem cultura não há desenvolvimento, nem transformação social.

- Crítica à regressão brutal as conquistas das lutas das mulheres contra o patriarcado.

- Crítica à violência e barbárie contra os povos indígenas, sem-terra, comunidades tradicionais e quilombolas.

- Crítica à predação da natureza brasileira, em todos os seus aspectos e em todo o território (destaque para a Amazônia).

As/os companheiros(as) da DS afirmam a necessidade de uma futura plataforma da esquerda socialista do próximo período e a luta decisiva por uma hegemonia de esquerda no PT. Fica a pergunta: - Com qual estratégia?

- Crítica à violência contra os marginalizados, especialmente os afrodescendentes.

- Os erros, ilusões e impasses, grosso modo, são: a) a ilusão em um "compromisso democrático da burguesia brasileira"; b) alianças com partidos tradicionais; c) acomodação ao limite da governabilidade burguesa; d) cópia (e não combate) aos padrões burgueses de financiamento (e de corrupção); e) e conciliação com o neoliberalismo, com a guinada conservadora e renúncia programática de 2015.

- Importância da unidade de ação entre Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.

- Há uma disputa sobre qual e quem será a esquerda no próximo período.

- Não há mais ilusões em compromissos democráticos da burguesia brasileira, nem em alianças com partidos tradicionais.

- Houve um processo de acomodação aos limites da governabilidade burguesa, com cópia e não combate aos padrões burgueses de financiamentos e – consequente – corrupção.

- Conciliação com o neoliberalismo, com a guinada conservadora e renúncia programática em 2015. (embora a autocrítica desta questão deve ser bem mais ampla do que está na resolução)

- Os companheiros e as companheiras afirmam a necessidade de uma futura plataforma da esquerda socialista do próximo período e a luta decisiva por uma hegemonia de esquerda no PT. Fica a pergunta: - Com qual estratégia?

- Nos "Pontos Para Um Programa de Transição" temos ampla convergência: a) uma política de alianças classista e anticapitalista; b) aprofundar a participação popular; c) lutar por uma profunda reforma política; d) combate ao elitismo, à burocratização e aos privilégios do Judiciário; e) defesa do Estado democratizado como instrumento de regulação do desenvolvimento; f) pela nacionalização e controle público do capital financeiro; g) uma reforma tributária progressiva e direta; h) defesa das empresas públicas, economia solidária, cooperativas e autogestão; i) democratização e a luta ideológica; j) por uma ética e valores compatíveis com uma sociedade socialista etc.

Acrescentaríamos – embora conste no programa imediato – revogação da EC 95 e no item "g", propomos medidas como: "a tributação de juros sobre capital próprio; a tributação sobre lucros e dividendos; a taxação sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior; a extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões; a adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF); a revisão da tabela do imposto de renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição; o aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e município; e, de maneira geral, medidas progressivas sobre a renda, no sentido oposto à regressividade do ICMS e tributos sobre o consumo" (Resolução da 1ª etapa do 4° Congresso da AE), só para ficar em um exemplo de como o debate precisa avançar entre todos e todas da tradição socialista do PT.

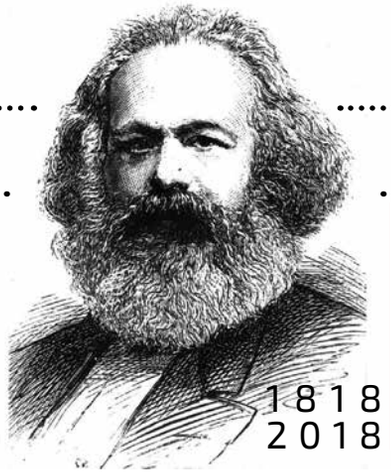
ADRIANO DE OLIVEIRA é membro do Diretório Nacional do PT

URLS ENCURTADAS:

1. https://democraciasocialista.org.br/resolucoes-da-xii-da-conferencia-nacional-da-democracia-socialista/
2. https://www.pagina13.org.br/download/resolucoes-do-4-congresso-da-articulacao-de-esquerda/
3. https://www.pagina13.org.br/34902-2/
4. https://www.pagina13.org.br/resolucoes-da-plenaria-sindical-da-tendencia-petista-articulacao-de-esquerda/
5. https://www.pagina13.org.br/resolucoes-da-5a-conferencia-de-mulheres-da-tendencia-petista-articulacao-de-esquerda/
6. https://www.pagina13.org.br/a-juventude-trabalhadora-em-tempos-de-guerra-resolucoes-da-xi-conferencia-nacional-de-juventude-da-tendencia-petista-articulacao-de-esquerda/
7. https://www.pagina13.org.br/contra-o-golpismo-a-luta-da-classe-trabalhadora/

DOSSIÊ

MARX 200 anos



1818
2018

Em homenagem aos 200 anos do nascimento de Karl Marx, a revista *Esquerda Petista* ***lançou, em sua oitava edição, um edital para envio de artigos a serem publicados em um dossiê especial.***

Neste edital, manifestamos nossos objetivos: "além de celebrar os 200 anos do nascimento de Marx, a revista *Esquerda Petista* pretende contribuir para que sua obra seja analisada à luz dos desafios estratégicos da luta pelo socialismo hoje. Não se trata, portanto, de apenas revigorar o potencial analítico e interpretativo da teoria marxista. Como nosso objetivo é transformar o mundo, é necessário que a teoria revolucionária sirva de base para a prática revolucionária, que só terá êxito se orientada por uma estratégia de luta pelo socialismo adequada para enfrentar o capitalismo do século XXI".

Foram sugeridos diversos temas a serem desenvolvidos: a) A teoria de Marx e os marxismos; b) Marx e as tentativas de construção do socialismo; c) A crítica da economia política em perspectiva: 150 anos de *O Capital*; d) Marx, o marxismo e a história: teoria e historiografia; e) Marx, a América Latina e o Brasil; f) Marx, as lutas dos trabalhadores e o movimento sindical; g) Marx, as marxistas e a luta das mulheres; h) Arte e estética em Marx; i) Marx e o movimento socialista hoje; j) Friedrich Engels: contribuições a Marx e ao marxismo; k) Resenhas de obras de Marx e Engels.

Como inicialmente previsto, os artigos recebidos e aprovados pelo Conselho Editorial serão publicados em mais de uma edição. Nesta, o dossiê inicia com um texto de Bruno Elias intitulado *Estratégia e luta de classes no Manifesto do Partido Comunista*, no qual afirma que, neste documento, a contribuição de Marx e Engels "se destaca pela capacidade de sintetizar alguns dos elementos fundamentais da estratégia socialista e revolucionária da classe trabalhadora".

Em seguida, temos o artigo *Sobre a teoria marxiana do Estado burguês*, de Francisco Pereira de Farias, no qual busca analisar as formulações de Marx no momento em que, segundo o autor, este transita de uma concepção filosófica para uma concepção científica do Estado burguês. Assim, são analisadas as relações entre relações de produção, luta de classes, frações de classe, poder político, governo e forma de Estado.

O dossiê segue com texto de Luiza Dulci, *O nosso Gramsci*, que se dedica a reconstituir os principais aspectos da situação histórica na qual o italiano produziu sua obra, debater os principais conceitos e formulações do marxismo gramsciano e apresentar uma proposta de uso das "lentes gramscianas" para a análise do Brasil de hoje.

Encerra esta primeira parte do dossiê o artigo de Rodrigo Cesar intitulado *O marxismo no Brasil: Caio Prado Júnior e a economia política*. Neste texto, é feita a análise dos debates travados por intérpretes da obra do autor sobre o lugar do marxismo e de Caio Prado Júnior no pensamento econômico brasileiro, bem como sobre os usos que o autor faz de alguns conceitos da economia política.

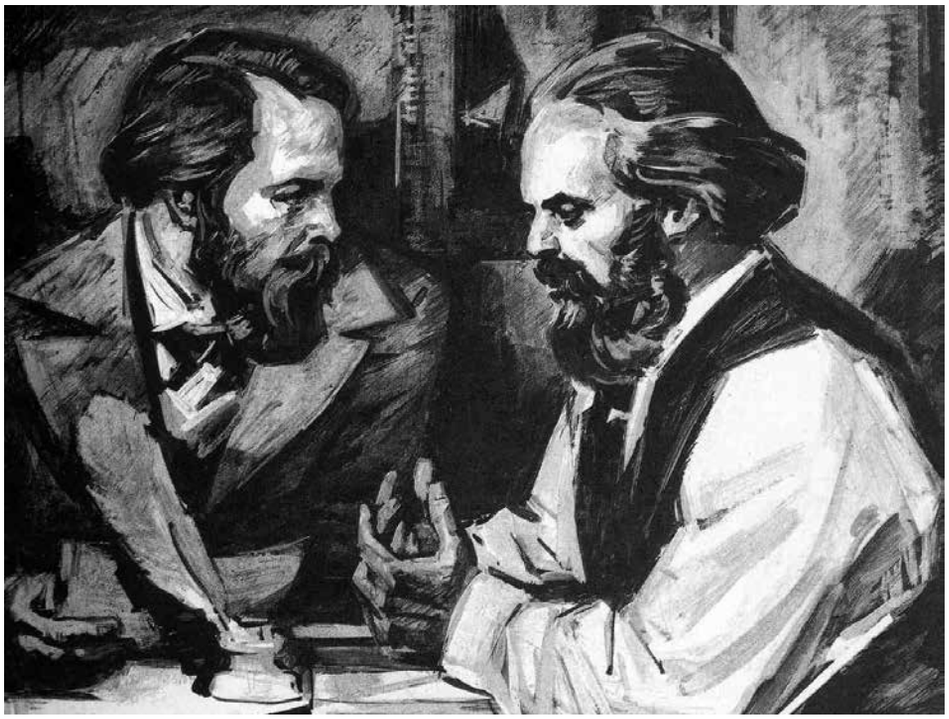
Boa leitura!

A editora e os editores

Estratégia e lutas de classes no Manifesto do Partido Comunista

Por Bruno Elias

A síntese política e teórica da estratégia dos comunistas contida no Manifesto se espraia até hoje pelo mundo. A perspectiva que situa o capitalismo como um modo de produção historicamente determinado, que teve um início e se modificou ao longo do tempo, também nos permite concluir que ele pode ser superado historicamente.



A origem militar do conceito de estratégia remete ao planejamento geral da campanha e das operações necessárias para vencer uma guerra. Para alcançar este objetivo, a estratégia supõe uma visão de conjunto que seja capaz de analisar o terreno em que se darão os combates decisivos, a correlação das forças em conflito e os movimentos e cenários futuros.

Na política, a estratégia dos comunistas se refere ao caminho planejado pela classe trabalhadora para conquistar o poder político e iniciar uma transição capaz de superar o capitalismo e construir uma sociedade sem classes e sem exploração, uma sociedade comunista. Em estudo sobre as concepções de Marx, Engels e Lenin sobre estratégia e tática, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos apontam que a estratégia da revolução socialista exige uma escrupulosa análise do capitalismo, das classes sociais em luta e de suas tendências de desenvolvimento em âmbito nacional e internacional.

"*A estratégia dependerá, portanto, do nível de desenvolvimento da sociedade em que atua o proletariado. Dependerá do grau de desenvolvimento do capitalismo e, consequentemente, do proletariado como força organizada e consciente de seu poder relativo na sociedade e dependerá, também, do peso, desenvolvimento, organização e consciência das outras classes e grupos. Assim, a estratégia do movimento revolucionário socialista deve mudar e adaptar-se às condições concretas – econômicas, históricas, sociais e políticas – em que atuam os partidos marxistas. Entre essas condições se incluem as de carater internacional, que determinam a orientação de conjunto do movimento; mas há que considerar, também, as diversidades regionais e nacionais, dentro das condições históricas internacionais existentes.*" (BAMBIRRA e DOS SANTOS, 1979, p.7, tradução nossa)

Dentre as significativas contribuições de Marx e Engels a este debate, o *Manifesto do Partido Comunista* se destaca pela capacidade de sintetizar alguns dos elementos fundamentais de uma estratégia socialista e revolucionária da classe trabalhadora. Enviado para publicação em Londres

nas vésperas da "revolução de fevereiro" de 1848 que derrubou a monarquia francesa, o *Manifesto* encomendado pela Liga dos Comunistas captava o sentimento revolucionário da época. As mudanças sem precedentes no campo econômico, social e técnico-científico desencadeadas nas décadas anteriores pelas revoluções francesa e industrial coexistiam com as formações políticas do Antigo Regime. A agitação política dos setores progressistas da burguesia e da pequena burguesia alcançava os trabalhadores, que começavam a se constituir como força politica independente na luta democrática e contra a exploração de sua força de trabalho.

"O *Manifesto* encomendado pela Liga dos Comunistas captava o sentimento revolucionário da época."

A deterioração das condições de vida das massas populares seria um dos detonadores das revoluções de 1848, a chamada "Primavera dos Povos". Ao longo da década de 1840, o descontentamento com a ordem antiga convergiu, de forma singular em cada país, com a revolta contra os efeitos sociais devastadores da crise econômica na Europa:

"Como as outras crises na política da classe governante europeia, coincidiu com uma catástrofe social: a grande depressão que varreu o continente a partir da metade da década de 1840. As colheitas – e em especial a safra de batatas – fracassaram. Populações inteiras como as da Irlanda, e até certo ponto também as da Silésia e Flanders, morriam de fome. Os preços dos gêneros alimentícios subiam. A depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas." (HOBSBAWM, 2011, p. 480)

Diante de uma revolução social iminente, o *Manifesto Comunista* tinha como objetivo apresentar ao proletariado de todo o mundo o programa teórico e de ação dos comunistas. Em oposição ao que se dizia do "espectro do comunismo" e considerando a existência de outras correntes socialistas no movimento operário, Marx e Engels proclamaram no texto a perspectiva anticapitalista e o compromisso do partido comunista com os objetivos imediatos e estratégicos da classe trabalhadora.

O desenvolvimento do capitalismo e das classes em luta

O manifesto comunista é dividido em quatro capítulos. No primeiro e mais extenso deles, "Burgueses e proletários", Marx e Engels expõe aspectos fundamentais da estratégia revolucionária dos comunistas, ao analisar as classes sociais e as lutas de classes na sociedade burguesa a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo. A conhecida passagem com a qual é aberto o capítulo - "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes" (p. 40) – é o fio condutor de uma narrativa histórica que entrelaça o confronto entre a burguesia e o proletariado aos antagonismos de classes que lhes antecederam. Em outras palavras, as lutas de classes, travadas entre burgueses e proletários, também estavam presentes na opressão dos homens livres e patrícios sobre os escravos e a plebe da antiguidade e nas lutas de classes que permeavam as relações de servidão e corporações medievais.

A este respeito, antes de adentrar na exposição propriamente dita do *Manifesto* sobre as classes sociais em luta na sociedade burguesa, convém destacar a importância dada por Marx e Engels à análise das lutas de classes na construção da estratégia do proletariado. Em carta a Joseph Weydemeyer, de 5 de março de 1852, Marx destacaria alguns desses aspectos:

"[...] *no que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a luta travada entre estas. Historiadores burgueses já haviam, muito antes de mim, apresentado o desenvolvimento histórico dessa luta de classes e os economistas burgueses, a anatomia econômica das classes. O que fiz de novo foi : 1. demonstrar que a existência das classes está vinculada meramente a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção ; 2. que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3. que essa ditadura mesma constitui apenas a transição rumo à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes."* (MARX, 2007)

Entranhadas nas condições materiais de existência de cada sociedade, as lutas de classes são motores das mudanças históricas. Esta perspectiva de totalidade do método materialista e dialético desenvolvido por Marx se constituiu como um poderoso instrumento de análise da vida social. Em prefácio de 1885 a um dos artigos de Marx em que esse método é aplicado com maestria, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Engels reitera a importância das lutas de classes na formulação marxiana:

"Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo de produção." (ENGELS, 2011, p. 22)

Retomando a exposição do *Manifesto*, Marx e Engels afirmam que no capitalismo os antagonismos de classes foram simplificados e a sociedade se tornou cada vez mais polarizada pelas lutas entre a burguesia e o proletariado. Em favor de uma caracterização inicial das duas classes fundamentais que dão nome ao capítulo, Engels agregou à edição inglesa de 1888 do *Manifesto* uma definição da burguesia como "*a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado*" (p. 40). O proletariado, por sua vez, conformava *"a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver*" (*idem*).

A burguesia, surgida dentre os moradores dos antigos burgos da Idade Média, emergiu com a expansão das navegações, do comércio e dos mercados coloniais. O impulso das novas forças de produção a ela associadas substituiu as corporações medievais pelas manufaturas que, por sua vez, seriam superadas pela grande indústria moderna. Essas monumentais transformações no modo de produção e circulação transcorreram por um largo período histórico e o caminho trilhado pela burguesia incluiu momentos de conciliação e conflito com a ordem feudal.

"Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa." (MARX; ENGELS, p. 42)

Marx e Engels reconheceram o papel revolucionário da burguesia na dissolução do feudalismo. As contínuas transformações da produção, das relações sociais e a expansão sem precedentes dos mercados foram sentidas em todas as regiões do mundo. O desenvolvimento capitalista liderado pela burguesia submeteu o campo à cidade, possibilitou o crescimento da população urbana, concentrou a propriedade e desvaneceu antigas fronteiras nacionais. Quando se tornaram incompatíveis com as novas forças produtivas, as antigas relações de produção e de organização da propriedade feudal foram suplantadas pela livre concorrência na ordem econômica e pelas formas políticas da supremacia burguesa.

Essas mesmas contradições entre as relações de produção e o regime de propriedade com as forças produtivas passaram a recair também sobre a sociedade burguesa. Crises comerciais e de superprodução cada vez mais extensas exigiam a destruição periódica das forças produtivas e a exploração mais intensa de novos e antigos mercados. Algumas das condições necessárias para a superação da ordem burguesa estavam sendo engendradas pelas próprias crises inerentes ao capitalismo.

"A perspectiva de totalidade do método materialista e dialético desenvolvido por Marx se constituiu como um poderoso instrumento de análise da vida social."

Neste processo de desenvolvimento capitalista se formou também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais dependem do trabalho para viver e assim o conseguem, na medida em que seu trabalho aumentar o capital. Este trabalhador, obrigado a vender sua força de trabalho como uma mercadoria qualquer, torna-se um "apêndice da máquina" e está completamente subjugado às incertezas do mercado. A incorporação da maquinaria e a divisão de trabalho da grande indústria implicaram no aumento da quantidade de trabalho, no rebaixamento dos salários e na redução ao mínimo dos meios de subsistência necessários para a reprodução dos trabalhadores. Nos locais de trabalho, os operários eram concentrados sob um forte controle nas fábricas e as condições aviltantes de trabalho foram estendidas de forma indiscriminada, quando não preferencial, às crianças e mulheres.

Neste contexto de brutal exploração da classe trabalhadora, o Manifesto destaca o processo de constituição do proletariado

Marx e Engels reconheceram o papel revolucionário da burguesia na dissolução do feudalismo. As contínuas transformações da produção, das relações sociais e a expansão sem precedentes dos mercados foram sentidas em todas as regiões do mundo.

como classe, como sujeito político independente em luta contra burguesia. Num primeiro momento, a indignação isolada dos operários se voltava contra o burguês que lhes explorava diretamente e se manifestava na destruição de mercadorias, máquinas e fábricas. Essa atuação dispersa da classe trabalhadora ainda não tinha como centro as relações sociais capitalistas, o que a deixou submetida à direção política da burguesia contra "*os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses*" (p. 47).

A expansão industrial e o crescimento do contingente de operários são acompanhados de uma maior conscientização da classe trabalhadora. Da aliança inicial com a burguesia contra a aristocracia e outras frações das classes dominantes, o proletariado absorverá elementos decisivos de organização e formação política para as lutas vindouras contra a própria burguesia. Este aprendizado político permitiu também que a classe trabalhadora se aproveitasse das divisões internas das classes dominantes para avançar suas conquistas. Um dos exemplos mais notáveis de tais deslocamentos políticos foi a aprovação da lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra, que contou com o apoio circunstancial dos conservadores ("*tories*") e foi narrada por Marx com impressionante riqueza de informações históricas no capitulo oitavo de *O Capital.*

Nesta fase do "desenvolvimento do proletariado", as crises comerciais decorrentes da crescente concorrência burguesa e o aperfeiçoamento da maquinaria geraram instabilidade dos salários, proletarização de parte das camadas médias e precarização ainda maior das condições de vida da classe trabalhadora. Ao tempo em que os conflitos com a burguesia se agravavam, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte possibilitava uma maior unidade da classe e diminuição das distâncias entre os trabalhadores das várias localidades e nacionalidades. A partir de uma situação comum de exploração, o proletariado começou a se constituir como "classe para si", com força social própria para organizar suas primeiras associações e motins contra os burgueses.

Destacando-se de outras correntes democrático-radicais e socialistas da época, Marx e Engels identificaram no *Manifesto Comunista* o proletariado como a "classe verdadeiramente revolucionária". Foi nesse diapasão que analisaram a estrutura de classes da sociedade burguesa ao longo do texto. Aos tratar das camadas médias, consideravam-nas conservadoras, quando confrontavam a burguesia para manter sua posição na sociedade, ou revolucionárias, quando a proletarização iminente de sua condição as empurravam para as posições da classe trabalhadora. O lúmpen-proletariado, por sua vez, é descrito como "putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade" que "pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária", mas cujas condições de vida não raro "o predispõem mais a vender-se à reação". (p. 49)

O acirramento das lutas de classes e as crescentes contradições entre o colossal desenvolvimento das forças produtivas e a ordem social burguesa colocavam a revolução social e a derrubada da supremacia burguesa na ordem do dia. No seio dessas contradições, o proletariado se constituía como uma classe que não poderia emancipar a si própria sem emancipar o conjunto da sociedade. A burguesia, como conclui a conhecida passagem do *Manifesto Comunista*, "produz, sobretudo, seus próprios coveiros". (p. 51)

Objetivos estratégicos e programáticos dos comunistas

Depois de analisar o desenvolvimento histórico do capitalismo e das classes em luta na sociedade burguesa, o segundo capítulo do *Manifesto* - "Proletários e comunistas" - delineia alguns dos objetivos estratégicos e programáticos do partido comunista. De partida, enfatiza a dimensão internacionalista da estratégia ao afirmar que os comunistas nas "diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independente da nacionalidade" (MARX; ENGELS, 2010, p. 51)

e reitera o compromisso do partido com os interesses do proletariado em todas as suas fases de luta contra a burguesia.

Esquadrinhando a estratégia dos comunistas, o *Manifesto* enuncia que o objetivo imediato do partido comunista não é outro senão o da "constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado" (p.51). Como elemento central de sua teoria, os comunistas defendem a supressão da propriedade privada burguesa, tida como expressão maior dos antagonismos de classe e da exploração do trabalho assalariado pelo capital. Respondendo às acusações dirigidas aos comunistas, Marx e Engels asseveram que é a forma burguesa de propriedade que subjuga o trabalho assalariado que deve ser abolida, não o fruto do trabalho dos indivíduos ou sua parte dos produtos sociais:

"*Não pretendemos de modo algum abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e à reprodução da vida humana – uma apropriação que não deixa nenhum lucro líquido que confira poder sobre o trabalho alheio. Queremos apenas suprimir o caráter mise-*

rável desta apropriação, que faz com que o operário só viva para aumentar o capital e só viva na medida em que o exigem os interesses da classe dominante. " (MARX; ENGELS, 2010, p.53)

É exatamente contra a injustiça da propriedade privada burguesa que se voltam os comunistas. Ciosa de seus privilégios e interesses de classe, a burguesia tenta impor aos que querem superar esta situação a pecha de inimigos da individualidade e da liberdade. Nada mais revelador: liberdade para a burguesia é, centralmente, a liberdade de comércio e a liberdade de dispor de bens e da propriedade negados às maiorias.

"Horrorizai-vos porque queremos suprimir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está suprimida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que ela existe para vós. Censurai-nos, portanto, por querermos abolir uma forma de propriedade que pressupõe como condição necessária que a imensa maioria da sociedade não possua propriedade. (...) Numa palavra, censurai-nos por querermos abolir vossa propriedade. De fato, é isso que queremos." (MARX; ENGELS, 2010, p. 54)

Depois de rebater outras acusações da burguesia contra as posições dos comunistas em temas como a família burguesa, a educação doméstica, a exploração das mulheres, a questão nacional e as ideias dominantes, o *Manifesto* descreve a estratégia de conquista do poder pelo proletariado, por meio de uma revolução, como uma fase de "*elevação do proletariado a classe dominante*" e "*conquista da democracia*".

Nesta fase, a revolução operária desencadearia um processo de transição socialista que incluiria medidas que incidissem contra a propriedade privada burguesa e as relações de produção capitalistas. O proletariado utilizaria sua supremacia política para "*arrancar pouco e pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção na mão do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas*". (MARX; ENGELS, 2010, p. 58)

"É exatamente contra a injustiça da propriedade privada burguesa que se voltam os comunistas."

Ao final do segundo capítulo do *Manifesto*, Marx e Engels listaram um conjunto de medidas programáticas que poderiam ser adotadas, considerando as condições históricas e a diversidade de cada país. Os próprios autores, em prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto*, solicitavam que tais medidas revolucionárias fossem relativizadas historicamente, dadas as enormes transformações ocorridas no capitalismo, na organização da classe trabalhadora desde 1848 e "*a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses". Esta última experiência, em especial, demonstrou ao movimento operário que "não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins*" (p. 72). Não obstante esta advertência geral, a transcrição destas medidas é útil para uma melhor caracterização do programa defendido por Marx e Engels para a primeira fase da revolução socialista:

1. *Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado;*
2. *Imposto fortemente progressivo;*
3. *Abolição do direito de herança;*
4. *Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes;*
5. *Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo;*
6. *Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado;*
7. *Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral;*
8. *Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura;*
9. *Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país;*
10. *Educação pública e gratuita a todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc.* (MARX; ENGELS, 2010, p. 58).

Estas medidas programáticas da transição socialista deveriam ser orientadas para a ampliação das forças produtivas e para a socialização dos meios de produção, da propriedade e do poder político. A destruição das antigas relações de produção e seus antagonismos de classes minaria a existência das classes sociais em geral e da própria dominação de classe do proletariado. Esta transição compreenderia um período histórico ao final do qual ingressaríamos em uma etapa superior da história da humanidade, com o surgimento de uma "*associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos*" (p. 59)

Socialistas e comunistas

Nos idos da década de 1840, a audiência da concepção científica de socialismo em desenvolvimento por Marx e Engels ainda não era expressiva e os comunistas disputavam a direção do movimento operário com outras tendências democrático-radicais e socialistas. Nesse sentido, o *Manifesto* cumpriu tanto o papel de expressar o estado da arte das descobertas teóricas de Marx e Engels quanto o de apresentar a linha política que diferenciava os comunistas dos demais partidos operários. No prefácio à edição alemã de 1883, publicado após a morte de Marx, Engels situaria historicamente essa posição:

"Em 1847, consideravam-se socialistas dois tipos diversos de pessoas. De um lado, havia os adeptos dos vários sistemas utópicos, principalmente os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, ambos já reduzidos a meras seitas agonizantes. De outro, os vários gêneros de curandeiros sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro. Nos dois casos, eram pessoas que não pertenciam ao movimento dos trabalhadores, preferindo apoiar-se nas classes "cultas". Em contrapartida, o setor da classe trabalhadora que exigia uma transformação radical da sociedade, convencido de que revoluções meramente políticas eram insuficientes, denominava-se então comunista. (...) Em 1847, o socialismo significava um movimento burguês, e o comunismo, um movimento da classe trabalhadora." (ENGELS, 2010, p.77)

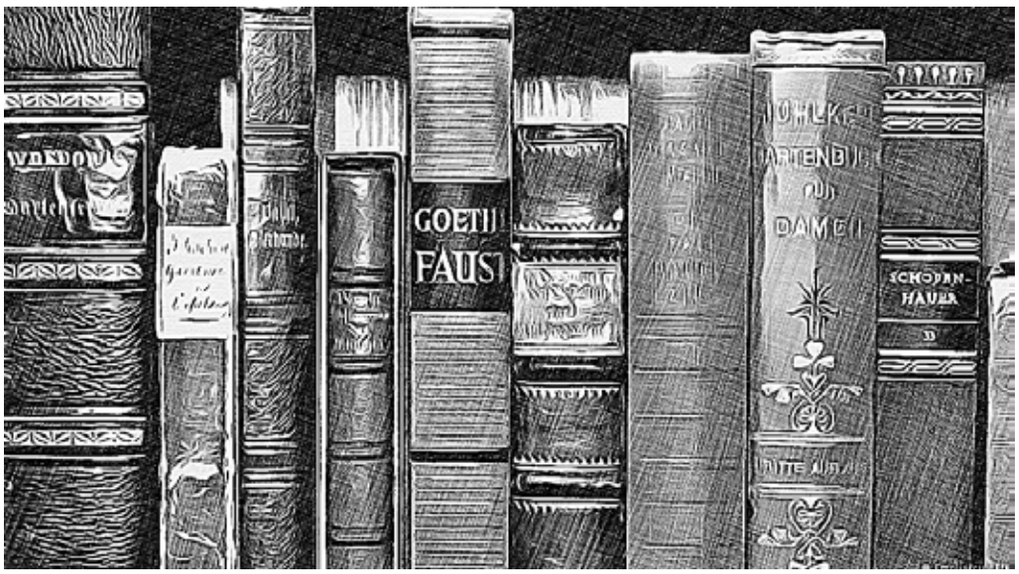
Com o objetivo de contribuir com a unidade dos comunistas e um melhor entendimento sobre as diferentes concepções teóricas e políticas em disputa, a terceira seção do *Manifesto* revisou parte da literatura socialista e comunista até 1847. Tratava-se de fazer a disputa ideológica contra as ideias conservadoras e utópicas que eram difundidas junto à classe trabalhadora. A literatura criticada por Marx e Engels foi dividida em três grupos: 1) o socialismo reacionário; 2) o socialismo conservador ou burguês e 3) o socialismo e o comunismo crítico-utópicos.

Segundo o *Manifesto*, o socialismo reacionário englobava a) o socialismo feudal; b) o socialismo pequeno-burguês; e c) o socialismo alemão ou "verdadeiro" socialismo. O socialismo feudal expressava as posições de setores da aristocracia feudal e do clero que, dissimulando seus interesses de classe, fingiam combater a burguesia em favor dos trabalhadores explorados. O socialismo pequeno burguês compreendia posições oriundas da pequena burguesia e do campesinato que decaíra com a ascensão da burguesia. Esta literatura, da qual se destacava o nome do economista Jean de Sismondi (1773-1842), denunciava alguns males do capitalismo, mas defendia soluções baseadas nas antigas relações de produção e propriedade, como as corporações na manufatura e a economia patriarcal camponesa. O "verdadeiro" socialismo alemão, por sua vez, era uma adaptação rebaixada das ideias socialistas pela pequena burguesia alemã, eivada de palavreado filosófico e descolada do proletariado e da crítica anticapitalista.

O socialismo conservador ou burguês reunia as tentativas de remediar as mazelas sociais do capitalismo sem tocar nas relações de produção e propriedade burguesas. Incluía uma variedade de reformismos melhoristas de caráter burguês e supostamente preocupados com a classe trabalhadora. Dentre essas propostas, por vezes complexas, Marx e Engels citam como exemplo a *Filosofia da Miséria*, de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).

O socialismo e o comunismo crítico-utópicos remetem à tradição das modernas revoluções burguesas e das primeiras reivindicações do proletariado no processo de dissolução da ordem feudal. Seus representantes pregavam noções rudimentares de ascetismo e igualitarismo que expressavam a incipiente organização da classe trabalhadora de então e o desenvolvimento material limitado das sociedades que lhe serviram de palco. As concepções socialistas e comunistas deste tipo tiveram o mérito de denunciar aspectos da sociedade capi-

Com o objetivo de contribuir com a unidade dos comunistas e um melhor entendimento sobre as diferentes concepções teóricas e políticas em disputa, a terceira seção do Manifesto revisou parte da literatura socialista e comunista até 1847



talista e conscientizar os operários de seu tempo. No entanto, privilegiaram um chamado utópico da sociedade futura dirigido a todas as classes em detrimento das lutas da classe trabalhadora e da ação política e revolucionária. São citados como expoentes desta corrente o conde de Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858)

Alianças e internacionalismo proletário

A despeito da contundência da crítica que Marx e Engels submeteram as demais classes sociais e correntes políticas, os comunistas adotavam no tema estratégico das alianças a flexibilidade necessária aos processos revolucionários dos países em que atuavam. No quarto e último capítulo do *Manifesto*, "Posição dos comunistas diante dos diversos partidos de oposição", são prescritas alianças que incluíam partidos díspares como os socialistas democráticos franceses, os burgueses radicais suíços, os democratas revolucionários poloneses e mesmo a burguesia alemã, se esta última atuasse pela revolução. Os comunistas, mesmo quando se aliavam a outras classes e partidos em lutas democráticas, populares e de libertação nacional, não descuidavam de sua missão de lutar pelos interesses e objetivos da classe trabalhadora nem da consciência do seu antagonismo de classe com a burguesia. Em todos estes processos revolucionários, os comunistas deveriam pautar como fundamental a questão da propriedade e trabalhar pela unidade dos partidos democráticos.

No caso específico da revolução alemã, as alianças pontuais necessárias para derrubar a monarquia absolutista e a ordem feudal não deveriam desviar os comunistas da tarefa de "*converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, para que logo após terem sido destruídas as classes reacionárias da Alemanha possa ser travada a luta contra a própria burguesia*". Em seguida, o *Manifesto Comunista* é concluído com um aviso aos exploradores e um apelo internacionalista à luta da classe trabalhadora: "*Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!*" (MARX; ENGELS, 2010, p. 69)

No entanto, as expectativas de Marx e Engels com o curso da revolução proletária não se concretizariam naquele momento. As lutas populares que desembocaram nas revoluções de 1848 foram duramente reprimidas pelas classes dominantes e a reação burguesa pavimentou a expansão capitalista que se seguiu. Apenas anos depois, com as lutas em diversos países pela redução da jornada de trabalho e com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, a classe trabalhadora retomaria a ofensiva política. Ao formular o programa da primeira Internacional, Marx contribuiria mais uma vez para a unidade internacional do proletariado.

"Os comunistas deveriam pautar como fundamental a questão da propriedade e trabalhar pela unidade dos partidos democráticos."

Nos marcos do bicentenário do nascimento de Marx e passados 170 anos da publicação do *Manifesto Comunista*, o desenvolvimento do capitalismo, das lutas de classes e as próprias experiências revolucionárias da classe trabalhadora certamente impuseram novas leituras deste documento histórico. É compreensível, inclusive, que seu caráter panfletário não tenha permitido o detalhamento dos vários temas que ele contempla. A despeito dessas retificações, algumas das quais apontadas pelos próprios autores, o resumo de Engels sobre uma das contribuições fundamentais de Marx ao *Manifesto* persiste atual:

"A ideia fundamental que percorre todo o Manifesto é a de que, em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que consequentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra) toda a História tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e dominantes nos vários estágios da evolução social; que essa luta, porém, atingiu um ponto em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre toda a sociedade da exploração e da luta de classes – este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx." (ENGELS, 2010, p. 74)

A síntese política e teórica da estratégia dos comunistas contida no *Manifesto* se espraia até hoje pelo mundo. A perspectiva que situa o capitalismo como um modo de produção historicamente determinado, que teve um início e se modificou ao longo do tempo, também nos permite concluir que ele pode ser superado historicamente. A compreensão de que esta tarefa histórica cabe às classes trabalhadoras exploradas, oprimidas e despossuídas de todo o mundo nos convoca aos estudos, à organização e à luta.

BRUNO ELIAS é assistente social e militante do Partido dos Trabalhadores

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vania; DOS SANTOS, Theotonio. *La* estrategia y *la* táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin. Tomo 1. México, DF: Ediciones Era, 1980.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição alemã de 1883. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à 3ª edição de 1885 In: MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*. 25ª ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

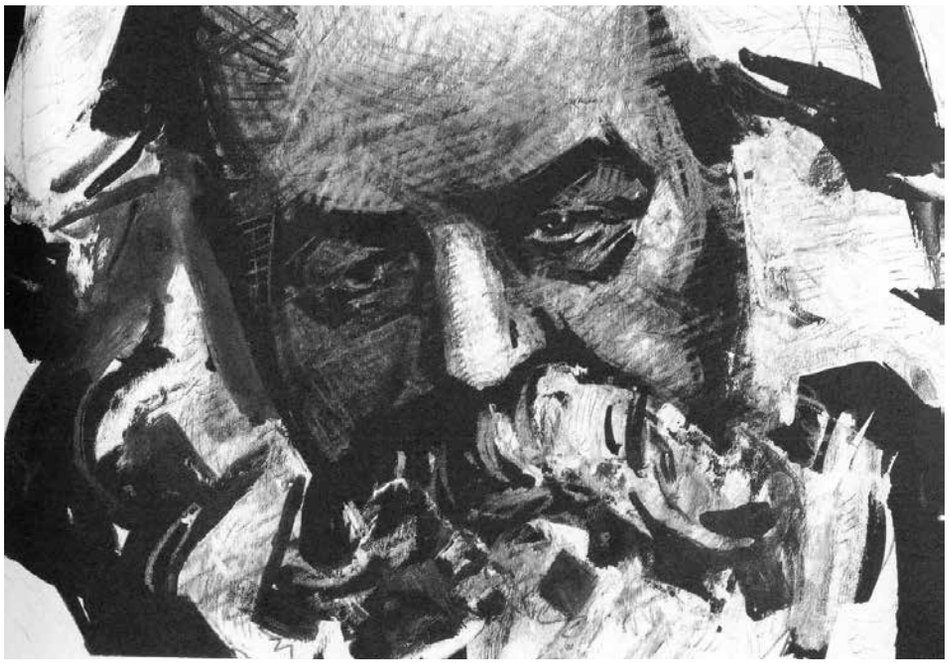
MARX, Karl. *Carta de Karl Marx a Joseph Weydemeyer* (5 de março de 1852). Marxists, 2007. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/03/05.htm. Acessado em: 12 abr. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

Sobre a teoria marxiana do Estado burguês

Por Francisco Pereira de Farias

A formulação de Marx sintetiza um elemento central em sua teoria do Estado burguês, o sentido da dominação de classe. Mas a classe dominante passa por diferenciações internas, as frações de classe, que suscitam uma competição política pelo controle dos benefícios das medidas estatais sobre a rentabilidade da economia capitalista no seu todo e de suas frações em particular.



O pensamento político de Karl Marx passou por desenvolvimentos, até constituir o núcleo de elementos de sua teoria do Estado burguês. O texto de referência na transição de sua concepção filosófica do Estado burguês (assentada na tradição das teorias axiomáticas e presente no *Manifesto comunista*) para visão científica (que rompe com o discurso do sistema de crenças ou axiomas e cuja forma de construção teórica vem inaugurada em *O capital*) é *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Neste último, Marx combina uma teoria sincrônica sobre o Estado, teoria ainda em gestação em termos do ceticismo metodológico, com a teoria diacrônica da luta de classes, já desenvolvida pelos historiadores da vida das nações modernas, produzindo uma análise concreta do processo histórico-político. Por isso dedicaremos este artigo à tentativa de comentários a formulações ou indicações presentes em *O 18 Brumário* e em *O capital*.

I

1) "A *república burguesa* representava o despotismo irrestrito de uma classe sobre outras classes" (Marx, 2011, p. 36).

A formulação de Marx sintetiza um elemento central em sua teoria do Estado burguês, o sentido da dominação de classe. Aparentemente a República significava o exercício da soberania popular pelos representantes diretos do povo, o Parlamento. No entanto, a organização institucional desta forma de Estado e os valores a ela subjacentes – o direito na forma sujeito (*livre-arbítrio*) e na forma igualitária (o tratamento igual aos desiguais); as regras administrativas ou burocráticas com base nos critérios de competência e mérito – produzem efeitos discursivos (o contrato da compra e venda de trabalho;

A desigualdade de recursos econômicos entre a classe do capital e a classe assalariada implica uma desigualdade de recursos políticos (informação, organização etc.), ensejando à classe capitalista maior capacidade de influenciar os membros do aparelho de Estado

o coletivo *povo-nação*) favoráveis à reprodução das relações de produção capitalistas, à medida que individualizam (*pessoas*) os membros da classe assalariada, distanciando-os do sentimento de classe social, e os propõem à fidelidade a um agrupamento alternativo, o povo-nação, ao qual a burocracia do Estado, movida pelo sentimento da *racionalidade*, se apresenta como a defensora dos interesses em comum.

Além disso, a desigualdade de recursos econômicos entre a classe do capital e a classe assalariada implica uma desigualdade de recursos políticos (informação, organização etc.), ensejando à classe capitalista maior capacidade de influenciar os membros do aparelho de Estado, pela pressão de seus representantes diretos (líderes de associações patronais, notáveis). Essa influência se faz também por meios indiretos, como a socialização educacional e política dos dirigentes estatais. Geralmente, os membros da classe superior têm acesso aos principais centros universitários de economia e de administração pública, cujas doutrinas são selecionadas pelos valores institucionais difundidos pelo funcionamento do tipo de Estado. Os grupos empresariais dispõem também de mais facilidade de acesso e contatos com dirigentes partidários e estatais, uma vez que tais dirigentes tendem a frequentar os espaços sociais comuns a tais grupos. Assim, como indicou Ralph Miliband, em *O Estado na sociedade capitalista*, as predisposições valorativas da burocracia do Estado tendem a concretizar-se na identificação dos interesses nacionais com os interesses da economia capitalista.

"A organização institucional desta forma de Estado (República) e os valores a ela subjacentes produzem efeitos discursivos favoráveis à reprodução das relações de produção capitalistas."

2) "À monarquia burguesa de Luís Filipe só poderia seguir a república burguesa, isto é, ao passo que, em nome do rei, o governo foi exercido por uma parcela restrita da burguesia, em nome do povo, a totalidade da burguesia passaria a governar" (*Idem, ibidem*, p. 34).

Marx introduz aqui outro elemento de sua teoria do Estado burguês, que foi desenvolvido por Nicos Poulantzas, em *O poder político e classes sociais*. Trata-se do tema da hegemonia no interior do bloco de classes dominantes ou bloco no poder. A classe dominante passa por diferenciações internas, as frações de classe, que suscitam uma competição política pelo controle dos benefícios das medidas estatais sobre a rentabilidade da economia capitalista no seu todo e de suas frações em particular. A tendência é que uma das frações do capital – indústria, comércio, banco – venha a ter preponderância no atendimento de interesses pelas políticas governamentais. Porque, dadas a tendência à concentração e à centralização do capital, estabelece-se uma desigualdade entre os capitais não apenas pelos setores de atividade (produção, circulação), como também pela distribuição territorial (centro, periferia), pela escala de investimentos (grande capital, médio capital), pela forma de lucratividade almejada (capital privado, capital estatal). Assim, em cada fase de desenvolvimento capitalista, um anel de frações detém as melhores condições (econômicas, políticas) para exercer a hegemonia no seio da classe dominante.

Entretanto, em determinadas situações históricas, especialmente nos processos de transição de um tipo de formação social a outro, tende ocorrer um equilíbrio político no interior da classe proprietária dos meios de produção; é o caso em que nenhuma

das suas frações é capaz de apresentar o seu interesse como representativo do conjunto dessa classe. A burocracia do Estado vem adquirir um máximo de independência frente às frações dominantes, passando a pautar a política econômica por medidas que exigem sacrifícios de interesses estratégicos de cada fração, impactando então os interesses institucionais globais da classe dominante. É neste sentido que Poulantzas ressalta um dos significados do bonapartismo no texto de Marx: o padrão de política estatal no qual a totalidade dos interesses da classe burguesa passa a prevalecer, seja através de uma coalisão político-eleitoral (a República parlamentar), seja por meio de um Executivo quase onipresente, a ditadura de Luís Bonaparte.

II

1) "A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge" (Marx, 1983, p. 125).

De modo homólogo, dizemos por conta própria, o exercício do governo é o ponto de partida do Estado burguês. A formulação da lei e a sua aplicação, o governo, bem como a especialização nestas funções governativas, o Estado, são os pressupostos históricos sob os quais surge este tipo de Estado, o Estado burguês.

Temos a evidência do programa de governo na sociedade contemporânea, na qual prevalece o modo de produção capitalista, como um conjunto de medidas trabalhistas, familiares, judiciárias, monetárias, fiscais etc. Se abstrairmos de cada serviço o seu conteúdo concreto, ficamos, de um lado, com a lei que o regulamenta e, de outro, com a aplicação dessa lei na satisfação de necessidade de membros da coletividade.

O ponto de partida do movimento histórico do Estado burguês é, pois, o governo, em suas funções legislativa e executiva. Na origem (lógica e histórica), o governo produz uma lei que visará os objetivos e os interesses em comum da comunidade de produtores, envolvidos em relações de troca regidas pela lei de equivalência. O governo institui a lei (igualitária); surge a possibilidade de sua transgressão (dado que nem todos os membros da coletividade têm uma socialização adequada na interiorização dos valores comunitários); decorre a prática judiciária do governo (contraviolência).

"Em determinadas situações históricas, especialmente nos processos de transição de um tipo de formação social a outro, tende ocorrer um equilíbrio político no interior da classe proprietária dos meios de produção".

O ponto de chegada do desenvolvimento histórico será o governo especializado ou o Estado que produz uma lei intervertida em falsa lei (o falso contrato entre a compra e a venda da força de trabalho, que oculta o tempo de trabalho não pago no uso das capacidades do trabalhador na esfera de produção), o Estado burguês. Na sociedade capitalista, o Estado burguês decreta a lei aparente (uma violência simbólica, pois centrada na falsidade do contrato de trabalho, a troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário); surge a possibilidade de transgressão (a contraviolência dos trabalhadores assalariados); vem acarretada a prática repressiva do Estado burguês (preservação da violência inicial).

O movimento intermediário entre o governo originário e o Estado burguês é o Estado: um misto de governo (real) voltado à satisfação dos interesses de toda a coletividade e governo (aparente) a serviço dos interesses da classe capitalista. A sociedade originária ou primitiva torna-se mais complexa, pelas inovações técnicas nas relações de trabalho e pela diferenciação das atividades econômicas, ligadas ambas ao aumento de produtividade e ao crescimento populacional. Paralelamente, tem-se a especialização das funções governativas e a necessidade de torna-las mais permanentes pela profissionalização dos membros dos aparelhos governativos (militar, fiscal etc.).

Na sociedade primitiva, o tipo de relações de produção é comunitário, ou seja, vigora a propriedade coletiva dos meios de produção. Pois, se na sociedade capitalista a propriedade é privada, a abstração dessa característica se detém em produtores engajados em trocas igualitárias. Assim, vigência deste estado originário é mais compatível historicamente com a propriedade coletiva dos meios de produção.

Tendo a sociedade atingido um determinado grau de desenvolvimento econômico e político, nascem as pressões pelo acúmulo privado familiar de privilégios, em função de estabelecimento de produtividades diferenciadas por ramos e esferas econômicas, nos quais é possível, por exemplo, o emprego de mão de obra escrava. Se antes os governos propiciavam a participação de todos nas decisões, agora a presença de especialistas limita a participação ampla em determinados assuntos e aos poucos converte a democracia primitiva para objetivos guerreiros e de acúmulo de riquezas. O grupo dirigente torna-se receptivo à reivindicação das famílias mais poderosas em estabelecer o direito à propriedade privada como norma geral. Surge o direito escravista e com este a burocracia defensora dos interesses da classe dos senhores de escravo. Em poucas palavras, temos o Estado escravista.

Friedrich Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, desenvolveu em termos pioneiros a análise deste processo de construção do Estado em geral e do Estado escravista em particular:

"O chefe militar do povo – rex, basileu, thiudans – veio a tornar-se um funcionário permanente e indispensável. A assembleia do povo foi criada onde ainda não existia. O chefe militar, o conselho e a assembleia do povo constituíam os órgãos da democracia militar egressa da sociedade gentílica. E essa democracia era militar porque a guerra e a organização para a guerra eram, agora, funções regulares na vida do povo. As riquezas dos vizinhos excitavam a ambição dos povos, que já começavam a encarar a aquisição de riquezas como uma das finalidades precípuas da vida." (ENGELS, 1982, p. 184).

Após esta transformação estrutural da função governativa, os seus desenvolvimentos seguirão em correspondência com o estabelecimento de novos tipos de relações de produção: a servidão e o assalariamento. Temos então o aperfeiçoamento histórico da organização estatal em Estado feudal e, finalmente, em Estado burguês. Nos termos ainda de Engels:

"[...] como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado ." (ENGELS, 1982, p. 193).

2) "Essas leis refreiam o impulso do capital por sucção desmesurada da força de trabalho, por meio da limitação da jornada de trabalho pelo Estado e na verdade por um Estado que capitalista e *Landlord* dominam" (*Marx,* 1983, p. 193).

Poulantzas explorou, como contribuição própria, este outro elemento da teoria sobre o Estado burguês, qual seja, a capacidade que toda burocracia deste tipo de Estado possui em impor à fração hegemônica da classe dominante ou ao conjunto das frações coligadas do bloco no poder certas concessões aos interesses das classes dominadas, em função mesmo de preservar a estabilidade política dos interesses dominantes. Essas concessões são ora mais restritas, pois limitadas a assegurar a reprodução normal da força de trabalho, ora mais amplas, ligadas à reprodução ampliada da força de trabalho. Para a consecução destas políticas de compromisso – política de apoio ao bloco no poder, no primeiro caso; política de aliança ao bloco no poder, no segundo – não é conveniente que a força prevalecente exerça diretamente as funções estatais. Pois, do contrário, os seus representantes diretos (líderes de associações patronais, notáveis) serão persuadidos a adotar medidas que visam muito mais aos interesses imediatos desta força dominante do que aos interesses de médio e longo prazos.

K. Marx e F. Engels abrem o Manifesto comunista com a proposição: "Até hoje, a história de toda sociedade é a história das lutas de classes"

"Os líderes de associações patronais e de partidos políticos conservadores tendem a distorcer a percepção dos conflitos de interesses dominantes e classes dominadas"

Por esta mesma razão, há também a tendência de a fração hegemônica entrar em conflito com a burocracia do Estado burguês. Pois enquanto os membros dirigentes desta última estão mais aparelhados a visualizar os interesses estratégicos da fração hegemônica, os representantes diretos (associações patronais, partidos políticos) dessa fração inclinam-se para defesa de objetivos imediatos. Além disso, os líderes de associações patronais e de partidos políticos conservadores tendem a distorcer a percepção dos conflitos de interesses dominantes e classes dominadas, em função do medo latente destes representantes de que essas classes venham extrapolar os limites do tipo de ordem social.

III

K. Marx e F. Engels abrem o *Manifesto comunista* com a proposição: "Até hoje, a história de toda sociedade é a história das lutas de classes" (Marx& Engels, 2010, p. 44). A filosofia materialista da história surge com a sociedade capitalista, que desenvolve aos seus termos últimos o antagonismo de classes. A perspectiva da classe dos trabalhadores assalariados ou o proletariado é de não apenas mudar o tipo de propriedade privada dos meios de produção, mas também de aboli-la enquanto tal. Pois a atribuição de proprietário da força de trabalho, marca ausente ao escravo e ao servo, dispõe o proletário a inclinar-se pela reapropriação dos meios de produção, tendo a memória da propriedade coletiva primitiva como o horizonte desta aspiração.

Ora, a aspiração desta transformação econômica, o controle coletivo dos meios de produção, vem aliada à perspectiva da transformação política correspondente, ou seja, o fim do Estado enquanto tal. Entre a sociedade comunista do futuro – sem Estado e sem classes sociais – e a atual sociedade capitalista, interpor-se-á uma sociedade de transição, o socialismo. Na sociedade socialista, os produtores diretos, por um lado, ainda terão práticas de classe dominante sobre os grupos herdados da sociedade anterior ou mesmo conflitos com a própria burocracia do Estado em transição ou Estado socialista, que representa os interesses desses produtores; mas, por outro lado, eles difundirão práticas políticas (democracia delegativa, conselhos populares etc.) de desestatização das funções governativas.

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS
é professor de ciências sociais na Universidade Federal do Paiuí (UFPI) e pós-doutorando em sociologia política na Universidade de São Paulo (USP).

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital*. 3v. São Paulo: Abril cultural, 1983.

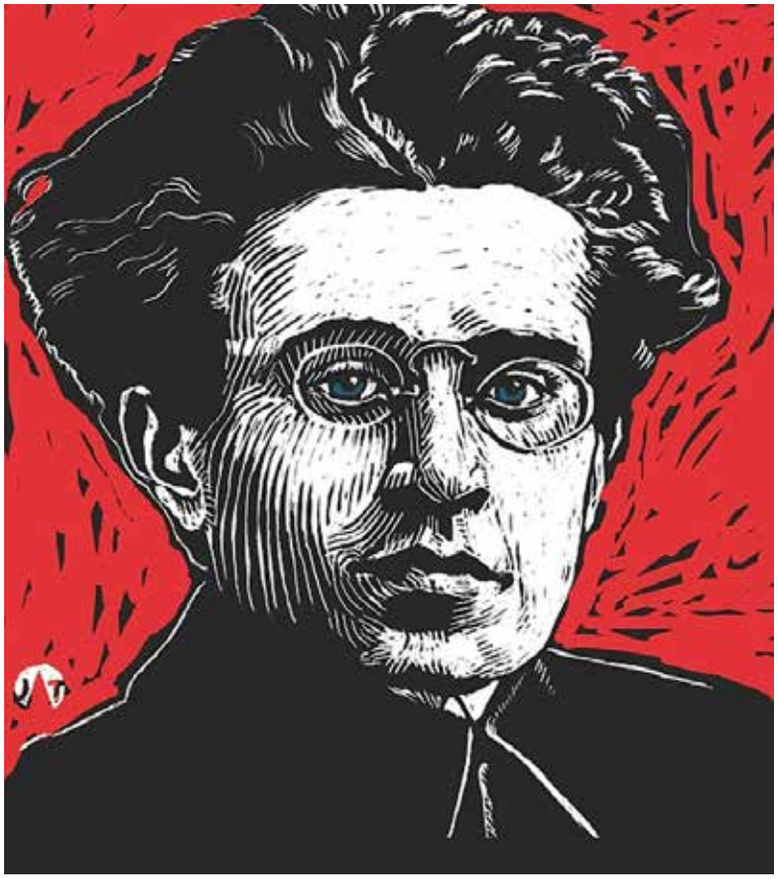
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

O nosso Gramsci

Por Luiza Dulci

Agradeço a interlocução de Otavio Dulci

> A novidade de Gramsci é defender que a superação do capitalismo pelo socialismo, especialmente nas sociedades ocidentais, mais desenvolvidas, depende de uma ação estratégica e específica de luta política que passa, necessariamente, pela consideração da cultura e das subjetividades.



Em 1918 Antonio Gramsci publicou artigo intitulado *O nosso Marx*, em comemoração ao centenário de nascimento de Karl Marx. Passados cem anos, aqui estamos, celebrando o bicentenário do autor de *O Capital*, *O Manifesto do Partido Comunista*, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, para citar somente alguns de seus textos mais conhecidos.

Muitos textos, seminários, encontros e discussões têm sido organizados e produzidos em função desta efeméride secular. Homenagens tão justas quanto necessárias. Nesse sentido, é com muita satisfação que saúdo a edição deste dossiê "Karl Marx: 200 anos", da revista *Esquerda Petista*. Para usar uma expressão de Gramsci, os partidos são *intelectuais coletivos*, e têm como uma de suas funções vitais a formação e o desenvolvimento da cultura política no seio da sociedade.

A presente contribuição se volta a alguns dos aspectos e conceitos da obra de um dos mais proeminentes autores marxistas da primeira metade do século XX, Antonio Gramsci. Assim, peço licença para tomar emprestado o título do artigo de Gramsci sobre Marx, para intitular este texto sobre o marxismo gramsciano. Antes de mais nada, alerto aos leitores que trata-se de um ensaio despretensioso, escrito por uma jovem leitora de Gramsci. Conforme exposto nas páginas que seguem, penso que Gramsci – e, portanto, também Marx – nos apresentam chaves de leitura, reflexões e interpretações para a compreensão do Brasil dos dias de hoje. Mais do que isso, nos fornecem ferramentas muito úteis e promissoras para a definição das estratégias de luta política e de transformação da realidade com vistas a construção do socialismo.

Gramsci e a Itália de seu tempo

Antonio Gramsci nasceu na ilha da Sardenha, ao sul da Itália, em 1891. Quando jovem mudou-se para Turim, onde iniciou os estudos na Faculdade de Letras. O contexto efervescente da época o atraiu para a política, de maneira que aos 22 anos, em 1913, filiou-se ao Partido Socialista Italiano (PSI). Em seguida, vieram os tempos da Grande Guerra, da Revolução Russa, dos Conselhos de Fábrica em Turim, da emergência dos movimentos fascistas, do acirramento das tensões sociais na Itália e em toda a Europa. Gramsci exercia sua militância, sobretudo, por meio do jornalismo, tendo criado, em 1919, juntamente com outros companheiros o semanário *L'Ordine Nuovo* (A nova ordem), do qual foi editor-chefe.

Conhecedor da obra de Marx, o jovem Gramsci escreveu, em 1917, um de seus artigos mais citados, *A revolução contra O Capital*, no qual celebra a vitória dos bolcheviques na Rússia, a despeito das previsões marxistas de que o socialismo seria construído primeiramente nas sociedades avançadas. Já nesse momento começam a aparecer os desenvolvimentos daquelas que seriam as inovações do pensamento gramsciano em relação à tradição marxista de até então, em especial suas formulações sobre as particularidades da revolução no Oriente e no Ocidente.

Em 1920, outro acontecimento marcante para o desenvolvimento de seu pensamento: a ocupação de fábricas turinenses pelos Conselhos de Fábrica e a hostilidade das direções do PSI e dos sindicatos em relação a esta via de luta operária. Os caminhos das reflexões gramscianas sobre a derrota das ocupações o levam à reavaliação da aposta na fábrica como única forma e lugar da política da classe operária. Cada vez mais, Gramsci considera que o caminho revolucionário não poderia ser trilhado somente pela via da fábrica. Esta era condição necessária, mas não suficiente, e o partido revolucionário deveria estar atento ao conjunto das relações e forças sociais.

As discordâncias em relação à linha política do PSI nasciam, portanto, de situações concretas, e logo se desdobraram em concepções teóricas distintas. Desacreditado da possibilidade de renovação do PSI, Gramsci adere à ideia da fundação de um novo partido e, em 1921, é criado o Partido Comunista Italiano (PCI). As razões da criação do PCI integram o contexto mais amplo que, dois anos antes, em 1919, levou à fundação da III Internacional, fruto do rompimento dos bolcheviques com a II Internacional, hegemonizada pelos socialdemocratas alemães. Como membro do Comitê Central do PCI, passa uma temporada na URSS (1922-1923) como representante da seção italiana da Internacional Comunista. Lá conhece Julia Schucht, sua companheira e mãe de seus dois filhos, Delio e Giuliano. É também neste período que aprofunda seu conhecimento sobre o pensamento de Lenin, do qual era grande admirador.

Desacreditado da possibilidade de renovação do PSI, Gramsci adere à ideia da fundação de um novo partido e, em 1921, é criado do PCI, integrando o contexto mais amplo que em 1919 levou à fundação da III Internacional

A prisão de Gramsci em 1926 não foi um fato isolado. Tendo sido eleito deputado pelo Vêneto nas eleições de 1924, foi preso juntamente com outros companheiros do PCI. Inicialmente recluso na ilha de Ústica, na Sicília, permaneceu a maior parte de seu período no cárcere na prisão de Turi, próximo à cidade de Bari, na Apúlia. Lá escreveu sua obra mais conhecida e extensa, *Os cadernos do cárcere*, que reúnem um conjunto de anotações que ele pretendia transformar em livros e que hoje constituem volumes em si mesmos, conhecidos em todo o mundo. Trata-se de mais de 2500 páginas escritas a mão, distribuídas em 29 cadernos. Vale ressaltar que nos três primeiros anos de reclusão, não lhe foi dada a permissão para escrever e a primeira data registrada em seus cadernos é do dia 8 de fevereiro de 1929. Vítima direta do fascismo italiano, Gramsci permaneceu na prisão até quase sua morte, em 1937, quando já se encontrava muito doente. Mais do que uma contribuição à descoberta das razões da derrota histórica de então, os escritos dos *Cadernos* são também o esboço das novas formas e estratégias de luta política e ideológica para os períodos seguintes. Gramsci nos apresenta uma nova visão marxista da história.

O marxismo gramsciano

O desenvolvimento do pensamento gramsciano foi fruto da conjuntura histórica que seguiu a Revolução Russa de 1917 e o fracasso das revoluções socialistas no ocidente, em especial nos contextos revolucionários mais proeminentes de países como Alemanha, Hungria e mesmo a Itália. No que tange à estrutura do Estado e sua relação com a sociedade, vivia-se um período de crescente complexidade em relação às décadas anteriores. Fatores como o sufrágio universal, a criação de grandes partidos políticos de massas e o fortalecimento dos sindicatos operários tornavam aquele contexto muito distinto do período retratado por Marx até o início dos anos 1880, um novo contexto que Engels abordou apenas de modo introdutório em escritos da primeira metade dos anos 1890. A complexidade do tecido social no tempo de Gramsci já não mais restringia a luta política a uma burguesia que tomava conta do Estado e às vanguardas dos movimentos operários. O crescimento das camadas médias, a maior diversificação das frações da própria burguesia, o fortalecimento e o desenvolvimento da sociedade civil provocavam transformações na arena política da época, impondo a necessidade de correspondente complexificação analítica e estratégica.

É sobre este contexto que Gramsci propõe uma nova leitura da teoria revolucionária marxiana, que parte, fundamentalmente, da seguinte questão: por que as conjunturas eminentemente revolucionárias da época fracassaram, não foram capazes de repetir a experiência vitoriosa da Rússia e desembocaram no caminho oposto do fascismo? Envolto neste cenário e tomado desta preocupação, Gramsci formula a *nova* teoria *marxista* do Estado e da revolução (grifos do autor), a qual, para Carlos Nelson Coutinho, um dos maiores estudiosos de Gramsci no Brasil "é certamente sua maior contribuição ao desenvolvimento da teoria social histórico-materialista" (Coutinho, 2011, p. 20). Para Coutinho, a ampliação gramsciana da teoria do Estado de Marx é propriamente uma ampliação *dialética*,

em que "os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal), mas o *desenvolvem* no sentido de acrescentar-lhe *novas determinações*" (Coutinho, 2011, p. 25) (grifos do autor).

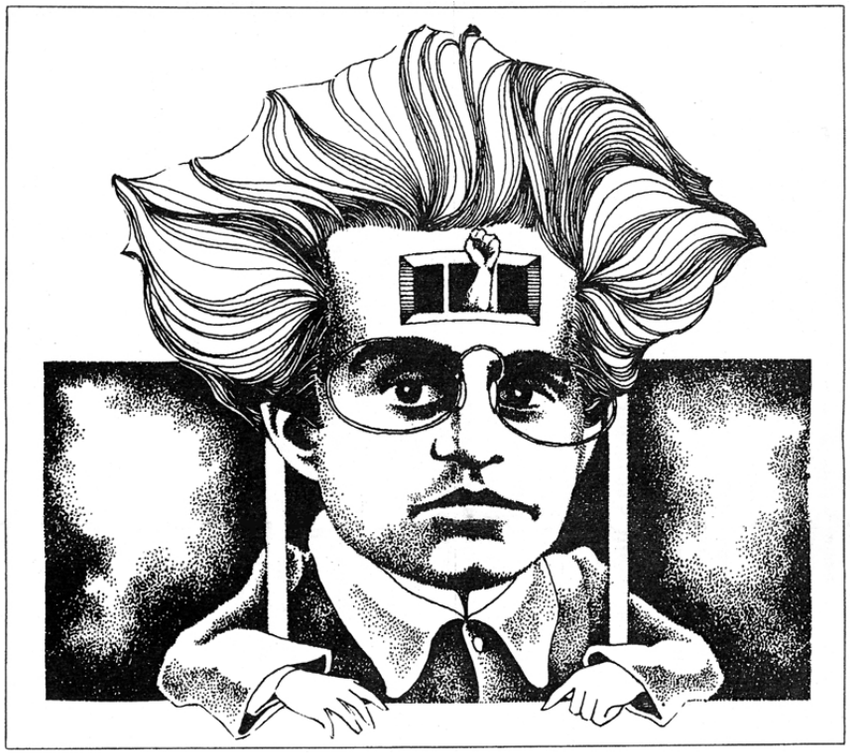
Assim, sem negar a centralidade vital, ontológica, das relações sociais de produção, a grande contribuição dos *Cadernos* foi dar ênfase aos aspectos da política e da ideologia na explicação da vida social e da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo. É com base nessa chave de leitura que Gramsci desenvolve a nova teoria marxista, formulada a partir da distinção histórica entre Oriente e Ocidente e de conceitos como *hegemonia; bloco histórico; catarse; Estado ampliado; sociedade civil; revolução passiva; guerra de movimento e guerra de posição*.

Proponho aqui uma breve visita aos conceitos e à estratégia revolucionária do Ocidente para em seguida refletirmos sobre o Brasil de hoje. Afinal, Marx e Gramsci são clássicos. E voltamos aos clássicos porque são atuais, porque nos ajudam a interpretar nossas realidades. Porém, mais do que isso, Marx e Gramsci não apenas iluminam a compreensão do presente, como também nos municiam tática e estrategicamente.

Ficou famosa a observação de Lenin de que, na Rússia, seria mais fácil tomar o poder e mais difícil construir o socialismo; enquanto nos países de capitalismo desenvolvido ocorria o contrário, ou seja, era mais difícil tomar o poder do que construir o socialismo. Gramsci utiliza as categorias de *ocidente* e *oriente* e caracteriza como orientais aquelas formações sociais que não desenvolveram uma *sociedade civil* forte e articulada, em que a ideologia se vê muito atrelada aos aparelhos burocráticos e nas quais a luta de classes ocorre em torno da conquista e da manutenção do Estado. A estratégia revolucionária para o caso russo – caso oriental exemplar – é do tipo *guerra de movimento*: envolve choques e disputas frontais para a conquista do Estado. Nas sociedades ocidentais, por sua vez, muitas das batalhas são travadas no âmbito da sociedade civil, em um processo de disputa por consenso e *hegemonia*, visando a conquista da direção político-ideológica da sociedade. Muda-se a estratégia, que passa a ser a *guerra de posições,* com vistas à conquista paulatina de espaços pela via da sociedade civil e dentro dela. Importante notar que o emprego da violência pelo Estado não está descartado na guerra de posições, a coerção permanece latente, possível de ser empregada a qualquer momento. Para ilustrar a ideia, Gramsci recorre à metáfora do Centauro, de Maquiavel, na qual o Estado é visto como um Centauro, pois tem rosto humano e corpo de animal. A estratégia que caracteriza a guerra de posições prevê o momento crítico da tomada revolucionária do poder de Estado como resultado do processo de disputa de hegemonia, o qual é descartado pelos reformistas da II Internacional. Assim, para Gramsci, onde a sociedade civil é rica e pluralista, a conquista da hegemonia deve preceder a tomada do poder e a classe revolucionária deve possuir papel dirigente antes de ser dominante.

A constatação das distinções entre so-

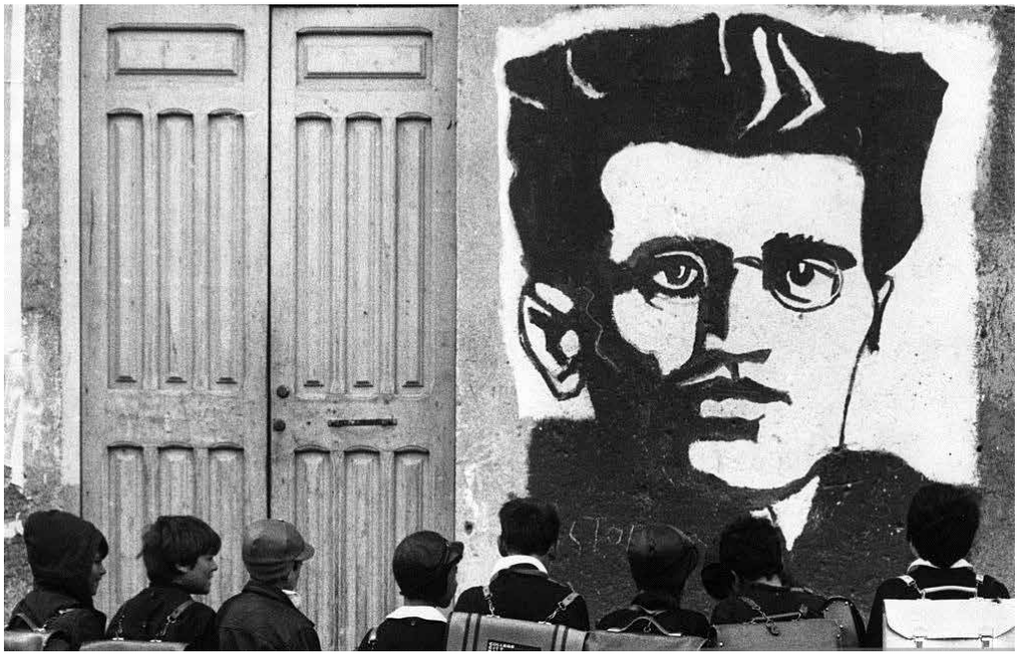
Por que as conjunturas eminentemente revolucionárias da época fracassaram, não foram capazes de repetir a experiência vitoriosa da Rússia e desembocaram no caminho oposto do fascismo?"



ciedades orientais e ocidentais não é uma singularidade do pensamento gramsciano. Outras leituras da época enxergavam as particularidades, mas contrapunham o caso russo (oriental) à teoria de Marx apresentada na famosa seção IV do livro I de *O Capital*, que apontavam a inexorabilidade das crises capitalistas decorrentes da tendência à queda da taxa de lucro. Outro contraponto em questão tem a ver com a visão do modelo inglês e as características do capitalismo na Inglaterra como paradigma para o processo histórico. Teóricos do século XX desenvolveram análises de trajetórias históricas apontando a diversidade de caminhos percorridos por distintas formações econômico-sociais capitalistas. A novidade de Gramsci é defender que a superação do capitalismo pelo socialismo, especialmente nas sociedades ocidentais, mais desenvolvidas, depende de uma ação estratégica e específica de luta política que passa, necessariamente, pela consideração da cultura e das subjetividades. A questão da religião na Itália também era objeto de suas preocupações e uma pergunta presente em suas reflexões era: como viabilizar o socialismo em um país tão fortemente dominado pela Igreja Católica? Nesse sentido, Gramsci avançou nas preocupações sobre a *teoria da práxis* anunciadas por Marx, e promoveu o que seria uma combinação do "'lado altivo' marxiano das Teses de Feuerbach com o tema da superestrutura, extraído de uma reflexão sobre o Prefácio de 1859"[1] (Baldadoni, 1987, p. 59).

Cabe precisar melhor o conceito de sociedade civil. Marx, assim como Hegel, considerava a sociedade civil como o lugar de produção do conjunto das condições materiais de vida no capitalismo, motivo pelo qual a tradução literal do termo em alemão seria "sociedade burguesa". Gramsci, por sua vez, teve papel fundamental no desenvolvimento deste conceito. Para ele, a sociedade civil compreende o conjunto dos organismos comumente chamados de privados, constituído também pelas organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, tais quais: o sistema escolar,

Gramsci não identifica a sociedade civil como uma zona neutra em relação ao Estado ou ao mercado. Ao invés, a considera como parte do Estado e espaço fundamental da luta de classes e da disputa por hegemonia



as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de pesquisa e de produção e difusão das artes, etc. Importante notar que Gramsci não identifica a sociedade civil como uma zona neutra em relação ao Estado ou ao mercado. Ao invés, a considera como parte do Estado e espaço fundamental da luta de classes e da disputa por hegemonia. A sociedade civil "indica a nova esfera do ser social que surge com os processos de socialização da política" (Coutinho, 2011, p. 25) e compõe junto com a sociedade política, o que Marx chama de superestrutura. Ambas as dimensões da superestrutura atuam no sentido de conservar ou promover seus interesses, o que varia é o modo adotado por cada uma delas. No âmbito da sociedade civil, a disputa é por hegemonia e trava-se por meio de lutas político-ideológicas com vistas à construção do consenso. A sociedade política conta com outras formas e ferramentas de dominação, mais atreladas ao exercício da coerção, seja pelo uso da violência física, seja pela imposição ao cumprimento de regras, normas e leis. Com isto, o Estado para Gramsci é um *Estado ampliado*, não mais restrito aos aparatos burocráticos e coercitivos da sociedade política, também engloba a sociedade civil.

Nota-se que é, portanto, no âmbito da superestrutura que ocorre a batalha político-ideológica entre as classes sociais. "É lá que os conflitos econômicos encontram os modos de sua resolução" (Coutinho, 2011, p. 22). Gramsci dá o nome de *catarse* a esta transformação dos interesses econômicos em disputa político-ideológica. Próxima à formulação marxiana da passagem da "classe em si" para a "classe para si", a catarse equivale à tentativa de conversão ou de elevação dos interesse corporativos das classes em interesses gerais, hegemônicos entre a sociedade.

1 O autor se refere ao prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

A disputa pela hegemonia se organiza por meio da formação dos *blocos históricos*, caracterizados como um conjunto complexo e heterogêneo de setores e interesses sociais e decorrência dos condicionamentos do conjunto das relações sociais de produção no âmbito das superestruturas.

Os partidos políticos são potenciais integrantes dos blocos históricos. Especificamente em relação aos partidos políticos revolucionários, Gramsci aponta o papel de formação e disputa das direções da luta político-ideológica. Atribui-lhes papel chave e insubstituível na formação de seus membros no sentido de transformá-los em intelectuais[2] políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico da sociedade, com a ampliação da sociedade civil e com a criação de formas democráticas de direção estatal.

Gramsci analisa que os blocos históricos podem se articular para promover movimentos revolucionários de vários tipos e propósitos. O conceito de *revolução passiva*, por exemplo, retrata formas típicas de mudança social conservadora, para as quais a obra *Il Gattopardo*, do italiano Giuseppe Tomasi de Lampedusa é tida como um clássico. No famoso diálogo do jovem Tancredi de Falconeri com o tio aristocrata Dom Fabrizio, Príncipe de Salina, o jovem justifica sua adesão ao então recém formado exército de Garibaldi com o argumento de que "Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude". As revoluções passivas são, portanto, formas de reação das classes dominantes às pressões populares. As reivindicações podem ser acolhidas em maior ou menor grau, mas sempre com a finalidade de manter os privilégios e conter revoltas populares iminentes.

Estes conceitos formam o núcleo do pensamento gramsciano, o qual é tão mais extenso quanto complexo. Eles suscitam reflexões e abrem caminho para diversas áreas da vida social. Por isso mesmo, têm sido apropriados e mobilizados em análises dos mais diversos campos de estudo, dentre as quais se destacam política, sociologia, história, filosofia, educação, estudos culturais e comunicação.

Lentes gramscianas sobre o Brasil de hoje

Nesta terceira e última seção do ensaio proponho uma apropriação do pensamento de Gramsci para a análise concreta de situações concretas. O ponto de partida é o artigo *Gramsci and us*, publicado em 1987 pelo antropólogo Stuart Hall. Na ocasião, Stuart Hall se volta ao pensamento gramsciano, sobretudo às perguntas levantadas por Gramsci, para pensar a Inglaterra de Thatcher; as razões da vitória eleitoral do projeto neoliberal e da derrota do Partido Trabalhista, bem como para compreender as mudanças ideológicas em curso naquele momento histórico. Partindo de questionamentos como: "Quem são os movimentos de direita?", "Quais interesses eles representam?", Hall notou que a esquerda costuma se equivocar ao se deparar com estas perguntas. Julga saber, de antemão, quem são eles, quando, na verdade, não o sabe. Encara a direita como uma caixinha homogênea, deixando assim de captar aspectos chave de sua constituição, estratégia e repertório de atuação. De fato, não é mesmo trivial decodificar um segmento que reúne interesses diversos e mobiliza discursos variados e contraditórios para públicos também variados. O ideário mobilizado se dirige a públicos muito distintos, como o grande capital internacional, as burguesias nacionais, os médios e pequenos empresários da cidade e do campo, as camadas médias e até mesmo a classe trabalhadora e os pobres.

Enquanto a esquerda subestima o alcance de uma ideologia que julga incoerente, a direita sai na frente e mobiliza discursos fáceis, que falam aos ouvidos das pessoas. É o que Gramsci chama de *ideologia orgânica*, que articula diferentes sujeitos, identidades, projetos e aspirações. Ao invés de refletir a unidade na diferença, a ideologia orgânica constrói a unidade na diferença – daí sua enorme potência.

Resgato este texto de Stuart Hall porque sua análise gramsciana das razões da popularidade do governo Thatcher nos ajuda a pensar o Brasil de hoje. Com semelhanças em relação à Itália dos anos 1920, os dois contextos suscitam a pergunta: Como um projeto que visa desmontar direitos e reverter conquistas sociais históricas se

Enquanto a esquerda subestima o alcance de uma ideologia que julga incoerente, a direita sai na frente e mobiliza discursos fáceis, que falam aos ouvidos das pessoas. É o que Gramsci chama de ideologia orgânica, que articula diferentes sujeitos, identidades, projetos e aspirações

2 Cabe ressaltar que Gramsci tem um entendimento estendido a respeito dos intelectuais. Tanto é assim que considera que "todos os homens são intelectuais" ainda que "nem todos os homens tenham na sociedade a função de intelectuais"

viabiliza politicamente? As explicações podem ser tão variadas quanto controversas, menos ou mais economicistas, menos ou mais culturalistas. Hall observa que o apoio popular ao governo Thatcher não tinha a ver com suas ações no plano das políticas públicas e com a materialidade da vida cotidiana. Ao contrário, sua fortaleza estava na promoção da agenda liberalizante e na construção de um ideal modernizador, que se dirigia aos temores, às ansiedades e às identidades perdidas da população inglesa. Enquanto seu governo empregava a gramática do imaginário coletivo e das fantasias inglesas, a esquerda se via apegada aos argumentos das políticas públicas e das condições da reprodução social do dia a dia.

Esse ponto é chave para o argumento aqui pretendido. A realidade brasileira atual é a de um país dividido. O projeto da esquerda venceu as últimas quatro eleições e foi tirado do governo em um golpe de Estado que depôs a Presidenta Dilma, que levou a uma guinada na agenda à direita. (Não desconsideramos, portanto, a diferença radical entre Inglaterra e Brasil, uma vez que Thatcher venceu as eleições e Temer não). Desde maio de 2016 vivemos: o desmonte do Estado brasileiro, a extinção de diversas políticas públicas, a reversão de legislações e normas ambientais, educacionais e trabalhistas, alterações constitucionais drásticas e a entrega do patrimônio público – empresas públicas e riquezas naturais – à iniciativa privada e do patrimônio nacional ao capital internacional. O conflito de classe se aprofunda a cada dia e é visível a ascensão de grupos de direita, muitos dos quais de ideologia e repertório propriamente fascista.

Se a percepção do golpe – não necessariamente em relação à tramitação formal, mas em relação à agenda – já é sentida pela maior parte da população, como explicar a sustentação ou a sobrevida do atual governo Temer? Como explicar a eleição de sujeitos que não possuem pudor para aflorar suas posições antipovo? E mais, como explicar a adesão popular à candidaturas que encampam projetos conservadores e mesmo fascistas ao Executivo e ao Legislativo? Como isso é possível considerando o cenário de aumento da pobreza e da desigualdade, do desemprego e da informalidade, de redução dos salários e do crédito, do corte de direitos sociais, do aumento da violência no campo e na cidade e da repressão aos movimentos sociais?

Gramsci aponta que as respostas devem ser buscadas na ideologia mobilizada pela direita, que visa tanto construir uma unidade alternativa aos projetos progressistas, quanto atingir seus núcleos de resistência.

Um dos aspectos-chave da teoria gramsciana do Estado tem a ver com o caráter dinâmico dos processos e das transformações sociais. De fato, é bastante distinta a realidade da Inglaterra dos anos 1980 e do Brasil de hoje. O que mudou de lá para cá? Quais os efeitos da distopia produzida e difundida pelo neoliberalismo sobre a aposta popular na democracia e sobre seu potencial transformador?

A esperança de que a crise de 2007-8 pudesse solapar ou ao menos enfraquecer a hegemonia neoliberal não se concretizou. Ao contrário, vimos o aprofundamento da lógica rentista sobre as diversas dimensões da vida humana e a guinada política conservadora em boa parte do mundo, em muitos casos apoiando-se em candidaturas de "fora da política" em países como os Estados Unidos, a França, a Itália e tantos outros. O caso do Brasil integra esse quadro global.

Ainda que a (in)compatibilidade entre capitalismo e democracia não seja uma discussão recente, o cenário atual é considerado dramático. À medida que a racionalidade neoliberal se estende do mercado para o Estado e para a sociedade, governos e pessoas são estimulados a pensar e a agir como empresas, buscando maximizar seus interesses em todos os lugares e a todo tempo. Valores como a igualdade e a garantia dos direitos das minorias perdem o sentido e a própria crença no ideal democrático é fragilizada. São duas as reações mais comuns diante deste cenário: o desespero por conta do que seria um apocalipse político; e o desligamento e a descrença na política. O que vem a seguir? Escancaram-se os espaços para reivindicações e clamores populares via outras formas de organização política que vocalizam promessas radicais mais assertivas, quase sempre de ordem autoritária – que, diga-se de passagem, são recorrentes na história brasileira.

Tendo em vista esta complexidade de relações e o agravamento das tensões sociais, se faz necessária uma guinada na luta política no Brasil. O tema das políticas públicas, das condições materiais e econômico-corporativas, deve seguir sendo mobilizado. No entanto, ele tem se mostrado insuficiente para atrair parcelas expressivas da sociedade civil, boa parte das quais pertencente à classe trabalhadora. Gramsci nos mostrou a importância da cultura e das subjetividades na luta política, especialmente nos períodos de crise, em que os trabalhadores são submetidos à condições de mais exploração e pobreza. Uma mirada sobre a luta política em curso no Brasil indica que a direita está empenhada em acionar e manipular as subjetividades. A esquerda parece não mobilizá-las bem. Para retomar um tema caro à Gramsci, merece destaque a negligência da esquerda brasileira na sua relação com setores das igrejas – da Igreja Católica, mas principalmente das igrejas evangélicas. É ínfimo o empenho dos partidos de esquerda em tentar dialogar e criar pontes com as dezenas de milhões de brasileiros que compõem este universo religioso em transformação no país. Assim, de modo geral, vê-se que a esquerda não tem sido capaz de construir uma agenda e um discurso que desperte as pessoas para um projeto político maior, ideologicamente definido, onde caibam sonhos e utopias.

Ainda nos marcos do pensamento gramsciano, vale resgatar aqui um dos anseios que motivou a criação do PT: transformar a forma e o conteúdo da política – considerando ainda que forma também é conteúdo e vice-versa, conforme já apontava a dialética hegeliana.

Não se trata de tarefa fácil, pois o avanço do neoliberalismo leva ao esvaziamento dos espaços de debate e do exercício do contraditório que são próprios da democracia e mina a própria crença das pessoas na política. A boa notícia é que o processo não está dado. Ao contrário do que preconizam análises marxistas mais esquemáticas, onde a política é uma arena que apenas reflete interesses já dados, Gramsci vem mostrar que ela é fundamentalmente uma arena dinâmica, de construção dos interesses, de formação da consciência de classe e de disputa de hegemonia. O resultado das lutas políticas está em aberto e nos convida à luta. Conforme orientou o Presidente Lula, nossa tarefa é construir a primavera.

LUIZA DULCI é economista (UFMG), mestre em sociologia (UFRJ) e doutoranda em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura (UFRRJ), é colunista da revista *Teoria e Debate* e integra o Coletivo da Secretaria Agrária Nacional do PT e o Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

BADALONI, Nicola. "Gramsci: a filosofia da práxis como revisão". In: HOBSBAWM, Eric. *História do Marxismo*; v.10. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci - Escritos escolhidos: 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1-6; 2017.

HALL, Stuart. "Gramsci and us". In: HALL, Stuart. *The hard road to renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left*. Nova York: Verso, 1988.

LIGUORI, Guido et al (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1936-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Gramsci mostra que a política é fundamentalmente uma arena dinâmica, de construção dos interesses, de formação da consciência de classe e de disputa de hegemonia

O marxismo no Brasil: Caio Prado Júnior e a economia política

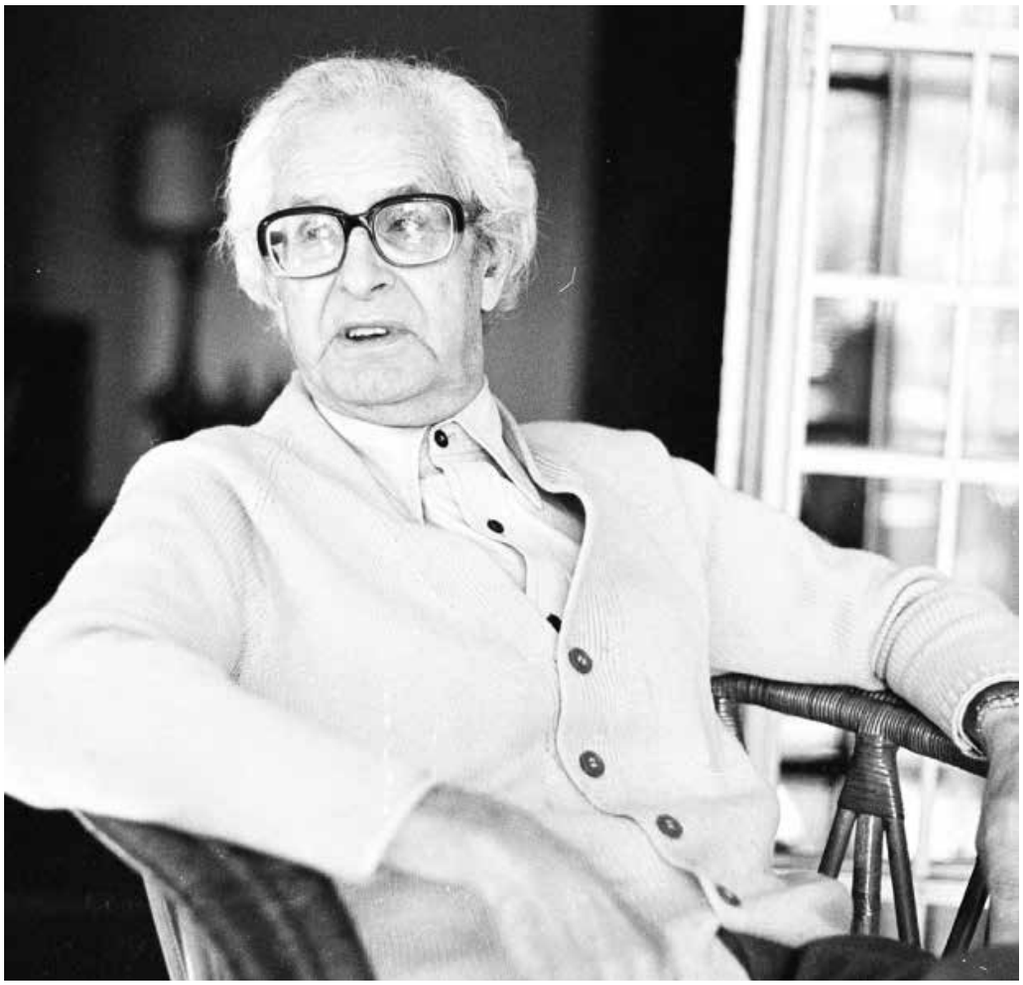
Por Rodrigo Cesar

Apesar de suas ideias não terem se limitado à narrativa histórica, foi nesta em particular que Caio Prado Júnior teve maior reconhecimento. A ideia de que foi pioneiro na introdução do marxismo na historiografia brasileira ganhou força decisiva. Entretanto, o que podemos dizer sobre a contribuição de sua obra para o pensamento econômico brasileiro?

Caio Prado Júnior tornou-se um clássico e gerou muitas discussões. Seus debatedores se depararam com uma produção intelectual inovadora. De início, não sabiam que sua obra viria a influenciar tanto e tão decisivamente sucessivas gerações no Brasil. Porém, a própria atenção que deram aos seus principais textos, quando publicados, foi um fator para sua difusão. As polêmicas travadas contribuíram para que suas ideias fossem conhecidas. Como toda obra que promove rupturas, encontrou resistências diversas para se afirmar. Apesar disso, foi capaz de produzir uma matriz interpretativa da realidade brasileira, pois também encontrou calorosa acolhida, por outro lado. Nesta tensão, a obra de Caio Prado Júnior sobressaiu principalmente pela força de suas teses.

Em sua vasta e diversificada produção, foram principalmente os textos de história que conferiram ao conjunto da obra a posição de referência. Não por acaso, é comum que Caio Prado Júnior seja considerado um historiador. Apesar de suas ideias não terem se limitado à narrativa histórica, foi nesta em particular que teve maior reconhecimento. Sua interpretação da história brasileira tornou-se um paradigma, a partir do qual novos estudos se desenvolveram, seja para aprofundá-lo, contestá-lo ou simplesmente compreendê-lo melhor. A ideia de que Caio Prado Júnior foi pioneiro na introdução do marxismo na historiografia brasileira não é recente e tem trajetória conturbada, mas nos últimos quarenta anos, aproximadamente, ganhou força decisiva a tese do pioneirismo bem sucedido de Caio Prado na interpretação marxista da história do Brasil.

Entretanto, o que podemos dizer sobre a contribuição de sua obra para o pensamento econômico brasileiro? No presente texto, analisaremos os debates em torno do



O historiador paulista, que morreu aos 83 anos em 23 de novembro de 1990 nunca ocupou cargos importantes no PCB, ao qual era filiado, devido a dissonâncias teóricas

lugar do marxismo e de Caio Prado Júnior no pensamento econômico brasileiro, bem como sobre os usos que o autor faz de alguns conceitos da economia política.

I

Maurício Chalfin Coutinho (2001, p. 35-6) afirma ser "possível sustentar que a economia política marxista não exerceu um impacto decisivo no pensamento econômico brasileiro", uma vez que, "com raras exceções, a obra dos economistas assumidamente marxistas permaneceu imersa no caudal do desenvolvimentismo, raramente se distinguindo e/ou estabelecendo argumentos originais". O principal argumento mobilizado para justificar tal afirmação é de que não haveria distinção marcante entre os autores marxistas e os demais. Segundo o autor, pelo fato do marxismo ser uma doutrina orientada para a ação e caracterizada, sobretudo, pela "existência de uma moldura partidária", seus adeptos não se desvencilhariam das contingências da luta política e das propostas de transformação social, mantendo-se pautados pelas vicissitudes do movimento comunista e disputas internas na esquerda. Em certa medida, isso os aproximaria dos "mais proeminentes economistas brasileiros", cujas principais características seriam a atenção dada aos problemas do desenvolvimento nacional e um certo pragmatismo na reflexão, ou seja, pela importância dada às circunstâncias políticas.

Em sua vasta e diversificada produção, foram principalmente os textos de história que conferiram ao conjunto da obra a posição de referência. Não por acaso, é comum que Caio Prado Júnior seja considerado um historiador. Apesar de suas ideias não terem se limitado à narrativa histórica, foi nesta em particular que teve maior reconhecimento.

Porém, com isso ainda não está elucidada a declarada imersão dos marxistas no interior do pensamento desenvolvimentista. Basta dizer que os chamados monetaristas eram tão ou mais pragmáticos que os desenvolvimentistas, mas nem por isso podemos considerar que se assemelhassem. A explicação deve se deslocar, portanto, ao conteúdo das propostas.

Neste quesito, o autor afirma que, com poucas exceções, tanto os economistas de esquerda quanto os desenvolvimentistas assumiam o programa de "reformas estruturais" e as explicações estruturalistas da inflação. Ademais, marxistas e socialistas também teriam adotado "sem maiores problemas" as análises da CEPAL por considerarem que estas trariam substância a um programa de esquerda por defenderem os capitais nacionais e lutarem contra um arcaísmo no meio rural. Contudo, estas são características peculiares do marxismo brasileiro predominante entre os anos 1930 e meados dos anos 1960. Nas décadas seguintes, entre as principais críticas ao pensamento desenvolvimentista e cepalino estariam aquelas formuladas por marxistas, mas para Chalfin Coutinho elas não passam de "raras exceções relevantes".

Há uma evidente aproximação entre Mauricio Chalfin Coutinho e Ricardo Bielschowsky. Enquanto o primeiro afirma que a participação do marxismo no pensamento social brasileiro "não chegou a se estender ao território da Economia" e pouco teria penetrado nos ramos da Economia Geral e Aplicada, o segundo considera que até mesmo entre os membros da corrente de pensamento que ele denominou como socialista, "o uso da própria economia marxista foi limitado". Para Bielschowsky (2000, p. 182-3), mesmo quando faziam uso de conceitos marxistas, "o contexto em que são usados tinha, porém, uma remota relação com o âmbito analítico próprio da teoria econômica marxista". Aliás, a rigor, seria mesmo "difícil, no caso dos socialistas, falar em teoria econômica subjacente às análises", uma vez que "*toda* sua reflexão se fazia a partir da perspectiva revolucionária discutida e definida pelo Partido Comunista Brasileiro [...], *toda* a reflexão econômica da corrente socialista está subordinada e mesmo sobredeterminada pela discussão interna no partido a respeito de sua tática revolucionária e de sua plataforma de lutas sociais" (grifos nossos).

A princípio, Bielschowsky parece não abrir margem nem para a existência de exceções no período de 1930 e 1964, em que estudou o chamado ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Na verdade, porém, reconhece que as obras *História Econômica do Brasil* (1945), de Caio Prado Jr., *Capitais estrangeiros no Brasil* (1959), de Aristóteles Moura, e *Inflação e monopólio no Brasil* (1963), de Alberto Passos Guimarães, significaram momentos de destaque do pensamento econômico dos marxistas brasileiros (*Ibidem*, p. 185-200). Portanto, seria mais correto dizer que ele as reconhece, mas as subestima.

Essa tendência a diminuir a contribuição do marxismo no pensamento econômico brasileiro talvez decorra de uma hipótese levantada por Guido Mantega (2002, p. 147-8), para quem "o marxismo nunca foi aplicado de forma pura, mas mesclou-se com outras doutrinas e correntes de interpretação mais próximas, para dar conta de um objeto de análise – a realidade brasileira – que não se enquadrava imediatamente no figurino dessa teoria, formulada para analisar o capitalismo pioneiro da Inglaterra, Franca e Alemanha". Somadas às lacunas deixadas pelos fundadores e os primeiros adeptos do materialismo histórico dialético, esta suposta inadequação teria obrigado os marxistas brasileiros e latino-americanos a "recorrer a autores como Keynes, Schumpeter, Kalecki e outros expoentes da Economia política para esmiuçar a dinâmica dos países de capitalismo retardatário." Assim, o pensamento materialista da esquerda brasileira teria sido forjado em um contexto de assimilação recíproca, abrangendo o marxismo, o keynesianismo, passando pela CEPAL e por vários autores não alinhados com a ortodoxia liberal. Hipótese aparentemente plausível, mas equivocada em ao menos um aspecto: tal ecletismo decorre não de uma inadequação da teoria marxista para analisar realidades diferentes daquelas para as quais Marx olhava, mas era produto de certas leituras dessa *teoria* que tentavam dela extrair *modelos*, ao invés de assimilar seu método de investigação, indissociável da prática e, portanto, da própria realidade que se pretende compreender e transformar.

Ainda assim, porém, Guido Mantega (2002, p. 147) é quem afirma categoricamente que a "economia política marxista exerceu uma influência decisiva na constituição do pensamento econômico brasileiro", uma vez que entre "os pensadores que mais contribuíram para a formação de uma economia política crítica no Brasil destacam-se os representantes da esquerda marxista brasileira". Destaque especial é dado a Caio Prado Júnior, considerado "um marco inicial para assinalar o advento da análise marxista da economia brasileira", sendo que seus três livros publicados entre 1933 e 1945 "representaram a primeira tentativa bem sucedida de aplicação do materialismo histórico ao caso brasileiro". (MANTEGA, 1984, p. 134)

Para este autor, das "três principais correntes do pensamento econômico brasileiro em sua primeira fase", que compreenderia o período entre os anos 1950 e início da década de 1970, duas são de inspiração marxista: o Modelo Democrático-Burguês, representado principalmente pelas opiniões do PCB e seus intelectuais, e o Modelo do Subdesenvolvimento Capitalista, na qual estariam inseridos Rui Mauro Marini, André Gunder Frank e Caio Prado Jr. A terceira corrente é a que Mantega denominou como representante do Modelo de Substituição de Importações, na qual se inserem Celso Furtado, Ignácio Rangel e seus "herdeiros" (Maria da Conceição Tavares, Paul Singer e Luiz Carlos Bresser Pereira), que estariam sob influência direta das ideias da CEPAL. (MANTEGA, 1984, p. 20)

Apesar de também relacionar o pensamento de marxistas com sua filiação à correntes políticas e suas respectivas organiza-

ções – a III Internacional, vinculada ao pensamento de Lênin, e a IV Internacional, associada à Trotsky –, Mantega dá destaque ao que existe de original nas formulações que os afastam tanto do desenvolvimentismo de inspiração cepalina quanto da orientação difundida pelo PCB. Não por acaso, na análise deste autor e de Maria Moraes (s/d), pensadores marxistas aparecem como protagonistas de uma discussão realizada entre 1964 e 1975, na qual se buscava novas interpretações para explicar a realidade econômica em rápida transformação e, portanto, travavam-se duras polêmicas entre os representantes de diferentes correntes do pensamento econômico.

Trabalhamos aqui com a hipótese de que as conclusões distintas sobre a contribuição do marxismo no pensamento econômico brasileiro se relacionam com três fatores. O primeiro deles é a falta de parâmetros precisos e compartilhados entre os autores para definir o grau da influência exercida pela economia política marxista no Brasil. Para uns, o critério mais adequado é a contribuição dada em termos de ciência econômica. Para outros, trata-se de saber a influência concreta que o pensamento econômico exercera na economia.

O segundo diz respeito ao recorte temporal adotado, uma vez que a presença de marxistas com contribuições marcantes se concentra, sobretudo, a partir dos anos 1960. Assim, quando a ênfase é dada ao período entre 1930 e 1964, em geral predominam as avaliações sobre o pequeno peso do marxismo no pensamento econômico brasileiro. Quando, porém, a ênfase recai no período iniciado nos anos 1960, as análises ressaltam maior participação do marxismo na economia política.

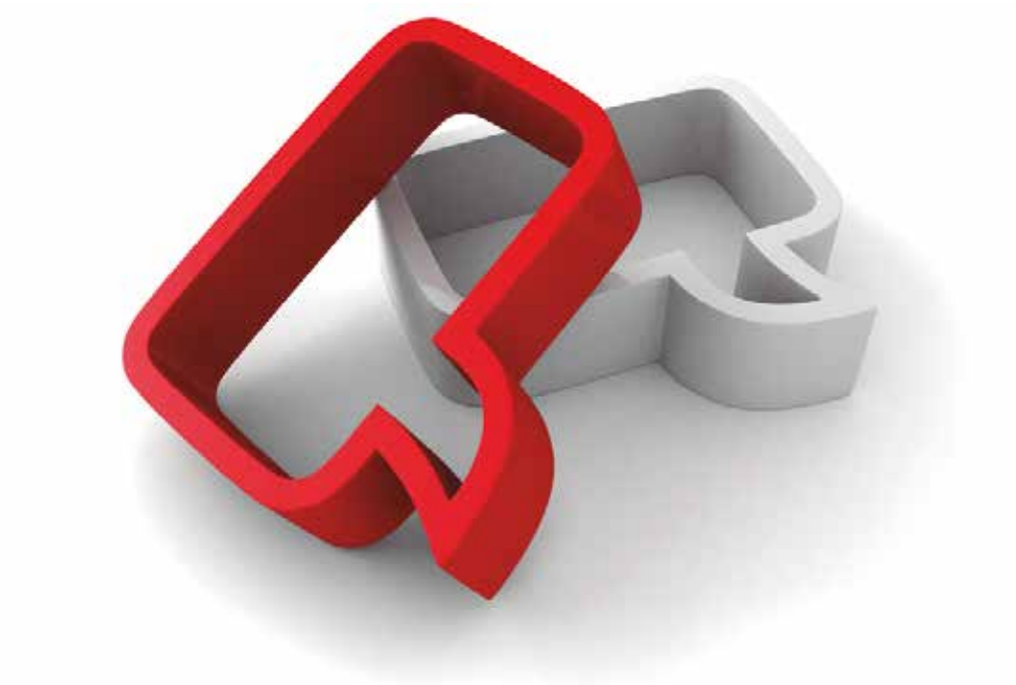
Note-se, ademais, que para Guido Mantega (2000, p. 160), a organização do atualmente famoso grupo de intelectuais em São Paulo, em 1958, para o estudo sistemático de *O Capital* e obras correlatas, constitui um passo decisivo para a consolidação do marxismo no Brasil em direção a uma análise materialista e dialética da sociedade brasileira. Segundo Ricupero (2000, p. 10), é com o marxismo uspiano que passa a existir um marxismo brasileiro, pois os intelectuais marxistas vinculados a esta universidade seriam capazes de formular, nas décadas de 1950 e 1960, uma explicação do Brasil. Já Fernando Novais (2005, p. 293) sugere que o pensamento da CEPAL se situava frente ao marxismo latinoamericano assim como a economia política clássica estava para a gênese do marxismo, pois a "discussão e a crítica das formulações da CEPAL parecem ter levado a uma revitalização do marxismo, passando-se de uma concepção um tanto tosca para uma visão mais aberta e refinada".

O terceiro fator é o lugar ocupado por Caio Prado nas análises que estes autores empreendem sobre o assunto. Como Prado Júnior tem expressiva produção intelectual anterior ao período de concentração de trabalhos marxistas mais significativos e como se trata de uma importante referência para aqueles que, entre os marxistas, reformularam as problemáticas, análises e propostas para a realidade econômica e social do país, a posição que Prado Jr. ocupa no pensamento econômico brasileiro segundo cada autor pode indicar a maior ou menor importância que atribuem ao marxismo.

Assim, apesar de Mantega e Bielchoswky sugerirem que o agrupamento dos marxistas em correntes de pensamento econômico está vinculado à filiação de cada autor às correntes políticas do marxismo, extraem daí conclusões diferentes em relação à posição ocupada por Prado Jr. Enquanto Bielschowsky o inclui na corrente que denominou de socialista, junto com os pensadores alinhados com a política oficial do PCB, Mantega o afastará do correspondente Modelo Democrático-Burguês, inserindo-o, como já foi dito, entre os partidários do Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista, que teria operado uma ruptura com a interpretação pecebista.

Chalfim Coutinho (2001, p. 37-45), por sua vez, apesar de inserir Caio Prado Júnior entre as "raras exceções" de pensamento original no marxismo, considerando sua iniciativa como "exemplar", afirma que "os estudos marxistas sobre o desenvolvimento econômico sofreram pouca influência da pesquisa histórica inspirada no marxismo". Para ele, teria sido "somente ao final da década de 70, e por meio de uma nova onda de estudos sobre a escravidão, que houve uma penetração marcante da perspectiva marxista na investigação histórica", refe-

A posição que Caio Prado Jr. ocupa no pensamento econômico brasileiro segundo cada autor pode indicar a maior ou menor importância que atribuem ao marxismo.



rindo-se aos trabalhos de C. F. Cardoso, A. B. Castro, F. Novais, J. Gorender, e, mais tarde, J. Fragoso e M. Florentino. Ademais, os "estudos que abordam o desenvolvimento econômico brasileiro a partir de uma perspectiva marxista surgiram, rigorosamente, em contraposição ao modelo estruturalista de desenvolvimento econômico". Esta consideração o leva a afirmar que o livro *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, influenciou "decisivamente a reflexão marxista dos anos 70", enquanto silencia a respeito da influência de Caio Prado Júnior no florescimento da crítica ao estruturalismo cepalino e ao modelo de substituição de importações, além de negligenciar a presença de sua obra na formação dos pensadores que ele mesmo considera como responsáveis pelos novos "estudos de desenvolvimento econômico influenciados pelo marxismo": Sérgio Silva, João Manuel Cardoso de Mello, Chico de Oliveira, Paul Singer, entre outros. Quando dá algum destaque a Caio Prado Jr., Coutinho limita-se ao tema da questão agrária.

Visto isso, consideramos que Mantega é quem dá mais ênfase à contribuição do marxismo à economia política brasileira, justamente por ter visualizado exatamente o que existe de original no pensamento de Caio Prado Jr., bem como seus vínculos com a geração posterior de marxistas que assimilou e promoveu a superação dialética de suas teses sobre a relação entre as particularidades da formação histórica brasileira com o tipo de desenvolvimento capitalista que aqui se processou.

Não corroboramos com a inserção de Prado Jr. no chamado Modelo do Subdesenvolvimento Capitalista por considerar que as diferenças que o próprio Mantega (1984, p. 236) ressaltou serem suficientes para afastá-lo do grupo: "embora crítico ardoroso da tese feudal e pioneiro na caracterização de um Brasil mercantil e capitalista desde os tempo de colônia, discordava de que o próximo passo da sociedade brasileira fosse uma revolução socialista, como supunham Frank e Marini". É justo registrar, porém, que tal procedimento, se não permitiu destacar o pensamento caiopradiano como dotado de uma particularidade e especificidade próprias, pelo menos contribuiu para evitar que ele fosse imerso acriticamente seja no desenvolvimentismo, seja na matriz clássica do PCB.

II

Inúmeros autores realizaram ricos e interessantes debates em torno do uso que Caio Prado Júnior fazia de conceitos formulados pela economia política, como circulação, produção, modo de produção, consumo, demanda e mercado interno. As interpretações mais recorrentes e influentes são aquelas que conferem à esfera da circulação a principal chave explicativa para a formação histórica do Brasil na obra de Caio Prado Jr., sendo praticamente inexistentes as teses que defendem que na produção se encontraria o dinamismo que condiciona os processos econômicos. Afinal, em diferentes momentos, o próprio autor deixou explícita sua compreensão sobre o assunto, sem ambiguidades, deixando pouca ou nenhuma margem para interpretações distintas. Por isso, é também muito recorrente a citação de outra passagem de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) quando se debate criticamente a abordagem caiopradiana a respeito da prioridade dada à esfera da circulação: "A análise da estrutura comercial de um país revela *sempre*, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume e explica". (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 241, grifo nosso)

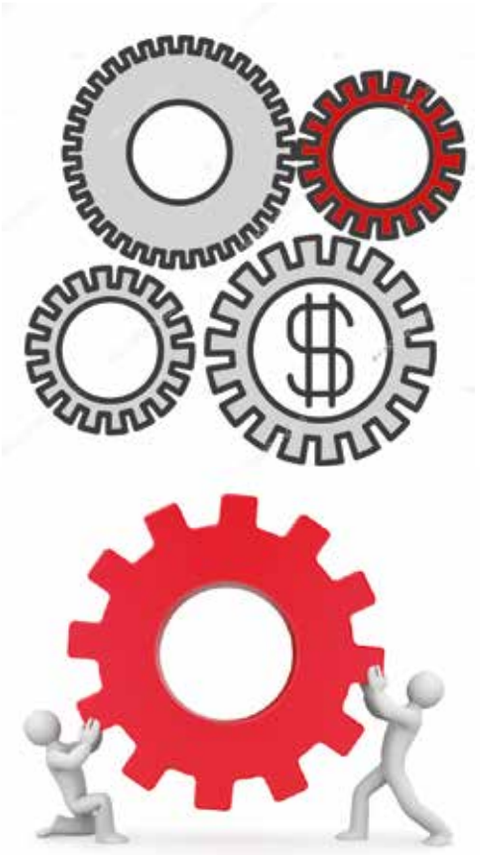
Esta compreensão, como muitas outras do autor, perduram ao longo de sua obra, que atravessa um período de mais de cinco décadas. Como indica Florestan Fernandes (1999, p. 7), escrevendo em 1988, Caio Prado Júnior "não se impôs uma revisão crítica", uma vez que "estava convicto da veracidade de suas descobertas e do seu retrato da evolução histórica do Brasil e de outras sociedades periféricas e marginais". Apesar de levar em conta as condições em que a produção se organiza e as relações de produção se estabelecem, Caio Prado considera o mercado – esfera da circulação e realização de capital – como fator determinante do desenvolvimento econômico. Para ele, o que impulsiona o crescimento "é o que se encontra na base e por detrás das inversões", a saber: "as circunstâncias gerais e os fatores originários que condicionam, promovem e impulsionam a produção", "a conjuntura mercantil", "as características da demanda". (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 26).

Reconhecendo as posições de Prado Jr. a respeito da preponderância no momento da circulação e do capital mercantil, Marcia R. Victoriano (2001, p. 34) afirma que esta ênfase analítica "pode ser compreendida no âmbito de uma tendência que ocupou o pensamento marxista não só nacional, mas principalmente internacional, sobre a questão do subdesenvolvimento e da dependência externa". Situando o importante papel atribuído por Caio Prado Jr. ao capital mercantil metropolitano no *sentido da colonização*, boa parte de seus intérpretes concluiu que o autor pensa o Brasil como uma formação social altamente determinada pela dinâmica externa. Escrevendo nos anos 1960 e 1970, os formuladores da teoria da dependência (André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto etc.), foram aqueles que mais se valeram deste pensamento caiopradeano para fundamentar sua interpretação da realidade brasileira.

Por outro lado, alguns autores não deixam de registrar que Caio Prado Jr. não pensa unilateralmente a presença marcante da esfera da circulação e do mercado externo no desenvolvimento histórico brasileiro. Para Pedro Cezar Dutra da Fonseca (1990, p. 151-5, grifo nosso), Caio Prado Jr. teria sido "precursor da Teoria da Dependência ao afirmar que são os processos sociais *internos* os responsáveis pela dinâmica histórica, e que, primordialmente, configuram seu sentido". De modo análogo, para Antonio Carlos Mazzeo (2003, p. 164), reconhecer a presença "de certo superdimensionamento do papel da esfera da circulação" em sua obra não deve nos fazer esquecer que "o fundamental da análise caiopradeana não é apresentar a esfera da circulação desconectada da esfera produtiva". Em sentido semelhante, Leandro Konder (1998, p. 136) considera que, para Caio Prado, a situação do mercado mundial deveria ser avaliada em função de nossa situação interna: "Nossos problemas eram os problemas da nossa sociedade e da nossa articulação com o mercado mundial". Nesta interpretação, o autor não teria uma visão unilateral das influências do mercado externo e da esfera da circulação no direcionamento da formação econômica brasileira.

Não se encontra com facilidade definições categóricas a respeito da economia brasileira na obra de Caio Prado Jr. Ele não se preocupava em desenvolver conceitualmente sua matéria ou classificar a realidade histórica, sua teoria estava entranhada na narrativa histórica, o que justificaria o uso escasso de categorias marxistas (Cf. SECCO, 2008, p. 176; 2010, p. 11). Isso levou Carlos Nelson Coutinho (1989, p. 116-7) a considerar que a "prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção" o leva a conferir pouco peso ao conceito de modo de produção em seus trabalhos de história e, portanto, a "confundir, na análise da Colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que 'incompleto')". Isso não impede Coutinho de reconhecer que "a prioridade atribuída à esfera da circulação não o impediu de definir de modo substancialmente adequado a formação econômico-social da era colonial, identificada por ele como um escravismo mercantil fundado na grande exploração rural, produtora de valores de troca para o mercado internacional." Contudo, Mazzeo (2003, p. 163-4) polemiza direta e abertamente com Coutinho: "longe de "confundir" o capital comercial com o capitalismo complexo resultante da era industrial, Prado Jr. evidencia explicitamente que o caráter capitalista da colonização desde sua origem insere-se no amplo processo que irá desaguar no imperialismo".

Mas o objeto desta polêmica entre Coutinho e Mazzeo já havia sido abordado por Florestan Fernandes (1999, p. 9-10), que identificou o grande peso do capital mercantil na obra do autor e teceu críticas que, em linhas gerais, são pertinentes. Para ele, "Caio Prado Jr. se prende demais ao conceitual, à lógica dos conceitos que são essenciais em seu esquema descritivo



Apesar de levar em conta as condições em que a produção se organiza e as relações de produção se estabelecem, Caio Prado considera o mercado – esfera da circulação e realização de capital – como fator determinante do desenvolvimento econômico.

e interpretativo", fazendo-o focalizar de modo insuficiente "as relações do capital mercantil com o capital industrial, e, após a II Grande Guerra e a ditadura militar, com o capital financeiro típico do capitalismo monopolista e da espécie de imperialismo que ele engendra, em nossos dias". Com os deslocamentos na economia, o capital mercantil não desaparece, mas perde sua função hegemônica e determinante: "O circulo vicioso persiste, mas não por sua conta. A investigação histórica deverá ir mais longe e aprofundar-se para explicá-lo". Portanto, Caio Prado Jr. consegue captar muito bem as continuidades históricas do *sentido da colonização*, a ausência de momentos de profunda ruptura na história brasileira e a capacidade de incidência das oscilações conjunturais dos mercados externos e do capital mercantil na dinâmica interna da economia brasileira. Por isso mesmo, porém, parece subestimar as mudanças no desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e seus impactos nacionais, que não se deram de modo abrupto.

A subestimação encontra-se no fato de não ter precisamente reconhecido as consequências do engendramento, internamente à sociedade brasileira, do processo endógeno de acumulação de capital que, assentado historicamente no dinamismo do complexo agroexportador cafeeiro, instaurou um novo padrão à conformação do capitalismo brasileiro. Por outro lado, também no fato de não ter inteiramente superado a compreensão de que a força da ação imperialista do capitalismo internacionalizado impunha uma absoluta impossibilidade de autodefinição dos rumos de nosso desenvolvimento. Em ambos os aspectos, é como não se desse conta de todos os contornos e implicações dos novos momentos da acumulação capitalista no Brasil. (RÊGO, 2000, p. 223-4)

Em função da referida preponderância à estrutura comercial, aos mercados e ao capital mercantil, cunhou-se o epíteto de *circulacionismo*, conferido a Caio Prado Jr. e demais autores que se apoiaram na perspectiva por ele desenvolvida. Foi utilizado

por diversos críticos, sendo Jacob Gorender (2010) o mais proeminente, sobretudo a partir do clássico *O escravismo colonial* (1978), onde afirma que tal "vinculação do escravismo colonial ao mercado mundial fez nascer as chamadas teorias circulacionistas, cuja análise se concentra no *modo de circulação* e por meio deste pretende explicar o modo de produção (quando simplesmente não o omite)" (p. 201-2). Desconsidera-se que, "em última análise não é a circulação que desvenda a organização da produção, mas o contrário" (p. 542). Jacob Gorender propõe, assim, "a inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro" (p. 54).

Em defesa de Caio Prado Jr., ao lado de Bernardo Ricupero, também se levanta Lincoln Secco (2008, p. 177-8), para quem seus críticos "não atentaram para o fato de que, na periferia, o estudo da esfera da distribuição é que conduz à totalidade", uma vez que "o dinamismo do modo de produção está no centro do sistema e é este que dita a lógica de reprodução global sistêmica". Neste sentido o autor não poderia nem deveria "dar atenção às formas de produção escravistas como se elas fossem o alfa e o ômega do processo de acumulação, pois esse processo se dá em escala mundial, e não nacional ou local".

III

O conceito de *sentido da colonização* exerceu forte influência no pensamento social brasileiro. É amplamente reconhecido o mérito de Caio Prado Jr. em inserir o moderno processo de colonização nos quadros da expansão marítima e comercial europeia. Ele teria inovado a abordagem da realidade brasileira porque primeiro a situou no quadro mais geral do comércio europeu. Com tamanha repercussão, para o leitor contemporâneo, a noção de *sentido da colonização* soa hoje como uma obviedade, parece mesmo o ar que respiramos: imprescindível, mas nem o notamos, já que se tornou senso comum (Cf. SECCO, 2008, p. 178-81). Não por acaso, é amplamente citada a seguinte passagem de *Formação do Brasil contemporâneo*:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 29)

Dada a grande influência do autor na historiografia brasileira, por certo período, predominaram os estudos que analisavam a realidade do país a partir de suas relações de subordinação e dependência no contexto atlântico e mundial. José Roberto do Amaral Lapa (1982) apontava que somente no último quartel do século XX a questão do mercado interno colonial passa a ganhar a devida atenção dos estudiosos: "Antes, preferia-se cientificamente não o considerar. Era como se não existisse. Como se tivéssemos apenas uma economia de autoconsumo, desvaliosa sequer como objeto de estudo" (p. 8). Fazia-se necessário "rever a visão unívoca que o nosso conhecimento produziu até época recente", segundo a qual, o antigo sistema colonial "comportava um núcleo nervoso que chamava a si todo o poder de decisão", de onde "partiam as irradiações de imposição ou estímulo, às quais competia às colônias apenas responder como se fossem uma massa amorfa, sem qualquer sentido próprio, uma vez que o sentido só lhe era conferido pelo núcleo do qual e para qual viviam" (p. 39). O autor não cita Caio Prado Jr. mas é evidente que dialoga criticamente com a matriz historiográfica que ele fundou e já tinha forte projeção à época, inclusive porque havia recebido há pouco tempo um de seus aportes mais significativos com a publicação em 1979 do livro *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1977-1808)*, de Fernando Novais.[1]

1 Com revisões, trata-se de sua tese de doutoramento, defendida na USP em 1973.

Entretanto, conforme Bernardo Ricupero (2000), se no sistema colonial brasileiro há uma articulação entre seus elementos constitutivos, que cria um todo social orgânico, existe também uma desarticulação entre a produção, voltada para fora, e o consumo da maior parte da população, elemento inorgânico do sistema. Em contraste com os países capitalistas centrais, onde a produção, de forma geral, criou o consumo, no Brasil e em países como o nosso, havia uma desarticulação entre produção e mercado interno, por ter sido o externo o mercado principal. Para ele, Caio Prado Júnior pensa a relação entre colônia e nação em uma perspectiva dialética, ou seja, não apenas de oposição. Reconhece, portanto, que apesar de todos os seus problemas e gostando disso ou não, foi no passado colonial brasileiro que se inscreveram os fundamentos da nacionalidade e seria a partir dele que se poderia seguir em direção contrária. Lincoln Secco (2010, p. 20) não apenas corrobora com essa leitura em suas linhas gerais como considera que "a aporia do inorgânico que precisa fazer-se portador de uma nova economia (voltada ao interior e não ao exterior)" é um dos principais problemas legados pela obra de Caio Prado.

Sendo assim, podemos supor que a importância dada ao setor inorgânico na construção da nação no processo histórico corresponde, em grande medida, à importância dada ao mercado no desenvolvimento econômico. De acordo com Marcia R. Victoriano (2001, p. 29-30), Caio Prado Júnior considera que a imobilização do capital na sua forma-mercadoria quando não é vendida compromete a inversão do ciclo produtivo do capitalismo, o que se explica pelo subconsumo latente no funcionamento do sistema capitalista. A autora considera que, ao inserir a questão do subconsumo das massas trabalhadoras como principal entrave para o desenvolvimento, o autor polemiza com os economistas keynesianos, que propugnam a transformação do Estado no grande consumidor capaz de compensar com seus gastos o subconsumo das coletividades que vivem em regime capitalista. Para Prado Jr., o consumo produtivo estatal não seria capaz de compatibilizar de forma duradoura e equilibrada a potencialidade da produção moderna com o consumo, pois o subconsumo das massas trabalhadoras é que estaria na raiz da desarticulação entre produção e consumo.

Todavia, nota João Antônio de Paula (2006, p. 6-7), o marxismo de Caio Prado tem uma explícita vocação eclética, pois não hesitava em reconhecer certa validade – limitada, é certo – às teses keynesianas e estaria adotando o ponto de vista da centralidade do mercado interno no processo de desenvolvimento econômico. Isso teria significado inserir certas teses keynesianas na interpretação marxista da realidade econômica brasileira, como a do predomínio da categoria da demanda. Por sua vez, Cesar Mangolim de Barros (2007), apesar de não traçar a mesma identificação de Prado Jr. com algumas teses keynesianas, considera que ele teria uma "fixação mercadocêntrica". Isto o impediria de perceber que não é a demanda do consumidor que impulsiona o desenvolvimento do capitalismo. O autor não teria se dado conta de que mesmo mantendo vastas parcelas da população em gritantes níveis de pobreza e miséria, o capitalismo no Brasil desenvolve-se criando tanto um mercado interno para as camadas altas e médias da população como um mercado *intercapital* que propiciavam as condições para a acumulação e reprodução de capital. Com isso, Barros parece sugerir que Caio Prado Jr. era adepto das teses estagnacionistas, muito em voga no pensamento econômico brasileiro a partir da crise monetário-financeira em 1961-1962 e da recessão iniciada em 1963, que consideravam o Brasil condenado a permanecer em um longo período de estagnação econômica caso não resolvesse seus problemas de elevada concentração de renda que restringia o mercado interno de massas, o que exigiria a realização das aclamadas reformas de base, com destaque para a reforma agrária.

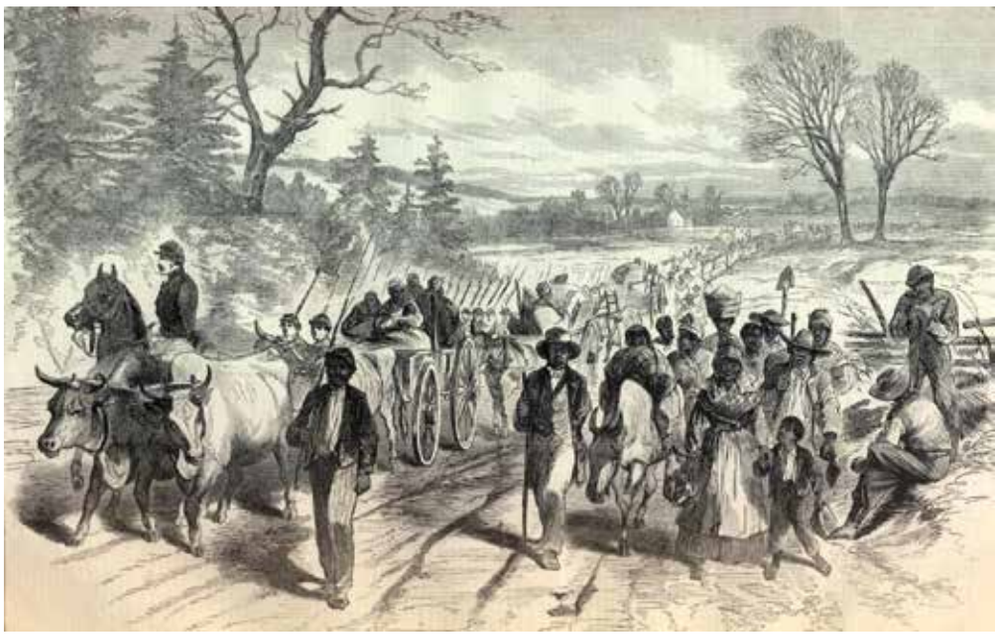
Guido Mantega e Maria Moraes consideram que a quase unanimidade entre os se-

tores de oposição ao "estabilishment" quanto às graves consequências econômicas que trariam o permanente estrangulamento do mercado interno deixa entrever a aceitação geral das *teses subconsumistas*, desenvolvidas na virada do século por Rosa Luxemburgo e por vários reformistas que, de ângulos variados, procuraram fazer a crítica aos esquemas marxistas de reprodução do capital. No caso brasileiro, porém os adeptos das teses subconsumistas baseavam-se "na falsa premissa de que as classes populares constituíam o grosso do mercado consumidor", sendo que este era formado principalmente "pela própria classe capitalista (seja sob a forma de demanda de bens de capital, seja sob a forma de demanda de consumo duráveis) e pela parcela mais abastada da classe média" (MANTEGA; MORAES, s/d, p. 16).

Expressão do antagonismo entre capital e trabalho, a contradição entre a anarquia da produção e a apropriação capitalista redundaria na "tendência permanente para o desequilíbrio entre a produção e o consumo", tendência que "se observa facilmente neste fato conhecido e sempre recorrente no curso de toda a história do capitalismo, e que é a *superprodução*" (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 92). Apesar de Caio Prado ser adepto da análise de Marx sobre esta contradição do capitalismo, é preciso reconhecer que oscila entre a superprodução e o subconsumo: em outra passagem, ele afirma que o subconsumo seria o "verdadeiro mal que aflige o capitalismo", pois a demanda, "por força do próprio funcionamento normal do sistema, não acompanha o desenvolvimento da produção, resultando daí um desequilíbrio latente que se resolve periodicamente, e cada vez com mais gravidade, em crises de *superprodução* e prolongados períodos de recessão" (*Ibidem*, p. 131, grifo nosso).

É justo dizer que produção e consumo, o excesso de um e a insuficiência de outro, constituem a dialética unidade dos contrários no capitalismo. Toda e qualquer avaliação de um desenvolvimento econômico onde prevalece o modo de produção capitalista deve considerar esta peculiaridade. Mas o problema se prolonga na medida em

Se no sistema colonial brasileiro há uma articulação entre seus elementos constitutivos, que cria um todo social orgânico, existe também uma desarticulação entre a produção, voltada para fora, e o consumo da maior parte da população, elemento inorgânico do sistema



que se passa a refletir a respeito da predominância, nesta contradição, de um polo sobre o outro. A este respeito, seu alinhamento às teses de Rosa Luxemburgo sobre a expansão do capitalismo é evidente. Para esta marxista, nas condições históricas de acumulação de capital ao longo da formação do capitalismo, a relação do capital com seu entorno não capitalista não se limitaria às relações comerciais, mas à expansão contínua e acelerada do seu modo de produção a estas áreas, destruindo as formações econômicas previamente existentes, até que todo o mundo se tornasse capitalista, situação na qual o capitalismo encontraria seu ponto de saturação. Nas palavras da própria autora:

"O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição". (LUXEMBURGO, 1988, t. II, p. 98)

Caio Prado Júnior (1957, p. 105-6), por sua vez, considera que na fase inicial de expansão do sistema capitalista, a produção que não era absorvida pelo consumo final, o era pelo consumo de bens de produção induzido pelas inversões. Portanto, se de um lado o subconsumo inerente ao funcionamento do capitalismo proporciona seu desequilíbrio, por outro "aquele desequilíbrio se corrige pela ação de fatores gerais e exteriores que, assegurando um fluxo crescente de inversões, restabelecem o equilíbrio entre a capacidade de produção e a de consumo". Neste sentido:

"Pode-se dizer que o capitalismo se desenvolveu a custa do não-capitalismo. O que assegurou a estabilidade a longo prazo, e o desenvolvimento do sistema foi originariamente a instituição de relações capitalistas de produção em substituição a outro tipo de relações que as precedeu; e em seguida a extensão e aprofundamento das mesmas. As forças propulsoras essenciais do capitalismo não se encontram no interior do sistema, mas fora dele, no seu exterior e terreno circundante em meio do qual e a custa de que o sistema se desenvolveu." (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 106)

A semelhança é evidente, mas não casual: Caio leu Rosa. Apesar do livro da autora não constar no acervo da biblioteca do autor, encontra-se em seu arquivo pessoal – ambos sob a custódia do Instituto de Estudos Brasileiros – uma anotação que ele fez da referida obra (Cf. IUMATTI, 2008, p. 138).

Assim, privilegiando a observação desta contradição do capitalismo pela perspectiva do subconsumo, na tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), que apresentou ao concurso para a cadeira de economia política da Faculdade de Direito da USP, Caio Prado Jr. (p. 192-7) conclui que o problema a ser resolvido é justamente o do consumo. Assim, na polêmica a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro do pós-guerra que colocava de um lado aqueles que punham ênfase no aparelhamento material das atividades produtivas e no planejamento da economia brasileira para alcançar este fim, e de outro lado os defensores de medidas para promover o processo de capitalização, em função da carência de capitais; nesta polêmica, o autor considerava que apesar da existência de uma divergência de fundo ambas as tendências davam prioridade "ao aspecto particular da *produção* e da *produtividade*". Apesar de afirmar que "essas questões não podem ser excluídas de qualquer solução a ser dada, no momento atual, aos problemas brasileiros", ele tinha reservas em relação ao pouco ou nenhum destaque que nesta discussão é dado à "questão do consumo e do mercado". Neste sentido, Caio Prado afirma que, no caso do Brasil, "entre os dois polos do mecanismo econômico, a produção e o consumo, a oferta e a procura, escolheria o segundo como ponto de partida e baliza do assunto". Daí seu elogio parcial à "essência do keynesianismo", que seria "provocar o que pela lei de Say deveria resultar automaticamente da produção, isto é, o mercado para ela". Assim, no Brasil a chamada "revolução keynesiana" poderia cumprir uma tarefa particularmente importante: facilitar "o deslocamento do ponto de vista de muitos economistas e orientadores da política econômica do país, da questão da produção para a do consumo; o que no Brasil, e nas condições atuais é particularmente importante".

Marx para a crítica da economia política, Keynes para diretrizes de política econômica. Seria esta uma ambiguidade que acompanha grande parte da esquerda brasileira até hoje?

RODRIGO CESAR é historiador e militante do Partido dos Trabalhadores

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro:* o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via "não-classica" para o capitalismo. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal:* ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora Unesp; Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

COUTINHO, Maurício Chalfin. Incursões marxistas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, jan.-abr. 2001.

DE PAULA, João Antônio. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. In: *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 17, n. 1 (29), 2006.

FERNANDES, Florestan. Os enigmas do círculo vicioso. In: PRADO JÚNIOR. Caio. *História e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Homenagem a Caio Prado Jr. *Análise* Econômica, ano 8, n. 4, nov. 1990.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

IUMATTI, Paulo Teixeira. "O percurso para o 'sentido da colonização' e a dinâmica da historiografia brasileira nas primeiras décadas do século XX". In: IUMATTI, Paulo Teixeira; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (orgs.) *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: AGB; IEB; Edusp, 2008.

KONDER, Leandro. "A façanha de uma estreia", *Revista USP,* São Paulo, n. 38, jun.-ago. 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do Capital*: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. "Marxismo na economia brasileira". In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Editora da USP, Imprensa Oficial, 2002.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *A economia política brasileira em questão. (1964-1975)*. São Paulo: Editora Aparte, s/d.

MAZZEO, Antonio Carlos. "O Partido Comunista na raiz da teoria da *Via Colonial* do desenvolvimento do capitalismo". In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos:* os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

NOVAIS, Fernando. Sobre Caio Prado Júnior. In: NOVAIS, Fernando. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PRADO JÚNIOR. Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1999,

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil*: Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP. Fapesp, Editora 34, 2000.

SECCO, Lincoln. *Caio Prado* Júnior: o sentido da revolução. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Tradução do marxismo no Brasil: Caio Prado Júnior. *Mouro: Revista Marxista – Núcleo de Estudos d'O Capital*. São Paulo, ano 1, n. 2, jan. 2010.

VICTORIANO, Marcia R. *A questão nacional em Caio Prado Jr.:* uma interpretação original do Brasil. São Paulo: Pulsar, 2001.

Foto: Robson B. Sampaio

Nair Benedicto em ação, Lavagem das Escadarias da Catedral de Campinas. 31/03/2018

NAIR BENEDICTO: "É tempo de ir além!"

Sônia Fardin, com colaboração de Ana Lídia Aguiar

Imagens e palavras chavões estão desgastadas, mas, quando se conta histórias, os conteúdos delas ganham sentido. É preciso fugir do jargão, mas guardar a raiz, tornar tudo o mais didático possível. Nessa empreitada, as imagens são instrumentos da ação política, por isso dependem do peso que se dá a elas.

Nair Benedicto é fotógrafa e editora de imagens, uma das brasileiras mais premiadas e reconhecidas pelo trabalho e engajamento político. Nascida em 1940, no bairro da Liberdade, em São Paulo, desde 1968 está envolvida na luta pela comunicação popular, em especial com a produção de imagens comprometidas com causas sociais. É uma das responsáveis pela produção da visualidade da combatividade da classe trabalhadora brasileira das décadas de 1970 e 1980.

Em 1979, com Juca Martins e outros, criou a Agência F4 de Fotojornalismo, tendo como inspiração a francesa Magnun Photos, fundada por Henri Cartier-Bresson e Robert Capa, entre outros, com o objetivo de realizar fotojornalismo comprometido com pautas sociais e humanitárias, em atitude de denúncia, e também reivindicando o fazer fotográfico como produto de um trabalho, portanto, o fotógrafo como autor e detentor dos direitos de seu ofício. Mas, principalmente, visando possibilitar à fotografia militante vencer os limites impostos pela comunicação industrial, hegemonizada pelo capital, assim, cavar brechas nas contradições da mídia.

Desde a década de 1980, tem obras no acervo do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (Museum of Modern Art – Moma), entre outros museus, e publicadas em revistas internacionais. Em 1991, junto com Rubens Fernandes Júnior, Roseli Nakagawa, Fausto Chermont, Izabel Amado e Juvenal Pereira, criou o movimento NAFOTO, que por vinte anos fez o Mês Internacional da fotografia em São Paulo e colocou a fotografia brasileira em patamar internacional.

Foto: Nair Benedicto / N Imagens

Encontro de Altamira, em Altamira - PA 1989 Interferência na foto feita pela autora em 2013
Série Índios Molhados

Há 50 anos em atuação ininterrupta, criando imagens e contando histórias, Nair é hoje uma Griô da fotografia e do audiovisual militante que enfatiza a "urgência e a necessidade de contar histórias de lutas, resistências e esperanças, afirmando as potências políticas e poéticas da classe trabalhadora".

Contar história é um aprendizado que traz do tempo em que atuou como professora de Historia em cursos noturnos usando como ferramenta o Teatro do Oprimido. Também em seu processo de trabalho como fotógrafa, elabora e armazena em seu arquivo breves histórias sobre como se aproximou de cada tema e as trocas que vivenciou com as pessoas e situações que fotografou. Assim, busca guardar o aprendizado das relações que estabeleceu para, depois, recriar e partilhar esse conhecimento sob a forma de exposições, livros e palestras.

Parte dessas muitas histórias foi apresenta à Esquerda Petista em uma conversa com Clóves de Castro, amigo desde os tempos de enfrentamento à ditadura; Ana Lídia Aguiar, socióloga, antropóloga e liderança do movimento de mulheres; Marta Oliveira Jungmann, artista e ativistas cultural; e Sônia Fardin, historiadora e militante da comunicação e direitos humanos. Este texto não pretende dar conta de toda a trajetória e produção de Nair Benedicto, tenta apenas apresentar uma síntese do que trocamos com uma mulher que é uma das principais referências da fotografia brasileira, uma militante que, resistindo desde o Golpe de 1964, produziu mais de 300 mil imagens e que continua nas ruas enfrentando os golpes de hoje.

Da Liberdade ao Presídio Tiradentes

O nome original da família era Benedetti, de origem italiana, mas em função dos conflitos que a ascensão do fascismo e do nazismo aportavam nos anos 1930, quando se estabeleceram na região rural de Jarinu (SP), foi naturalizado para Benedicto. No final da década de 1930, os Benedicto migram para São Paulo, passaram a viver em uma vila operária onde nasceu Nair, a caçula de um grupo de sete mulheres e um homem, que cresceram convivendo com a pluralidade de culturas, línguas, saberes e sabores da periferia paulistana. O pai, João, morreu quando ela tinha três anos, em sua educação a mãe, Maria, foi a figura mais presente, é dela a frase que Nair lembra ter defino sua formação "se você quer brigar por alguma coisa, aprenda a argumentar".

Por volta dos 10 anos, prestava pequenas ajudas às mulheres que trabalhavam no bairro, para conseguir recursos para ir ao cinema, sua paixão precoce, recorda que "trabalhar com imagens era um desejo desde a adolescência quando estudava em escolas públicas, que na época eram as melhores, pois estimulavam a imaginação e a criatividade; uma das práticas era a troca de correspondências com jovens do mundo inteiro. Fui assim definindo meus sonhos, desejos e objetivos de viajar para conhecer outras culturas".

Como muitas jovens de sua época, no início da década de 1960 após um curso técnico foi trabalhar como secretária perto da Faculdade de Filosofia, da Rua Maria Antônia, onde aconteciam debates políticos; e também próximo ao Teatro de Arena onde assistiu Vianinha, Guarnieri, Boal e toda a trupe do teatro militante que faziam ensaios abertos na hora do almoço.

Em 1965, grávida de sua segunda filha, persistindo no objetivo de trabalhar com imagens, entrou na FAAP, para fazer rádio e televisão, foi aluna de Vilem Flusser e Alexandre Barbosa. Mas, entrar para a USP era um desejo de grande parte dos jovens, fez então um segundo vestibular e entrou na segunda turma de comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Contudo, relembra que "as aulas eram decepcionantes, não correspondiam à fama da universidade. Essa decepção levou um grupo de alunos a reclamar e organizar em 1968, no auge do Golpe Militar, uma Semana Internacional de debates sobre o que deveria ser uma universidade de comunicação, com a presença de Roberto Rosselini, Edgar Morin, Décio Pignatári, os irmãos Campos, entre outros. Estava em pleno acirramento do Golpe e a gente discutindo comunicação".

Nesse mesmo período, junto com Jacques Breyton, seu companheiro e pai de seus três filhos, integrou a base de apoio de organizações que combatiam a ditadura, aproximou-se em especial da ALN – Ação Libertadora Nacional. Em função disso, em primeiro de outubro de 1969 foi presa pelo aparato repressivo do Estado ditatorial em uma embosca na porta da escola das filhas, o Liceu Pasteur. Sua mãe e seu filho de três anos foram presos primeiro, depois Nair e Jacques foram levados para o Dops; relembra que "colocaram um em cada sala, eu ouvia meu filho fazendo ruídos na outra sala, eles falavam que minha mãe já estava no pau-de-arara e seu eu não falasse meu filho também iria. A primeira tortura foi essa, mas meu raciocínio foi para outro lado, eu pensei, se eles vão fazer tudo isso eu preciso estar bem, pois quem vai cuidar dessas crianças, fiquei forte de repente, fui para o pau-de-arara no dia seguinte. Minha principal lembrança é que a prisão te coloca diante de você mesma e das suas escolhas. Nesse momento exato você está sozinho."

Foto: Nair Benedicto / N Imagens

Pintura corporal kaiapó, Aldeia Aukre, Pará, 1986

Essa exigência de qualidade política e estética vem desde sua atuação com movimentos de comunicação popular nas décadas de 1970 e 1980, cuja meta era desvelar as opressões capitalistas em tempo de ditadura. Com esse mesmo princípio, fotografou as grandes mobilizações operárias

Foto: Nair Benedicto / N Imagens

Operários, greves. Assembleia fim da greve - Vila Euclides. 27/03/1979

Mas, depois de quatro horas de tortura no pau de arara, recorda que viveu seu mais intenso aprendizado, "quando fui para cela, estropiada, começou a chegar até a mim, na minha cela, pequenos agrados: meio biscoito, um pedacinho de chocolate, um gomo de laranja. Emocionada percebi que os companheiros me diziam 'você não está sozinha'. Foi uma das mais fortalecedoras experiências da vida no cárcere".

Durante os nove meses em que esteve detida no Presídio Tiradentes conheceu a solidariedade das partilhas materiais e das trocas afetivas com mulheres que ela define como a "fina-flor da resistência da esquerda brasileira" [com as quais] "coletivamente foi possível lidar com o medo. Por isso, quando você sai daquele lugar viva, você tem uma dívida com quem fica. Isso te impulsiona a realizar o que você já se sente capaz de fazer, e descobre que pode ir além".

Enfrentando o medo, fazendo o que se é capaz

Ao sair da prisão, em julho de 1970, Nair retomou a vida e concluiu a graduação em 1972, passando a atuar como fotógrafa e criadora de audiovisuais em movimentos da imprensa militante, concomitante com trabalhos para meios de comunicação como o *Nós Mulheres*, *Movimento*, entre outros.

No final da década de 1970 integrou o movimento de comunicação e educação popular que forjava a resistência à ditadura organizando o *Jornal da Vila*, distribuído na entrada das fábricas do Jardim Mirim, Vila Livieiro, Vila Moraes, entre outros bairros. Relembra que "a pauta, a edição de imagens e a diagramação do jornal eram elaborados com rigor na qualidade do conteúdo político e na criatividade estética". Dar aulas de história utilizando as técnicas do Teatro do Oprimido e criar, com slides e trilha sonora, audiovisuais dedicados às questões feministas, amalgamou suas atuações como fotógrafa, editora e educadora social. Os audiovisuais eram a inovação do momento, com temáticas que questionavam as opressões e em especial o patriarcado, Nair destaca "O Prazer é nosso", "Não Quero ser a próxima", "E agora Maria?", "Qualidade do ambiente-Qualidade da Vida" e "Amazonas", desse último foram feitas 500 cópias para o programa da igreja católica sobre luta pela terra. Ressalta também que "os que mais causaram discussão, avançando no debate feminista, foram 'Não quero ser a próxima', focado na violência doméstica, e 'O prazer é nosso', uma discussão sobre o corpo e o direito ao prazer".

Esses "curtas" – montados com slides e trilha sonora de qualidade – circularam em centenas de periferias brasileiras, problematizando a tomada de consciência dos direitos políticos da mulher na

vida pessoal e na vida social, de forma especial o direito as escolhas sobre o próprio corpo como princípio básico da consciência política. Para Nair ainda hoje essa é uma questão central, afirma: "ser dona do próprio corpo é uma coisa fundamental, quem é dona do corpo é dona de muita coisa, é dona da cabeça também". Por isso critica a escassez em toda sociedade, principalmente na esquerda, de debate sobre sexualidade, para ela "essa situação é inaceitável especialmente em organizações que se propõem a construção de políticas libertadoras da exploração, para homens e mulheres. Tratar o corpo e a liberdade sexual como temas menores e secundários é um dos grandes erros históricos de partidos de esquerda, em sua maioria ainda estão sob um moralismo cristão que limita o debate e o exercício da sexualidade sem tabus e sem culpas. Destacando-se, atualmente, o atraso no debate sobre o conceito de gênero".

Desde os anos 1970 Nair pauta esses temas em cada possibilidade, advoga que "nenhuma dimensão da vida deve ser negada, na luta em que nós estamos, nada é pequeno, tudo é grande, façam aquilo que der, nas suas famílias, na escola, na padaria, se a gente acredita que é importante, essa política tem que ser exercida na vida cotidiana, e não precisa ser chata, pode ser com humor para atingir a um público amplo". Mas, sobretudo, afirma que "tudo que é feito para os(as) operários(as), os pobres, tem que ser feito com a máxima qualidade".

Essa exigência de qualidade política e estética vem desde sua atuação com movimentos de comunicação popular nas décadas de 1970 e 1980, cuja meta era desvelar as opressões capitalistas em tempo de ditadura. Com esse mesmo princípio, fotografou as grandes mobilizações operárias e ocupou papel determinante na produção da visualidade da classe trabalhadora, ação imprescindível à luta política contra as opressões. Nessa empreitada, recorda que "tudo era planejado e articulado: dar aulas de história política usando técnicas do Teatro do Oprimido, documentar manifestações culturais dos imigrantes nordestinos, produzir audiovisuais feministas e registrar e distribuir imagens dos grandes atos das organizações sindicais e culturais".

As séries fotográficas produzidas por ela, desde esse período, situam no mesmo patamar de importância os alegres corpos de um casal em chamegos fogosos dançando forró, e os de milhares de rostos cheios de angustia e altivez nas assembleias e greves operárias do movimento sindical que alçou a liderança de Lula. Suas lentes percorreram os movimentos culturais de libertação dos sentidos, assim como os momentos de luta por direitos trabalhistas; como ela mesma afirma, "é necessário ir além do que a cultura hegemônica pauta como realidade". Assim, seu olhar insubmisso, registrou gente tra-

No final da década de 1970, Nair integrou o movimento de comunicação e educação popular que forjava a resistência à ditadura organizando o *Jornal da Vila*, distribuído na entrada das fábricas do Jardim Mirim, Vila Livieiro, Vila Moraes, entre outros bairros. Foto: Reprodução *Jornal da Vila*, Junho/1978

Jornal da Vila
JORNAL DO TRABALHADOR
Cr$ 3,00
Lula propõe o PT e a reação vem em bloco:
MDB TEM MEDO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
Ministério:
Veja a gang que vai governar nos próximos seis anos
Pai Herói

Foto: Nair Benedicto / N Imagens

Trabalhadoras no Sisal, Bahia, 1985

Foto: Nair Benedicto / N Imagens

Menores - Febem
Tatuapé São Paulo-SP,
2000

balhadora insurgindo aos ditames do que a moral patriarcal e a lógica capitalista lhes impunham.

Seu trabalho fez adentrar as pautas de jornais de esquerda, revistas comerciais, livros de arte e acervos de museus, imagens do operariado urbano, camponeses sem terra, indígenas, negros quilombolas, mulheres e adolescentes em situação de risco. Como ela afirma, "o desafio sempre foi fazer denúncias e críticas ao sistema e inserir essas imagens onde fosse possível, tal como fez agora no Rio a Escola de Samba Tuiuti, tem que fazer isso, aproveitar brechas e enfiar goela abaixo" .

Na década de 1980, em uma dessas brechas, foi contratada pela Unicef para registrar a situação de mulheres e crianças na América Latina. Outro exemplo que cita, em uma época em que não havia fotos da Febem, apenas relatos escritos da situação dos internos, conseguiu entrar como psicóloga e assim fazer fotos que escandalizaram a opinião pública mostrando crianças em situação desumana e ilegal de cárcere, primeiro trabalho fotográfico a desnudar a brutal realidade de falsas casas de apoio de recuperação de menores.

Fugir do jargão, mas guardar a raiz, tornar tudo o mais didático possível

Educadora social praticante do Teatro de Augusto Boal, Nair apregoa a necessidade de contar histórias com formas simples, pois "imagens e palavras chavões estão desgastadas, mas, quando se conta histórias, os conteúdos delas ganham sentido. É preciso fugir do jargão, mas guardar a raiz, tornar tudo o mais didático possível. Nessa empreitada, as imagens são instrumentos da ação política, por isso dependem do peso que se dá a elas". Assim, Nair exerce a fotografia sem nenhuma pretensa ilusão de neutralidade, envolvida eticamente com os sujeitos que registra em imagens, afirma que "todo ato fotográfico deve ser um ato consequente".

Em nossa conversa, contou algumas histórias para dar a conhecer como entende o alcance das imagens quando lhe é dado o devido peso. Uma das mais eloquentes é a história sobre "As mulheres do sisal", título de uma matéria sobre operárias do interior da Bahia. Nair conta que "essa foi uma pauta vendida para uma revista alemã, sobre uma cidade em que o número de trabalhadoras mutiladas pela máquina de triturar a fibra era muito grande, devido a inadequação dos equipamentos. Eu ousei sugerir ao editor que utilizasse como abertura da matéria as fotos de trabalhadoras que causavam emoções pela beleza plástica e as fotos de mutilação fossem usadas como complemento de informação. Mas, isso mexeu tanto comigo que fui procurar uma engenheira do trabalho para buscar uma solução para aquele sofrimento. Mostrei as imagens do motor que causava as mutilações, e ela percebeu que havia uma fácil solução técnica com a simples colo-

Foto: Nair Benedicto / N Imagens

Noiva com Troglodita - Fotomontagem - Foto base: Noiva, Viaduto do Chá, São Paulo, SP, e Grafite: autoria de Alex Orset e Pato, Vila Mariana, São Paulo, SP

cação de placa de ferro para proteger as mãos, deixando somente espaço para passar a fibra." Essa intervenção foi realizada e os acidentes reduziram.

Outra história eloquente é a da montagem que produziu para a Casa da Imagem, em 2015, com fotos de uma das maiores barbáries da ditadura civil militar. Criou uma instalação com sobreposição de fotos de Aurora Maria Nascimento Furtado, militante barbaramente torturada e assassinada pelos carrascos da ditadura. Conta Nair que um jovem de cerca de trinta anos ao visitar a exposição telefonou a ela e insistiu em vê-la pessoalmente no mesmo espaço da exposição. "A insistência do jovem me fez atender ao chamado e ir ao encontro dele, pois se dizia uma pessoa que se negava a acreditar que tais imagens fossem reais e que até mesmo eu Nair era real. Ao me ver ele dizia: 'Então é verdade! Então é verdade!', foi um dos momentos em que mais percebi a extensão de nosso problema, como grande parte de nossa juventude não sabe e até mesmo tem resistência em enfrentar essa faceta de nossa história. Isso nos dá a dimensão do quanto hoje, mais do que nunca, ainda é necessário avançar."

No ponto em que chegamos não existe conciliação

Sobre os desafios do momento atual, pós golpe de 2016, afirma que "é preciso ainda mais contar história e dialogar com todos e em todos os momentos possíveis, pois temos uma falha na formação e difusão de conhecimento". Nesse território da inscrição militante faz questão de citar como exemplo de trabalhos políticos que a inspiram no momento crítico atual, o Teatro do Contêiner e o Teatro do Faroeste, instalados na região da cracolândia. Segundo ela, os valoriza por serem "territórios de resistência pautados pela ação cultural militante envolvida com as pessoas e suas condições reais de existência, não tratando ninguém como mero público participante, e em especial porque todos fazem o enfrentamento à polícia, merecem ser divulgados ao máximo, pois enfrentam um dos os grandes embates atuais que é a disputa pelo tecido urbano em uma cidade como São Paulo".

Para ela a eleição de Dória é exemplo máximo da farsesca superioridade técnica da figura do gestor; de forma enfática ela define tais políticos como, "essa gente acha que povo não tem direitos [...] conciliar com essa gente não dá, no ponto em que chegamos não existe conciliação. Existem questões que não podem deixar de ser enfrentadas, se queremos mesmo chegar a uma democracia de verdade, em especial a reparação da escravidão, a reforma agrária e a democratização da comunicação. O principal desafio para quem milita com comunicação no campo social e direitos humanos, de esquerda, continua sendo o mesmo, porque não foi enfrentada a batalha pela democratização da mídia; se a gente tivesse o mínimo de imprensa do nosso campo, estaria em letras garrafais a explicação sobre quais são os reais interesses que a Lava Jato atende. O que mais temo hoje é a ignorância e a hipocrisia. Nosso desafio hoje é desmascarar essa hipocrisia que está presente dentro das famílias, das igrejas e na mídia em geral."

Contudo, reconhece que muito foi feito nos governos Lula e Dilma, e que "Lula fez coisas que dificilmente vão sumir, uma enorme quantidade de jovens com acesso às 16 universidades criadas em seus governos, a política de cotas e a valorização do salário-mínimo. Isso não foi pouca coisa, porém é preciso reconhecer que há muito por fazer". Ela relembra uma frase que marca esse momento, que ouviu de uma liderança feminina dos favelados de Campinas: "nesse período todo da nossa luta, descobri que sou gente, e isso não tem volta".

Por isso, nesse tempo de golpe em que nossa gente está sendo violentada, Nair repete enfaticamente: "É tempo de ir além!".

SÔNIA FARDIN é historiadora e doutora em artes visuais; **ANA LÍDIA AGUIAR** é socióloga, antropóloga e liderança do movimento de mulheres

Ver também:

N-Imagens: http://www.n-imagens.com.br/index2.php

Teatro do Faroeste: https://www.pessoaldofaroeste.com.br/

Teatro Contêiner: http://www.ciamungunza.com.br/

Wagner Lino, presente!

Wagner Lino nasceu em 19-03-1947 em São Paulo. Começou sua militância em 1967, no movimento estudantil de Santos, combatendo a ditadura militar. Advogado e pós-graduado em Gestão Ambiental e em Políticas Públicas, Wagner Lino teve atuação no movimento sindical nas décadas de 1970 e 1980. Foi eleito vereador em 1982, em 1988, em 1992, em 2004 e em 2008. Entre 1995 e 2002, exerceu função de deputado estadual. Em 1996, concorreu à Prefeitura de São Bernardo, ficando em segundo lugar. Foi subprefeito de Riacho Grande, na gestão do prefeito Luiz Marinho (PT). Atualmente, integrava a Articulação de Esquerda, tendência do petismo. Deixa dois filhos (Thiago e Rafael), sua companheira Creusa Trevisan e um grande legado de luta!

Faleceuo dia 2 de julho de 2018, aos 71 anos, o líder petista Wagner Lino, vítima de câncer nos rins. Confira a seguir as notas de pesar divulgadas pelas direções do PT, da Articulação de Esquerda, da CUT e do ex-presidente Lula

Nota da CEN sobre falecimento de Wagner Lino

A literatura de esquerda tem seus personagens típicos: o trabalhador consciente, o operário comunista, o militante revolucionário, o intelectual orgânico da classe. Na vida real, infelizmente, nem sempre esses personagens comparecem na frequência e no número necessário. Mas eles existem e Wagner Lino é a prova disto.

Wagner nasceu em 1947. Participou do movimento estudantil. Metalúrgico e sindicalista, contribuiu ativamente para as grandes mobilizações do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Militante e dirigente do Partido dos Trabalhadores, deputado estadual em São Paulo, vereador e candidato a prefeito de São Bernardo do Campo, entre muitas outras tarefas.

A certa altura, decidiu cursar direito e tornou-se advogado. Sempre estudou e estimulou os outros a estudarem. Casado desde o milênio passado, falava com orgulho e alegria de sua companheira Creusa, de seus filhos Thiago e Rafael.

No dia 2 de julho de 2018, um amigo ouviu uma enfermeira perguntar o que Wagner queria. Ele respondeu: um Brasil melhor. Este é o Wagner Lino que vamos recordar sempre e a quem vamos honrar, prosseguindo sua luta, nossa luta, pelo socialismo.

Wagner Lino, presente, agora e sempre!

Comissão Executiva Nacional do PT

Nota de Lula pelo falecimento do companheiro Wagner Lino

Meu companheiro e amigo de muitas lutas, fico muito triste de saber que perdemos Wagner Lino. Por décadas, no Sindicato dos Metalúrgicos e no Partido dos Trabalhadores, Wagner foi um daqueles lutadores para todos os momentos. No período mais difícil das greves do ABC, quando a direção do sindicato foi presa, Lino foi um dos companheiros fundamentais que manteve o sindicato atuando. Fará muita falta. Meu abraço solidário para os familiares e amigos do Wagner e minha indignação por não poder estar com vocês nessa última despedida.

Lula

Wagner Lino, homenagem a um lutador

Muito difícil mesmo esta quadra da história que estamos vivendo. O companheiro Wagner Lino, militante da AE de São Bernardo do Campo, partiu na noite do dia 2 de julho, mas deixou aqui um enorme legado. Partiu com muita vontade de lutar. E lutou até o fim, com a serenidade dos velhos comunistas que se alimentam da certeza de estarem do lado certo e justo da história.

Estava lá firme no dia da prisão do Lula, apontando que teríamos um longo caminho de resistência pela frente e que era preciso nos preparar mais e melhor.

Participou ativamente do último congresso municipal da AE, já com a saúde debilitada, mas com a lucidez e a energia do pensamento de sempre. Falou muito do discurso do Lula no dia da prisão e da greve de 1979 em que ele, Wagner, teve um papel importante. Falou da importância da AE se preparar para os desafios futuros e do quanto nossa luta no PT é importante. Falou com o coração, com a emotividade que quem o conheceu sabe que ele era capaz, por baixo daquele jeito durão.

Wagner Lino foi homenageado no último Congresso Nacional da AE, que realizamos em Aracaju. Não pôde ir, mas mandou um vídeo que revela o seu enorme compromisso militante com a construção de um mundo novo, no qual tenha lugar um Brasil socialista.

Wagner se foi e deixa um vazio muito grande. Mas maior que este vazio é a certeza de que ele foi em paz, certo de que fez o seu melhor e que a vida segue com a luta dos seus companheiros e companheiras.

Wagner Lino presente, agora e sempre!

Direção nacional da tendência petista
Articulação de Esquerda

Nota da CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) lamenta profundamente a morte do companheiro metalúrgico Wagner Lino, nesta segunda-feira (2).

A história do companheiro Wagner Lino confunde-se com as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo brasileiro, em especial do ABC paulista.

Ele foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, fundador CUT, diretor regional e estadual da CUT-SP, fundador do PT, vereador em São Bernardo do Campo e deputado estadual pelo PT. Em todos os espaços políticos em que ele atuou, destacou-se pela combatividade com que defendia suas propostas e os interesses dos trabalhadores.

A trajetória do companheiro Wagner Lino sempre se pautou pela incansável militância, profunda solidariedade, sentimento de classe e defensor de uma sociedade com justiça social, igualdade e distribuição de renda.

A CUT se solidariza com seus familiares e todos os companheiros do ABC que o acompanharam nessa trajetória de luta.

Vagner Freitas
Presidente

Saudade

Theotônio dos Santos
1936-2018
Ana Maria Fonseca
1950-2018
Marielle Franco
1979-2018
Anderson Gomes
1978-2018
Hélio Bombardi
1948-2018
Wagner Lino
1947-2018
Paul Singer
1932-2018

Já está em produção a agenda da Associação de Estudos do Página 13, que terá como tema em 2019 a vida e obra de Rosa Luxemburgo; militante comunista, escritora de diversas obras referenciais para o movimento operário, tais como *Reforma social ou revolução?*, *A crise da socialdemocracia* (1916) e *A Revolução Russa*, foi uma das fundadoras do Partido Comunista Alemão (KPD). Falece em 1919, assassinada por tropas do governo alemão.

Aguarde, em breve à venda pelo portal Página 13
www.pagina13.org.br